

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

GUSTAVO COSTA DE SOUZA

A ESTRATÉGIA COMO AUTOAFIRMAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CASO DA
ECONOMIA CHINESA À LUZ DA SOCIOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO.

RIO DE JANEIRO

2012

GUSTAVO COSTA DE SOUZA

A ESTRATÉGIA COMO AUTOAFIRMAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CASO DA
ECONOMIA CHINESA À LUZ DA SOCIOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO.

Volume único

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED), Instituto de Economias, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Jaques Kersteneztky

Rio de Janeiro

2012

GUSTAVO COSTA DE SOUZA

**A ESTRATÉGIA COMO AUTOAFIRMAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CASO DA
ECONOMIA CHINESA À LUZ DA SOCIOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO.**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED), Instituto de Economias, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Políticas Públicas.

Aprovada em 20 de dezembro de 2012.

Prof. Dr. Jaques Kersteneztky (orientador) UFRJ

Prof^a. Dr^a. Ana Célia Castro UFRJ

Prof. Dr. Victor Prochnik UFRJ

Prof^a. Dr^a. Carmen Pires Migueles EBAPE/FGV

Prof. Dr. Paulo Vicente dos Santos Alves FDC

Para Sonia L. C. Souza e Gil Vicente de Souza (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Embora a tese de doutorado seja um dos trabalhos mais solitários que se possa empreender, não é possível concluí-la sem o apoio e incentivo de outras pessoas e instituições, o que faz dela, ao mesmo tempo, um trabalho dos mais solidários. A realização desta tese não teria sido possível sem o apoio, incentivo e estímulo de pessoas com quem convivi e troquei e de instituições que me apoiaram em diversos momentos.

Em 2008, ao ingressar na primeira turma do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPED/IE/UFRJ), era natural que se criasse muita expectativa sobre como seria o curso do doutorado em um programa recém criado. Logo de início, ao me deparar com um ambiente acadêmico rico e estimulante, percebi que a escolha fora mais do que acertada. Um corpo docente competentíssimo e forte, um grupo de alunos com formações das mais diversificadas e um corpo de funcionários dedicados e zelosos fez com que o andamento das atividades fluísse de modo que os percalços naturais fossem superados com muita facilidade. A inserção internacional do programa, que ficou claro nos diversos seminários organizados pela professora Ana Célia Castro e seus infinitos tentáculos institucionais tornaram a experiência de uma riqueza que me arrisco a considerar sem par entre os programas de pós-graduação nacionais. Ao fim deste percurso, tenho as certezas de que a experiência não poderia ter sido melhor e de que valeu a pena ter feito parte da turma de 'cobaias' em que, cada um à sua maneira, colocou seu tijolinho na construção deste belo projeto de se pensar as políticas públicas, as estratégias e o desenvolvimento.

Registro meu agradecimento ao corpo docente do programa, particularmente às professoras Anna Jaguaribe, Eli Diniz, Maria Antonieta Leopoldi, Maria Helena Lavinias, Maria Lúcia Werneck, Maria Teresa Leopardi, Mônica Desidério, Silvana de Paula, Valéria Vinha e aos professores Adriano Proença (Coppe/UFRJ), Alexandre D'Avignon, Carlos Young, Domício Proença Júnior, Hermano Thiry-Cherques (EBAPE/FGV), Ronaldo Fiani e Victor Prochnik, que conduziram nosso aprendizado de maneira entusiasmante e dedicada. Em especial: meu agradecimento ao professor Antônio Barros de Castro (*in memoriam*), com quem tive o privilégio de conviver como aluno e orientando, e que nos deixou tão abruptamente, de certa maneira órfãos do cuidado e do respeito que tinha pelos projetos pessoais de cada um de seus alunos, porém com um belo exemplo de vida e de inspiração que ficará sempre vivo em nossa memória; à professora Ana Célia Castro, grande incentivadora de todos em todos os sentidos, que faz com que tudo fique mais fácil e prazeroso; e ao professor Jaques Kerstenetzky, de quem eu já havia sido aluno, com grande admiração, e que assumiu a orientação do meu trabalho já na reta final, fornecendo grande estímulo e atenção para a conclusão deste ciclo. Sem o apoio destas pessoas este trabalho não teria sido possível. Os cursos sobre a China ministrados pelo Professor Antônio Castro e pela Professora Anna Jaguaribe foram fundamentais para a elaboração desta tese, a quem agradeço duplamente.

Também devo prestar meus agradecimentos às professoras Lia Hasenclever e Renata La Rovère e ao Professor Alexis Saludjian, pelo incentivo e

apoio à realização do estágio doutoral 'sanduíche' na França, e aos professores Benjamin Coriat e Pascal Petit, pela abertura e disposição em me receberem no Centre d'Économie de l'Université Paris XIII, o que certamente contribuiu de maneira relevante para o enriquecimento da minha formação.

Às amigadas que fiz e fortaleci durante esta jornada, André Ferreira, Átila Gomes, Biancca Castro, Denise Barros, Juliana Pinheiro, Luis Fernando Pfeil, Marcelo de Cicco, Marcus Lessa, Murilo Chaves, Priscila Rohem, Ricardo Karan, Sérgio Maia, Sonia Laís, Valéria Fontelles, colegas de turma e além, agradeço carinhosamente pelo agradável convívio e pela companhia que tornou todo o caminho mais alegre e divertido.

Não poderia deixar de reconhecer e agradecer por todo o empenho, atenção e prestatividade dos funcionários da secretaria de pós-graduação do IE/UFRJ, Anna Elizabeth Yparraguirre, Carlos Henrique Trajano Santos, Fábio Bernardino Pinto, Flávio Henrique Lyra da Silva e Ronei José Gomes, sempre a postos no que estava ao seu alcance para que o curso funcionasse satisfatoriamente e dispostos a atender as demandas que lhes dirigi desde a matrícula até agora.

Na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, agradeço aos meus chefes no Instituto de Ciências Humanas e Sociais e no Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis (DCAC/ICHS/UFRJ), Antônio Carlos Nogueira, Edível Dan e Marcos Antônio da Silva Batista e ao magnífico reitor, Ricardo Motta Miranda, pela liberação de carga horária de trabalho na instituição, fundamental para a realização de meu projeto de doutoramento. Agradeço também aos meus colegas no departamento da universidade, pelo incentivo e apoio constantes nas diversas etapas deste caminho, em especial aos professores Marco Antônio Ferreira de Souza e Marcelo Sales Ferreira, grandes amigos.

À Andréa Miranda, grande força na minha busca pelo autoconhecimento, e à Alan James de Oliveira, Bernardo Miranda, Caion Natal, Carmen Migueles, Fernanda Sanches, Gustavo Thomé, Júlia Moura, Lucio Bairral, Mariana Barros, Michel Pinto, Paulo Vicente, Rafael Liporace e Rebeca Maldonado, Rebecca Ratto, Roberto Pimenta, amigos de antes, durante e depois, que mesmo nos períodos em que precisei me ausentar para me dedicar ao ofício da tese souberam compreender e dar apoio em momentos diversos, cruciais ou não, agradeço com carinho especial.

À minha mãe Sonia Lucia Costa de Souza, sempre parceira, incentivadora e apoiadora incondicional em todos os meus projetos pessoais e profissionais, e aos meus familiares, do mesmo modo, pela compreensão e incentivo irrestritos, mesmo que distantes, agradeço de coração. Espero retribuir com o mesmo carinho nos projetos de cada um.

Por fim, não posso deixar de registrar minha gratidão ao governo brasileiro, que além de financiar meus estudos no PPED/IE/UFRJ, me forneceu uma bolsa de estudos por meio do Programa Colégio Doutoral Franco Brasileiro da CAPES sem a qual não teria sido possível viabilizar meu estágio doutoral na Université Paris XIII. Espero com meu trabalho retribuir transmitindo o que aprendi na formação de profissionais e pesquisadores que possam colaborar com o amplo desenvolvimento de nossa sociedade.

"Todo aquele que acredita conhecer por antecipação que caminho há de seguir... e que estrutura tenderá a sociedade a adotar, debilita, desde o princípio, sua capacidade para a observação empírica de novas mudanças e trata uma estrutura que se acha em processo de formação como se houvesse adquirido já sua forma final. É necessário achar a técnica científica para desenvolver o processo histórico em desenvolvimento. Essa técnica servirá para os que tratam de desenvolver tendências existentes e para os que estão decididos a ocupar-se dos fatos futuros como de alternativas abertas, isto é, a examinar fatos ambíguos com espírito aberto"

(Mannheim, 1946).

RESUMO

COSTA-DE-SOUZA, Gustavo. A estratégia como autoafirmação: uma análise do caso da economia chinesa à luz da sociologia da modernização. Rio de Janeiro, 2012. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012

Esta tese analisa a ascensão da China como um caso de estratégia na perspectiva da autoafirmação. Para tanto está organizada em três ensaios que se complementam: o primeiro trata dos limites das teorias clássicas da modernização de Marx, Weber e Durkheim para tratar do caso chinês, discute a ideia de modernidades alternativas e apresenta o método da Redução Sociológica e a proposta de estratégia como autoafirmação presentes no pensamento de Guerreiro Ramos (1965; 1983) como conceitos úteis para compreender a China contemporânea. O segundo ensaio constitui uma crítica aos autores que propõem que o desenvolvimento, entendido amplamente não apenas do ponto de vista econômico, mas também social e político, requer, por parte das sociedades que pretendem se desenvolver, a adoção de valores considerados 'certos', no que denomino visão evangelizadora. O terceiro ensaio analisa o caso da China como uma excepcionalidade, visto que não se enquadra nas teorias que explicam o desenvolvimento das sociedades ocidentais; contrasta alguns valores fundamentais das culturas chinesa e ocidental; compara as trajetórias experimentadas pela Europa, que teve como fato marcante a Revolução Industrial, e pela China, que experimentou uma Revolução Industriosa, conforme o conceito proposto por Sugihara (2003); caracteriza a economia chinesa contemporânea, destacando as raízes tradicionais nas quais se basearam as reformas iniciadas 1978; e finaliza discutindo os diferentes modos de inovar segundo a trajetória Ocidental e a chinesa.

Palavras-chave: China. Modernização. Desenvolvimento. Cultura.

ABSTRACT

COSTA-DE-SOUZA, Gustavo. A estratégia como autoafirmação: uma análise do caso da economia chinesa à luz da sociologia da modernização.. Rio de Janeiro, 2012. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012

This thesis examines the rise of China as a case of strategy as self-assertion. To this end, it is organized in three essays that complement each other: the first deals with the limits of Marx, Weber and Durkheim's classical theories of modernization to treat Chinese case, discusses the idea of alternative modernities, and presents the Sociological Reduction method and the proposal of strategy as self-assertion present in Guerreiro Ramos' thoughts (1965, 1983). I argue that these are useful concepts to understand contemporary China. The second essay is a criticism to authors who propose that the development, perceived widely not only from an economic point of view, but also social and political, requires, by societies which intend to develop, the adoption of the 'right' values, in which I name evangelizing vision. The third essay examines the case of China as an exceptional, since it does not fit on the theories that explain the development of Western societies; contrasts some fundamental values of Chinese and Western cultures; compares the trajectories experienced by Europe, which has the Industrial Revolution, and China, which experienced an Industrious Revolution, as the concept proposed by Sugihara (2003); characterizes contemporary Chinese economy, highlighting the traditional roots on which were based the reforms initiated 1978; and ends discussing the different ways to innovate according to Western and Chinese paths.

Key words: China. Modernization. Development. Culture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Dinastia Qin - 221 A 206 a.C.	17
Figura 2 – Dinastia Han - 206 a.C – 220 d.C.	18
Figura 3 – Mapa da densidade populacional da RPC (2009)	18
Figura 4 – Da ética religiosa à ética econômica segundo Weber	35
Figura 5 – A influência da cultura para o desenvolvimento, segundo Harrison (1985)	64
Figura 6 – Eixos principais dos continentes (Diamond, 2007:178)	70
Figura 7 – Cadeia de causas da explicação geográfica (Diamond, 2007:85) ...	72
Figura 8 – Sociedades no mapa cultural global 2005-2008	85
Figura 9 – Sociedades no mapa cultural global 1999-2004	85
Figura 10 – Representação da perspectiva de tempo nas sociedades Ocidentais e na China	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Níveis do PIB per capita chinês e europeu, 1–1700 AD	114
Tabela 2 – Participação no PIB Mundial. Comparação da China com outras grandes economias mundiais, 1700-2003	114
Tabela 3 – Níveis de performance econômica. Comparação da China com outras grandes economias mundiais, 1700-2003	115

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CPI	Corruption Perception Index
IMF	International Monetary Fund
NEI	Novas Economias Industrializadas
NIE	New Institutional Economics
PCC	Partido Comunista Chinês
RPC	República Popular da China
TVE	Township and village enterprises
WVS	World Values Survey
ZEE	Zonas Econômias Especiais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 A ESTRATÉGIA DE MODERNIZAÇÃO COMO AUTO-AFIRMAÇÃO	28
2.1 A IDEIA DE MODERNIDADE	28
2.2 A IDEIA DE MODERNIDADES ALTERNATIVAS	37
2.3 A REDUÇÃO SOCIOLÓGICA PARA AS ESTRATÉGIAS DE MODERNIZAÇÃO	47
3 A RELAÇÃO ENTRE CULTURA E DESENVOLVIMENTO: UMA CRÍTICA À VISÃO EVANGELIZADORA	59
3.1 A ÉTICA PROTESTANTE COMO PRÉ-REQUISITO AO DESENVOLVIMENTO	61
3.2 UM EXEMPLO: A INTERPRETAÇÃO DOMINANTE DE CONFUCIONISMO E TAOÍSMO DE WEBER	93
4 CULTURA, MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA CHINA	106
4.1 A EXCEPCIONALIDADE CHINESA	106
4.2 O PASSADO PRESENTE	109
4.3 REVOLUÇÕES INDUSTRIAL E INDUSTRIOSA	126
4.4 CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA CHINESA CONTEMPORÂNEA ...	137
4.5 FUNDAMENTOS CULTURAIS DA INOVAÇÃO	162
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
REFERÊNCIAS	178

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos 30 anos, a economia chinesa passou por profundas transformações. As reformas que começaram no final da década de 1970 a partir da flexibilização da agricultura coletivizada se expandiu para incluir a liberalização progressiva dos preços, a descentralização fiscal, o progressivo aumento da autonomia das empresas estatais, a fundação de um sistema bancário diversificado, o desenvolvimento dos mercados de ações, o rápido crescimento do setor não-estatal e a abertura ao comércio e aos investimentos estrangeiros. A China saiu de um sistema de planificação centralizada fechado ao comércio internacional orientando-se gradativamente para uma economia de mercado de moldes capitalistas, contando hoje com um setor privado dinâmico e competitivo em rápido crescimento. Em curto período, a China se tornou definitivamente um importante *player* da economia internacional, alcançou o posto de segunda maior economia do mundo e o de maior exportadora, além de vir sendo responsável por quase um terço do crescimento global a partir da segunda metade dos anos 2000¹.

Esta profunda transformação e o crescente protagonismo que a China vem exercendo na economia mundial fez com que este país se tornasse o centro das atenções entre os estudiosos do desenvolvimento e de relações internacionais, colocando a economia chinesa como um dos principais assuntos da atualidade nos meios acadêmicos e de comunicação em todo o mundo. Diversas iniciativas vem sendo empreendidas a fim de se compreender melhor o 'fenômeno' China e seus desdobramentos. Esta tese é uma delas. Se o século XXI se delineia sinocêntrico, conforme apontou o professor Antônio Barros de Castro, é preciso que mais e mais estudos sobre a economia chinesa e sua sociedade sejam realizados. O deslocamento do centro de gravidade da economia mundial para a China e seus desdobramentos impõem a necessidade de reposicionamentos estratégicos por parte das empresas e dos Estados para atuarem em uma nova e distinta realidade. Estamos vivendo em raro momento em que as oportunidades e os desafios se reconfiguram de maneira radical, digno de ser classificado como uma ruptura histórica.

Além de todas as implicações de ordem prática e mais imediatas que a emergência da economia chinesa impõe, ficam explícitos também alguns limites de

¹ De acordo com os dados do Fundo Monetário Internacional. IMF, World Economic Outlook, Apr/2012.

natureza epistemológica em relação aos métodos e modelos de análise de que dispomos e que utilizamos em nossa busca pela compreensão do mundo. Neste momento de particular transição do sistema capitalista, é oportuno que se faça uma revisão de nossas concepções, teorias, crenças sobre os quais sustentamos a nossa compreensão da realidade. Verdades são abaladas, teses entram em crise, são derrubadas e novas sínteses são necessárias para fornecerem explicações razoáveis do mundo em que vivemos.

O problema que temos no Ocidente, no momento, de um modo geral, é que o método convencional que empregamos para buscar fazer sentido da emergência chinesa repousa marcadamente em termos ocidentais, com ideias ocidentais, dado que, naturalmente, foram construídos a partir da experiência ocidental de desenvolvimento e modernização. Não poderia ser de outra maneira e nem há nada de errado quanto a isso. Nossas categorias analíticas, conceituais, teóricas e práticas foram concebidas para explicar o mundo ocidental, logo, sob suas lentes.

A experiência bem sucedida do Ocidente em seu processo de desenvolvimento no decurso dos últimos dois séculos irradiou na forma de modelos para outras partes do mundo e culturas mais estranhas à do centro difusor europeu, vide o exemplo do Japão. Isto não significa que os modelos analíticos e explicativos sirvam para toda e qualquer realidade, muito menos que tais experiências bem sucedidas possam ser reproduzidas alhures, embora tal transposição seja muito tentadora e tenha sido ensaiada por diversas vezes, em alguns casos alcançando razoável êxito.

Uma das convicções em que a tese ora proposta se assenta, por contraste, é a de que corremos sério risco ao tentar enquadrar o fenômeno chinês em esquemas e sistemas de compreensão consagrados no Ocidente. Muito do sucesso da experiência chinesa escapa ao que estes modelos podem explicar pois se deve aos aspectos particulares da civilização chinesa, portanto, com um estoque de conhecimento que deve ser considerado, respeitado, e que a cada dia se mostra mais necessário que seja também melhor compreendido. É preciso se ter em conta, conforme alertou Bourdieu, que o mundo que vemos é visto, sobretudo, a partir de

um ponto de vista, e este ponto de vista é limitado pelo pouco que conseguimos enxergar (BOURDIEU, 1996).

Esta tese insere-se no que pode ser chamado de uma perspectiva cultural da análise do desenvolvimento, o que significa assumir que os processos de modernização ocorrem dentro de um contexto específico e, que por ser o contexto relevante, os pontos de partida para a transição da modernidade leva necessariamente a resultados distintos. Esta perspectiva se opõe a uma perspectiva acultural da modernidade, a qual supõe que a modernização levaria às sociedades modernas convergirem num sentido comum. A perspectiva cultural não nega que as sociedades que se modernizam sofrem transformações quanto às suas visões de mundo e arranjos institucionais, mas, por outro lado, não aceita a hipótese da convergência. Considera que as diferentes trajetórias históricas levam a diferentes respostas.

As teorias clássicas da modernização veem um rompimento com as tradições e a emergência da razão como fator estruturante do estágio moderno da sociedade. A perspectiva cultural permite que analisemos a interação entre a tradição e as forças que induzem a transformação; permite que consideremos a influência das heranças históricas e políticas no processo de modernização. Com isso, considera haver não apenas um tipo de sociedade moderna, mas vários. O método da Redução Sociológica proposto por Alberto Guerreiro Ramos é útil para entendermos a modernização sob esta perspectiva, na medida em que permite considerarmos os contextos específicos na análise dos conceitos que utilizamos para compreender a realidade social e analisar os diferentes percursos de desenvolvimento.

Para tomarmos um exemplo introdutório, uma das categorias centrais que utilizamos para explicar o mundo ocidental moderno é a ideia de Estado-nação. Esta ideia nasceu na Europa no final do século XVIII, em meio a um período de ascensão do nacionalismo, decorrente de duas contingências históricas: a delimitação das fronteiras dos países a partir do tratado que estabeleceu a Paz de Vestfália e o processo de industrialização. No entanto, a forma como os Estados nacionais europeus se constituíram, e sob seu espelho os Estados nacionais no continente americano, em nada se assemelham à constituição histórica do Estado chinês, muito

mais antiga do que a própria ideia de Estado-nação e com uma unidade civilizacional muito mais integrada do que a da Europa em sua formação histórica. Desde a unificação da China pela a Dinastia Qin (fig.1), entre 221 e 206 a.C., e a imediatamente seguinte Dinastia Han (fig.2), fundada ainda há mais de 2.000 anos, a concepção do que é território chinês está definida e constitui o local onde a grande maioria dos chineses viveram e vivem desde então.



Figura 1 – Dinastia Qin - 221 a 206 a.C

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Qin_empire_210_BCE.png



Figura 2 – Dinastia Han - 206 a.C – 220 d.C.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Han_map.jpg

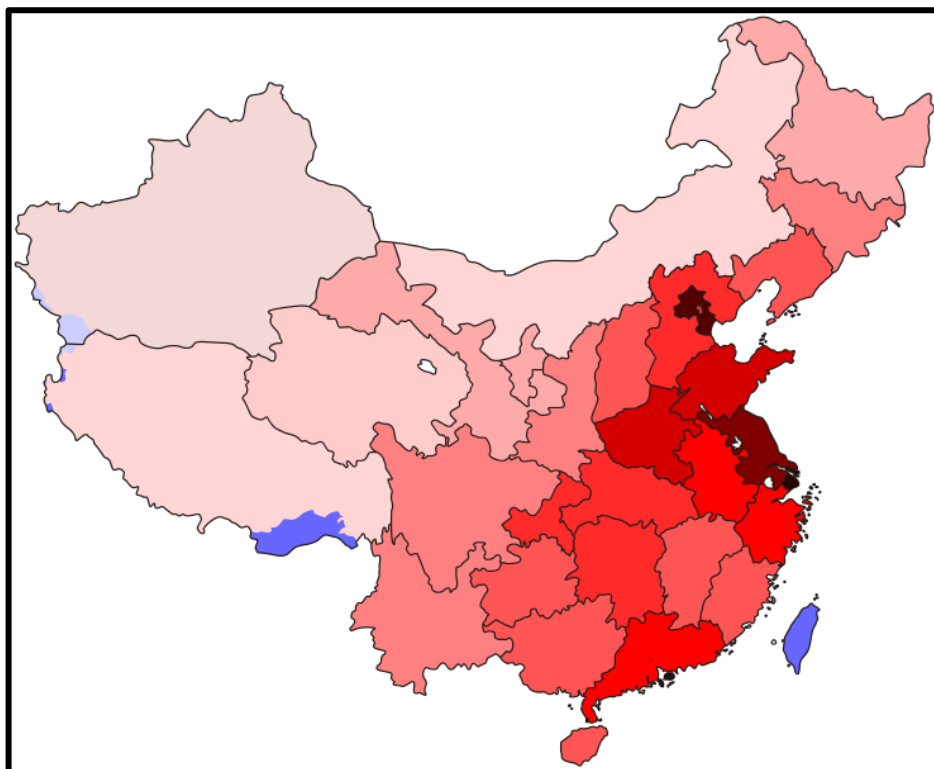


Figura 3 – Mapa da densidade populacional da RPC (2009).

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:PRC_Population_Density.svg

Ao contrário dos países ocidentais e da maioria dos países do mundo, a China é formada por seu profundo senso de civilização, ao invés da referência de um Estado-nação. O que dá à China seu sentido de ser China, o que dá aos chineses a senso do que é ser chinês, não vem dos últimos cem, duzentos, quatrocentos anos; não vem do período do Estado-nação, conforme o que ocorreu no Ocidente, mas está profundamente arraigado a partir do período que Martin Jaques chama de Estado-civilização, num contraponto à categoria ocidental (JACQUES, 1999).

Costumes, cultos ancestrais, uma noção muito distinta da família, de relações sociais, os valores confucionistas e assim por diante, dão aos chineses uma noção muito distinta de Estado, uma profunda identidade civilizacional. Todas estas noções vêm desde um período muito mais longínquo e não foram de uma hora para outra suplantadas por uma nova noção de modernidade a partir da abertura econômica e à adesão da China à economia de mercado. É certo que estes aspectos da sociedade chinesa estão sendo afetados e a estrutura tradicional em que se baseia sofrerá transformações fundamentais, mas não podemos assumir que a sociedade chinesa tenderá a ficar cada vez mais parecida com a sociedade ocidental. Certamente haverá influências mútuas de ambos os lados, mas é mais seguro assumirmos que algo novo está por surgir do que uma mera adequação da China ao mundo 'civilizado' do ocidente.

Um aspecto que permitiu à China unificar-se tão precocemente e que por isso a distingue dos demais países do mundo é sua concepção de raça. Dos cerca de 1,3 bilhão de pessoas que constituem a população chinesa atualmente, mais de 90 por cento se considera pertencer à mesma raça, a Han. Isso é completamente diferente do que ocorre nos demais países populosos do mundo: Índia, Estados Unidos, Brasil, os países que compõem a União Européia, todos se consideram multirraciais e multiculturais. A China, porém, é multirracial apenas nas margens e a razão essencial está em seu senso de civilização (JACQUES, 1999).

Uma história de pelo menos 2.000 anos de conquista, ocupação, absorção e assimilação levou ao processo pelo qual, ao longo do tempo, esta noção de Han emergiu, alimentada por um sentimento crescente e muito poderoso de identidade cultural, sem o que a China nunca poderia ter sido unificada. A identidade

Han foi, segundo Jacques, o cimento que manteve este país unido. A grande desvantagem é que o Han tem uma concepção muito fraca de diferença cultural, acreditam em sua superioridade cultural e são desrespeitosos de quem não são Han, por exemplo, em sua atitude com os tibetanos.

No que diz respeito à relação entre o Estado e a sociedade, o Ocidente pensa a autoridade e a legitimidade do Estado como uma função da democracia. Enquanto na história da formação da Europa e da América do Norte o poder do Estado foi constantemente desafiado – na tradição europeia, historicamente contra a igreja, contra os outros setores da aristocracia, contra os comerciantes e assim por diante – por mil anos, o poder do Estado chinês não foi contestado. Ele não possui rivais. O Estado na China possui um significado muito especial na qualidade de representante, a personificação e o guardião da civilização chinesa, o Estado-civilização. Para Jacques (1999), é como se o Estado na China chegasse quase perto de jogar um papel espiritual. Pelo menos até o início de seu processo de abertura, o Estado chinês gozou de enorme legitimidade e maior autoridade entre os chineses do que ocorre com qualquer estado ocidental entre os ocidentais.

A maneira como o poder se constituiu historicamente na China através das dinastias é muito diferente da experiência histórica ocidental, o que faz com que a visão dos chineses acerca da natureza do Estado seja bastante distinta. Enquanto que no Ocidente o Estado é visto, por vezes, como um intruso, um estranho, um órgão cujo poder precisa ser limitado ou definido e restringido, mas que, por outro lado, é necessário também para ordenar as relações sociais, conforme aparece nos tratados de Hobbes e Locke, e para permitir a relação entre diferentes países, os chineses historicamente tem uma ideia mais intimista a respeito do Estado, sendo os imperadores como um membro da família, o patriarca da civilização. O Estado encontra-se enraizado na sociedade, de uma maneira bastante diferente do caso ocidental. Utilizei aqui nesta introdução a categoria de Estado-nação pois ela está articulada à uma constelação de outras categorias que utilizamos na nossa concepção do mundo ocidental, como a ideia de indivíduo, de liberdade, de direitos, de razão, às quais a compreensão do desenvolvimento chinês coloca em questão, conforme será discutido ao longo desta tese.

No fundo, o que a emergência da economia chinesa traz consigo é o surgimento de um novo tipo de paradigma diferente de tudo o que tivemos de pensar no passado. Como o Ocidente, a China acredita no mercado e no Estado. No final do século XVIII, Adam Smith já havia constatado que o mercado chinês é maior, mais desenvolvido e mais sofisticado do que qualquer coisa na Europa, mas durante um interregno de dois séculos iniciado a partir da Revolução Industrial inglesa houve um descolamento das economias ocidentais e a chinesa, esta que até então era a mais sofisticada do mundo. Durante cerca de um século e meio a China passou por um eclipse econômico e social enquanto o mundo ocidental percebeu um desenvolvimento sem precedentes na história mundial, baseado no mercado e na economia de produção industrial.

No curso das últimas três décadas, contudo, com a abertura gradual de sua economia, a China vem rapidamente restabelecendo sua posição de liderança econômica, social e cultural, sem, no entanto copiar os modelos ocidentais que foram estabelecidos como dominantes durante o período de seu eclipse. Sem optar por um modelo liberal de economia, a China vem combinando seu capitalismo com um Estado extremamente forte e onipresente.

O Estado está presente em toda a China, guiando as empresas, muitas delas ainda de propriedade pública, senão induzindo o investimento das empresas privadas. Estas, independentemente de quão grandes, dependem de várias maneiras de apoio estatal. Metas para a economia são definidas pelo Estado. E a autoridade do Estado flui em muitas outras áreas, como na política do filho único e nas restrições migratórias. Uma opinião recorrente de empresários brasileiros e pessoas ligadas diretamente nas relações comerciais entre Brasil e China com quem tive a oportunidade de conversar durante a pesquisa é que na China não se faz negócios com as empresas chinesas. Antes de mais nada, se negocia com o Estado chinês. A maneira como o Estado chinês vem conduzindo suas reformas de abertura econômica, no entanto, não tem par na história das teorias do desenvolvimento, o que provoca, simultaneamente certa admiração, bem como espanto em relação às inovações institucionais que o Estado chinês foi capaz de realizar com tanto êxito.

Por sua vez, as atitudes do Ocidente em relação à China, assim como em relação aos demais países emergentes, demonstram certa forma de arrogância ao

assumir que a experiência ocidental é melhor do que qualquer outra e que o Ocidente possui a medida universal. A China não é diferente quanto a esta característica. Há o mesmo tipo de arrogância, embora os chineses não possuam o espírito evangelizador como o dos ocidentais, especialmente os norte-americanos, no sentido de tentar impor sua visão de mundo, suas instituições, sua cultura aos demais países.

Diferentemente, os chineses não pregam medir o mundo com sua régua. Contentam-se em medir apenas o seu próprio, muito bem delimitado na concepção territorial da civilização chinesa, enquanto que o Ocidente, de natureza mais expansiva, pretende que sua civilização sirva de modelo para as demais num movimento de expansão até a última fronteira. Em ambos os casos tal atitude é ignorante, pois se recusa a resolver a questão da diferença, baseando-se em uma premissa enganosa de que a modernidade tenderá homogeneizar as diversas culturas do mundo, como se houvesse uma convergência de trajetórias ou uma derradeira vitória da civilização mais avançada.

Nos últimos duzentos anos, contudo, o domínio e o fascínio exercido pela pujança do desenvolvimento ocidental parece ter feito com que o Ocidente não precisasse entender tão à fundo outras culturas, outras civilizações, tamanho foi o interesse por compreender a sua própria e, como decorrência, impô-la onde quer que fosse. O Ocidente alcançou tamanha capacidade técnica, econômica e institucional que o possibilitou, quando preciso pelo uso da força, impor seu próprio caminho. A posição de desvantagem em que ficaram todas as demais culturas em relação ao Ocidente desenvolvido forçou-as a compreender o mundo ocidental e sua dinâmica, mais do que o mundo ocidental precisou conhecer o mundo não desenvolvido. Quando muito, o interesse pelas culturas marginais foi cultivado nos círculos acadêmicos da antropologia, sem muita relação com outras áreas do conhecimento que se puseram a estudar as questões relacionadas ao desenvolvimento, como foi o caso da economia. Entre os economistas, as questões relativas à cultura ficaram reduzidas às regras do jogo informais, de certo sempre marginalizadas e sem muito valor na teoria econômica.

No entanto, um terço da população mundial vive hoje no leste asiático, que se tornou a maior região econômica do mundo atual, e não é demais imaginar

que o povo da Ásia Oriental seja melhor informado a respeito do Ocidente do que o oposto, a despeito de todo o desenvolvimento científico e tecnológico acumulado pelo Ocidente nos últimos séculos. Não estou me referindo ao conhecimento científico explícito, que, sem sombra de dúvidas, o Ocidente produziu e acumulou em escalas sem precedentes na história da humanidade, mas ao conhecimento tácito, fruto da experiência, acumulado através de gerações, nos termos que Michel Polanyi (1966) o definiu. Em se tratando da cultura, o mundo não ocidental possui um conhecimento maior da cultura ocidental do que o contrário, a começar pela língua. O inglês é hoje a língua mais falada no mundo, o que dá uma boa noção da capilaridade da cultura ocidental.

No entanto, o novo fenômeno ora em curso indica que a liderança do mundo ocidental desenvolvido chega aos seus limites mais difíceis de serem superados. A crise financeira deflagrada em 2008 veio a acelerar a ultrapassagem das economias em desenvolvimento feitas as do Brasil e da China ante as estabelecidas potências mundiais. Com uma velocidade crescente em termos históricos, o mundo vem sendo conduzido e moldado não mais pelos velhos países desenvolvidos, mas cada vez mais pelos países do chamado mundo em desenvolvimento. Vemos isto com nitidez com a crescente influência do G20 em relação a posição do G7 e a consolidação dos chamados BRICS como instância de negociação e debates que visa reformar e aperfeiçoar as instituições internacionais que antes ditavam as regras para o mundo então chamado de subdesenvolvido, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização Internacional do Comércio.

Gradativamente, o Ocidente está a perder a sua influência em um mundo que vem se configurando multipolar e cujo crescimento vem sendo paulatinamente determinado pelas economias dos países emergentes. Pode-se assumir que o mundo que se delineia daqui para frente inevitavelmente vai tornar-se cada vez mais estranho para nós, dado que será moldado pela cultura e pelas experiências e histórias que até então não estamos muito familiarizados. Há que se ter em conta, no entanto, que esta transição não ocorrerá de maneira revolucionária, como num choque de civilizações, mas lenta e paulatinamente.

A análise do progresso econômico e seus determinantes, no entanto, é ainda em grande parte tingida pelo eurocentrismo. É natural que as experiências do passado constituam as bases da reflexão e da formulação de propostas para o futuro, mas uma vez que as potências estabelecidas entram em crise e abrem espaço para a construção de outras modalidades de desenvolvimento, os limites de seus modelos ficam evidentes e novas possibilidades ganham espaço.

Além de ser realizada à luz dos conceitos e construtos das ciências europeias, a análise do desenvolvimento geralmente focaliza os dois últimos séculos do avanço capitalista, caracterizado por um rápido progresso tecnológico, por mudanças estruturais e pelo aumento sem precedentes da renda per capita. Este enfoque geralmente negligencia períodos anteriores, durante o qual a renda per capita se manteve relativamente estável, como também pressupõe não ter havido progresso técnico relevante antes da Revolução Industrial. Tudo isso tem uma razão de ser já que, afinal, a modernidade é mesmo uma invenção europeia e a partir do continente europeu irradiou para os demais cantos do mundo sob o impulso da Revolução Industrial.

Os avanços tecnológicos como os que foram promovidos pela Revolução Industrial, no entanto, não podem ficar circunscritos ao progresso das máquinas, desconsiderando-se as inovações nas práticas de organização, de administração e agrícolas. Tais inovações não se restringem tão somente à técnica, mas carregam consigo uma carga cultural que determina as trajetórias pelas quais as sociedades seguiram em seu processo de modernização. Uma análise dos processos de modernização e de desenvolvimento à luz somente da experiência europeia induz a se pensar que há apenas um caminho para a modernização, deixando de lado os aspectos culturais que permeiam outras trajetórias de desenvolvimento que não apresentaram os resultados das experiências ocidentais, mas que prepararam o terreno para o ingresso em uma trajetória alternativa. Neste sentido, a experiência chinesa é um caso exemplar que induz a uma reflexão acerca do poder de explicação das teorias da modernização eurocêntricas. A ascensão da China provoca a ampliação das perspectivas acerca do significado do desenvolvimento, das teorias que explicam este fenômeno e dos modelos analíticos e práticos, principalmente no que diz respeito à sua aplicação para o caso dos países em desenvolvimento.

Tendo a cultura um peso relevante, a análise do desenvolvimento e o processo de modernização não podem deixar de considerar esta dimensão de uma maneira ampla. Tal questão foi endereçada na famosa tese em que Weber trata da relação entre a ética protestante e o surto capitalista, sendo esta, ao lado do trabalho de Émile Durkheim, as principais bases clássicas das teorias da modernização. No entanto, o estudo de Weber recebeu reconhecimento tão grande que induziu alguns estudiosos a considerar ter ela resolvido todas as questões referentes à relação entre cultura e desenvolvimento a ponto de pesquisadores consagrados, sustentarem que o desenvolvimento requer um conjunto de valores tidos como 'certos'; e, a partir daí, chegarem a uma conclusão cada vez mais claramente enganosa de que o desenvolvimento só poderia seguir por um único caminho. A China vem provar que não. A ascensão da economia chinesa e uma comparação entre sua trajetória e a ocidental deixa patente que há diferenças fundamentais que precisam ser consideradas, o que abre a possibilidade para novas explicações e modelos analíticos. Não que estes modelos servirão para que outros países o apliquem visando alcançar um desenvolvimento reflexo agora ao da China, o que significaria incorrer no mesmo erro, mas para que tornem mais clara a possibilidade de se construir outros caminhos, em alguns aspectos melhores do que os que já conhecíamos da experiência pregressa.

Uma abordagem de maior alcance é útil para ajudar a compreender as políticas e instituições que diferentes regiões do mundo criaram e desenvolveram ao longo dos últimos séculos e que levaram a processos de modernização por caminhos distintos. Em relação ao Ocidente, as instituições e políticas da modernidade chinesa repousam sobre bases culturais bastante distintas, mas igualmente poderosas. A China contemporânea constitui um importante contraponto às teorias de desenvolvimento e modernização elaboradas à luz da experiência ocidental recente. É, portanto, útil colocá-la numa perspectiva comparativa de longo prazo, pois os ecos do passado certamente ainda ressoam.

A presente tese pretende discutir a modernização chinesa à luz de sua própria cultura e os limites do conhecimento acumulado pela experiência ocidental para tratar desta questão. Para tanto, está organizada em três ensaios independentes entre si, porém complementares. Após essa introdução geral, o primeiro ensaio pretende apontar os limites das teorias clássicas da modernização

para a boa compreensão do desenvolvimento chinês. Após uma breve caracterização dos fundamentos das teorias clássicas da modernização que têm em Weber, Durkheim e Marx seus principais autores, segue-se uma discussão acerca da ideia de modernidades alternativas, a partir das reflexões de Charles Taylor, Schmucl Eisenstadt e Dilip P. Gaonkar. Tal abordagem é útil para se pensar a modernidade chinesa e o desenvolvimento dos países emergentes. Ao final apresento o conceito de Redução Sociológica, desenvolvido por Alberto Guerreiro Ramos, o qual é de importância central nesta tese, pois que permite-nos pensar a modernização como um processo de autodeterminação que tem como motor uma estratégia de desenvolvimento a qual não é tomada de empréstimo de quem já chegou lá, mas é construída autonomamente, mesmo que à luz de experiências alienígenas. Neste sentido, a China é um caso que ilustra de modo claro uma aplicação deste conceito e permite pensar analiticamente o desenvolvimento de outras economias emergentes. Na realidade, a Redução Sociológica constitui um método de assimilação crítica o qual a China empregou naturalmente, muito em função de sua independência cultural, mas que, para países com histórico colonial como o Brasil torna-se um exercício necessário.

O segundo ensaio constitui uma crítica a um grupo de autores que tratam da relação entre cultura e desenvolvimento. Chamo a abordagem destes autores de evangelizadora, dado que propõem fundamentalmente que o desenvolvimento requer a adoção dos valores certos. Lawrence Harrison e Samuel Huntington, seus principais representantes, tomam como ponto de partida *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* de Weber e, em síntese, propõem que, a fim de se desenvolverem, as sociedades precisam adotar os valores de tipo protestante. Se não o fizerem, não se desenvolvem. Assumem que a marcha inexorável da modernidade acabaria fazendo de todas culturas semelhantes e equivocam-se ao fazer desta importante obra de Weber também o ponto de chegada de suas argumentações.

Por fim, o terceiro ensaio, mais extenso do que os dois primeiros, trata da modernização da China propriamente dita. Na primeira parte trato das peculiaridades chinesas a fim de demonstrar que os construtos teóricos que utilizamos para pensar o desenvolvimento não são suficientes para tratar do caso chinês. Em seguida trato de algumas questões relativas à cultura chinesa que

contrastam com os valores das culturas ocidentais. Na terceira parte utilizo a ideia de Revolução industrial proposta por Sugihara (2003) a fim de comparar a trajetória chinesa, caracterizada pelo uso intensivo de mão-de-obra, à trajetória inaugurada no ocidente pela Revolução Industrial, caracterizada, por sua vez, pela aplicação intensiva de capital e recursos naturais. Na quarta parte caracterizo a economia chinesa contemporânea para, por fim, tratar do processo de inovação das empresas chinesas à luz dos conceitos discutidos. Na medida em que os temas dos dois primeiros ensaios constituem referencial analítico para a abordagem do terceiro, e que o assunto cultura permeia toda a discussão, os três ensaios são mutuamente complementares.

Ao final, à guisa de conclusão, apresento as considerações finais da tese, discutindo as lições que a extraordinária ascensão da economia chinesa capitaneada pelo seu Estado podem fornecer para a formulação da necessária estratégia brasileira, esta que, à luz daquela experiência deve ser entendida como um movimento de autoafirmação.

2 A ESTRATÉGIA DE MODERNIZAÇÃO COMO AUTOAFIRMAÇÃO

Neutro é quem já se decidiu pelo mais forte.

Atribuído a Max Weber

2.1 A IDEIA DE MODERNIDADE

Para alcançar um entendimento mais amplo a respeito do fenômeno econômico é necessário que se tenha em conta não apenas suas dimensões política e legal, mas também o papel que é desempenhado pela cultura (SWEDBERG, 2003). Compreender esta interação não é tarefa trivial. Nos textos clássicos, tanto da economia quanto da sociologia, estas dimensões são analisadas indissociadamente, mas com a progressiva especialização dos diversos domínios do conhecimento ao longo do último século a interação entre estas dimensões sofreu distorções. No âmbito da economia pode-se assumir que houve certa forma de subordinação da esfera social em relação à econômica quando alguns autores que se puseram a estudar a questão do desenvolvimento passaram a assumir como pré-requisitos certo tipo de valores e de cultura. A sociologia econômica, emergente disciplina de natureza transdisciplinar,² tem como um de seus propósitos reconciliar

² Transdisciplinar, assim como transdisciplinaridade, são neologismos para se referir a uma idéia que vai além da disciplinaridade, da pluridisciplinaridade e da interdisciplinaridade. A pluridisciplinaridade diz respeito ao estudo de um objeto de uma mesma e única disciplina por várias disciplinas ao mesmo tempo. O objeto é enriquecido pelo cruzamento de várias disciplinas. O conhecimento do objeto em sua própria disciplina é aprofundado por uma fecunda contribuição pluridisciplinar. A pesquisa pluridisciplinar traz um *algo a mais* à disciplina em questão, porém este *algo a mais* está a serviço apenas desta mesma disciplina. Em outras palavras, a abordagem pluridisciplinar ultrapassa as disciplinas, mas sua finalidade continua inscrita na estrutura da pesquisa disciplinar. A interdisciplinaridade tem uma ambição diferente. Diz respeito à transferência de métodos de uma disciplina para outra. Podemos distinguir três graus de interdisciplinaridade: a) *um grau de aplicação*. Por exemplo, os métodos da física nuclear transferidos para a medicina levam ao aparecimento de novos tratamentos para o câncer; b) *um grau epistemológico*. Por exemplo, a transferência de métodos da lógica formal para o campo do direito produz análises interessantes na epistemologia do direito; c) *um grau de geração de novas disciplinas*. Por exemplo, a transferência dos métodos da matemática para o campo da física gerou a física-matemática; os da física de partículas para a astrofísica, a cosmologia quântica; os da matemática para os fenômenos meteorológicos ou para os da bolsa, a teoria do caos. Como a pluridisciplinaridade, a interdisciplinaridade ultrapassa as disciplinas, mas sua finalidade também permanece inscrita na pesquisa disciplinar. A transdisciplinaridade diz respeito àquilo que esta ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e *além*, de qualquer disciplina. Seu objetivo é a *compreensão do mundo presente*, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento. A finalidade da pluri e da interdisciplinaridade sempre é a pesquisa disciplinar. Como no caso da disciplinaridade, a pesquisa transdisciplinar não é antagonista, mas complementar às pesquisas pluri e interdisciplinar. A transdisciplinaridade é, no entanto, radicalmente distinta da pluri e da interdisciplinaridade, por sua

estas esferas para promover um melhor entendimento dos fenômenos econômicos a partir do conceito de *embeddedness*, traduzido para o português como enraizamento. A ideia básica é de que as ações econômicas estão enraizadas nas estruturas sociais (POLANYI, 1944; GRANOVETTER, 1985).

A ciência econômico-social ou sociológico-econômica, tem por objeto estudar a interação recíproca entre os fenômenos econômicos e os socioculturais. Interessa-se, assim, (1) pelos fenômenos 'economicamente significativos', isto é, os fatores não econômicos, como as instituições religiosas ou políticas, do ponto de vista de sua influência sobre o comportamento econômico; e (2) pelos fenômenos economicamente condicionados, isto é, a análise das instituições econômicas vistas pelo ângulo de sua sobre as demais instituições sociais. Os fundadores desta disciplina consideravam importante o engajamento em um estudo teórico da economia em seu contexto sociocultural que ultrapassasse os limites do historicismo. Daí seu interesse pelo fenômeno do capitalismo ocidental, suas origens, seu funcionamento, suas perspectivas (TRIGILIA, 2002:40).

Já em *A riqueza das nações* Adam Smith (1776) apresenta uma concepção de economia que não é dissociada da sociedade. Tal concepção se mantém presente nos estudos desenvolvidos ao longo do século XIX, especialmente na Alemanha, com o desenvolvimento da perspectiva sócio-histórica das instituições econômicas, na chamada Escola Histórica Alemã da Economia. Por outro lado, na Inglaterra, David Ricardo e outros economistas popularizaram um tipo de análise dedutiva muito mais abstrata que em meados do mesmo século consolidava o conceito de *homo economicus*. A perspectiva histórico-social alemã e a abstrato-dedutiva inglesa tiveram grande dificuldade de coexistir e na virada para o século XX entraram em choque, o que acabou resultando no triunfo dos economistas abstrato-dedutivos sobre os de orientação sócio-histórica.³ Ao longo do século XX, o

finalidade: a compreensão do mundo presente, impossível de ser inscrita na pesquisa disciplinar. Para maior aprofundamento ver: Nicolescu, 1996; e o sítio do *Centre International de Recherches et Études Transdisciplinaires*: <http://basarab.nicolescu.perso.sfr.fr/ciret/index.htm>.

³ O choque de metodologias teve seu ápice nos anos de 1880 e 1890 e ficou conhecido como a Batalha dos Métodos na macroeconomia (*Methodenstreit der Nationalökonomie*), sendo a Escola Historicista Alemã e a Escola Austríaca seus os principais antagonistas. A Escola histórica alemã sustentava que os economistas poderiam desenvolver novas e melhores teorias sociais a partir do estudo de estatísticas e materiais históricos, e era avessa a teorias que não derivam da experiência histórica. Focalizava instituições dinâmicas específicas como principal variável explicativa das mudanças na economia política. Reagia contra o determinismo materialista, contra a idéia de que a ação humana poderia (e deveria, uma vez tendo a ciência avançado o suficiente), ser explicada como

pensamento econômico dominante manteve-se deliberadamente afastado do estudo das instituições e da interação social e o termo 'institucionalista' era designado para classificar os economistas interessados na dimensão social da vida econômica, distinguindo-os dos economistas 'de verdade' (SWEDBERG, 2011).

Pode-se considerar que as pedras fundamentais desta disciplina que vem a se estabelecer como Sociologia Econômica foram lançadas pelos trabalhos de Émile Durkheim e de Max Weber. Ambos buscam compreender o surgimento do comportamento econômico moderno a partir da comparação entre as sociedades pré-capitalistas e capitalistas, o primeiro no âmbito da sociologia, o segundo no da economia.⁴ Durkheim (1888) criticava abertamente o pensamento econômico que viria a se tornar dominante por considerá-lo demasiado abstrato e não empírico, logo, isolado de tudo o que fosse 'social'. Para Durkheim o ser humano nunca é um ser isolado conforme aparece na ficção do *homo economicus* e a economia não poderia ser entendida senão como um fenômeno de natureza social.

L'homme réel, que nous connaissons et que nous sommes, est autrement complexe : il est d'un temps et d'un pays, il a une famille, une cité, une patrie, une foi religieuse et politique, et tous ces ressorts et bien d'autres encore se mêlent, se combinent de mille manières, croisent et entrecroisent leur influence sans qu'il soit possible de dire au premier coup d'œil où l'un commence et où l'autre finit. (DURKHEIM, [1888] 2002:8)

Em *Da divisão do trabalho social* ([1893] 2007), Durkheim analisa as transformações da solidariedade social em decorrência do desenvolvimento cada vez mais considerável da divisão do trabalho nas sociedades modernas, no que pode ser considerada um dos melhores relatos sobre o nascimento do indivíduo. Para Durkheim a divisão do trabalho não diz respeito a uma necessidade meramente econômica, mas atende a uma necessidade antes de tudo social, qual seja a de criar um sentimento de solidariedade entre as pessoas. Em outras palavras, possui uma função na sociedade que vai além da esfera dos interesses puramente econômicos, pois que consiste no estabelecimento de uma ordem social *sui generis*.

reações físicas e químicas. Por contraste, a Escola Austríaca acreditava que a economia era produto da lógica filosófica e só poderia dizer respeito ao desenvolvimento de regras provenientes de princípios gerais – considerando a motivação humana e a interação social demasiado complexas para serem passíveis de análise estatística – e supondo suas teorias da ação humana serem universalmente válidas. Para maior aprofundamento ver Swedberg (1990b) e Mises (2003).

⁴ Embora Weber se declarasse um economista, era também formado em direito e sua obra é caracterizada por um método sociológico, parecido com o empregado por Durkheim.

Esta ideia, contudo, não é nova. Auguste Comte, quem de fato cunhou o termo sociologia pela primeira vez, em seu *Cours de philosophie positive* (1839) já afirmara que a repartição contínua dos diferentes trabalhos humanos é o fator principal que constitui a solidariedade social e que vem a ser a causa elementar da extensão e da complicação⁵ crescente do organismo social.⁶ Adam Smith (1776) afirmava que a divisão do trabalho transforma o bem estar social não apenas por prover mais, mas por mudar o próprio caráter da sociedade. No entanto, enquanto as reflexões de Comte mantêm-se no plano filosófico e as de Smith no campo da economia, Durkheim pousou-se a aplicar um método científico positivo a fim de demonstrar a ocorrência deste fenômeno, suas causas e consequências e, com isso, fundar a sociologia enquanto ciência.

Seguindo a trilha aberta por Comte, Durkheim entende que a sociedade segue um fluxo natural de aumento progressivo de complexidade e, a partir deste entendimento, opõe analiticamente dois tipos ideais de sociedade, uma de baixa outra de alta complexidade. Às primeiras, chamadas de primitivas ou tradicionais, corresponde um tipo de solidariedade diferente daquela correspondente às sociedades modernas ou complexas. Esta divisão ancora-se igualmente em dois tipos, também opostos, de consciência dos seres sociais.

As sociedades tradicionais são caracterizadas pela baixa diferenciação social. Nestas os indivíduos compartilham praticamente os mesmos sentimentos, detêm as mesmas representações coletivas, comungam das mesmas crenças, possuem finalidades comuns e aderem aos mesmos valores. Em sociedades neste estágio a consciência coletiva predomina sobre a consciência individual, a qual inexistente ou é praticamente nula. O trabalho necessário para atender às necessidades dos indivíduos neste estágio de sociedade encontra-se parcamente diferenciado, ou diferenciado apenas entre os sexos. Durkheim chama de mecânica o tipo de solidariedade presente nas sociedades tipicamente tradicionais.

O processo de evolução das sociedades é, para Durkheim, um processo de gradativo predomínio da consciência individual sobre a consciência coletiva

⁵ O termo 'complexificação', com o sentido de 'crescente aumento da complexidade' apesar de largamente empregado, não existe na língua portuguesa, embora seja este o sentido que queremos dar ao empregar complicação.

⁶ *Cours de philosophie positive*, tome IV, 50^{eme} leçon, posição 5637 Kindle edition.

decorrente da crescente diferenciação social. A progressiva divisão do trabalho social, na medida em que os diversos corpos sociais primitivamente indiferenciados entre si fragmentam-se estabelecendo vínculos com outros grupos e assumindo diferentes funções, faz com que a sociedade avance no sentido de tornar-se cada vez mais complexa. Em oposição às sociedades tradicionais, o que constitui o vínculo social nas sociedades modernas é a interdependência de funções, a qual confere a todos os indivíduos, tão diferentes quanto sejam uns dos outros, uma posição social precisa e, portanto, uma maior consciência do seu papel social, uma maior consciência individual. Esta forma de solidariedade presente nas sociedades modernas Durkheim classifica como orgânica.

O efeito mais notável da divisão do trabalho para Durkheim não é, portanto, o aumento dos rendimentos das atividades produtivas divididas, mas justamente o fato de permitir que estas atividades sejam solidárias entre si. Seu papel não é simplesmente o de aperfeiçoar as sociedades existentes, mas o de possibilitar um novo tipo de sociedade que sem a divisão do trabalho não existiria. Em resumo, a divisão do trabalho é uma condição *sine qua non* para a existência da sociedade moderna. É o que assegura a coesão social e determina os traços essenciais de sua constituição.

Com isso, vê-se quão mais abrangente é o entendimento acerca do papel da divisão do trabalho na sociologia em relação à economia. Nesta, consiste essencialmente em aumentar a produtividade. Naquela, a maior produtividade é mera consequência do fenômeno, um efeito colateral. Para Durkheim, a especialização não tem como fim tão somente aumentar a produtividade, mas permitir vivermos em novas condições de existência por nós mesmos criadas.

Si la division du travail produit la solidarité, ce n'est pas seulement parce qu'elle fait de chaque individu un échangiste comme disent les économistes ; c'est qu'elle crée entre les hommes tout un système de droits et de devoirs qui les lient les uns aux autres d'une manière durable.
(DURKHEIM, [1893] 2007:402-03)

Assim, segundo Durkheim, a característica fundamental que explica o desenvolvimento das sociedades modernas é o aumento progressivo da complexidade social. Na medida em que se proliferam as possibilidades de diferenciação a partir de gostos, profissões, visões de mundo, crenças, valores, por

fim, das funções sociais assumidas pelos indivíduos, maior é a complementaridade entre as diversas atividades exercidas pelos indivíduos em sociedade. O processo de divisão do trabalho forma indivíduos cada vez mais capazes de perceber o quanto dependem uns dos outros. A crescente repartição do trabalho social não provoca, a não ser em suas formas patológicas, a desintegração da sociedade, mas um novo tipo de vínculo social, um novo tipo de solidariedade, esta nomeada orgânica. A solidariedade orgânica só é possível com o aumento da consciência individual.

Fica, com isso, evidente a oposição entre o argumento de Durkheim e o individualismo presente no liberalismo econômico da Escola de Viena (cf. nota 2). O liberalismo econômico vê na ação econômica utilitarista o fundamento definitivo e irrevogável da sociedade e único substrato possível de uma moral que não tolha a liberdade individual. Para Durkheim, a consciência individual não é sinônimo de individualismo, mas o sinal de uma autoconsciência que só pode ser formada socialmente.

Embora seja marcante a posição de Durkheim quanto ao entendimento do fato econômico na sociedade, a economia nunca o interessou tanto quanto outros temas como a moral, a religião e a educação o fascinavam. Max Weber, no entanto, tinha a economia como seu principal tópico de estudo, tendo abordado uma vasta gama de assuntos em seus escritos, das organizações de comércio medievais (1889) e da estrutura social da agricultura em civilizações antigas (1891; 1892) ao mercado de ações (1894-96); do Estado nacional e a política econômica (1895) à sociologia das religiões (1920-21) e os fundamentos sociológicos da música (1921). Traço marcante que permeia sua obra é a discussão acerca da aplicabilidade da teoria econômica não apenas às sociedades industriais, mas também às sociedades pré-industriais. No entanto, assim como no trabalho de Durkheim, a transição das sociedades de tipo tradicional para as de tipo racional, modernas, é um dos pontos de partida, e sua formulação dos tipos ideais tornou-se clássica para o estudo sociológico.

De acordo com Swedberg, o programa para a sociologia econômica de Weber é apresentado no capítulo 2 de *Economia e Sociedade* ([1922] 1994), *Sociological categories of economic action*. Swedberg (1998b; 2011) refere-se a este

capítulo como um manifesto weberiano em Sociologia Econômica e o texto central de Weber na Sociologia Econômica. Embora nestes textos estejam presentes toda a fundamentação teórica desta disciplina, foi seu clássico livro publicado em 1905, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, que constituiu a pedra fundamental do estudo da relação entre cultura e desenvolvimento. Pode-se dizer que uma fatia predominante da literatura que trata do impacto da cultura sobre a vida econômica tem como ponto de partida — e de chegada — esta única obra.

Neste clássico, Weber argumenta que o desenvolvimento do Capitalismo a partir da Europa não se deu simplesmente quando as condições tecnológicas se fizeram propícias para tal empreendimento, mas porque havia presente certo 'espírito' que permitiu que a mudança tecnológica ocorresse. Tal espírito foi produto do protestantismo puritano, com a santificação da atividade mundana e sua ênfase na possibilidade de salvação do indivíduo. Uma das principais contribuições do protestantismo ao desenvolvimento capitalista foi ter aumentado a capacidade de seus adeptos de permanecerem coesos em novas comunidades. Esta sociabilidade foi fundamental para o desenvolvimento capitalista já que virtualmente toda atividade econômica é desenvolvida em grupos. No plano das virtudes individuais cultivadas pelo protestantismo, o espírito do capitalismo a que Weber se refere é caracterizado por uma distinta ética do trabalho, pela frugalidade (propensão à poupança), por certa racionalidade na solução de problemas, esta instrumental, e por uma preocupação com a vida material, que inclina os indivíduos a dominar seu ambiente por meio de inovação e de trabalho.

Segundo Weber, o indivíduo é inicialmente exposto a uma nova doutrina religiosa, o protestantismo, e passa a relacionar esta nova doutrina aos seus interesses religiosos (passo 1). Em seguida passa a aplicar estes valores aos seus interesses econômicos (passo 2) e quando muitas pessoas passam a fazer o mesmo o resultado final é a criação de uma nova ética econômica (passo 3). O esquema básico da passagem da ética religiosa do protestantismo para a ética econômica do espírito capitalista pode ser melhor visualizado no esquema proposto por Swedberg (2003):

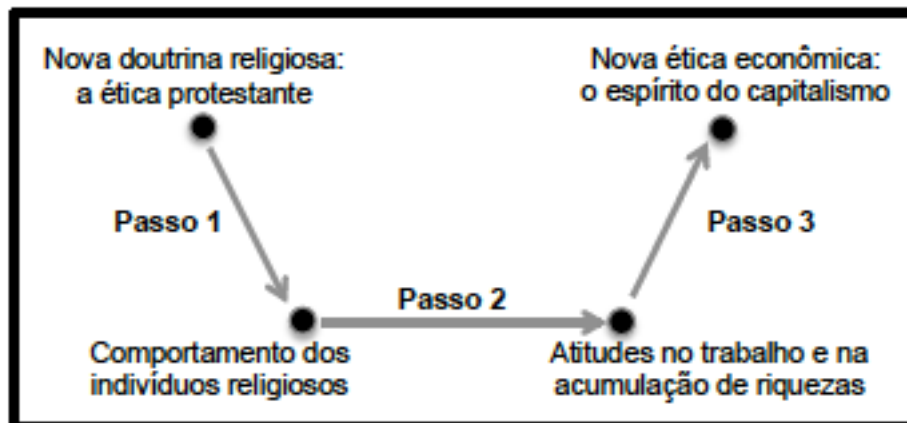


Figura 4 – Da ética religiosa à ética econômica segundo Weber
 Fonte: adaptado de SWEDBERG, 2003:231

O grande problema da repercussão desta ideia está em que muitos autores elevaram aquilo que Weber descreveu como a 'ética protestante' ao status de um modelo universal de 'sociedade moderna', enquanto que os países não industrializados, por sua vez, foram aglomerados na categoria de 'tradicionais'. A ênfase de Weber sobre o crescimento da racionalidade ocidental para explicar a modernização foi reinterpretada por alguns autores como uma espécie de receita para a modernização do mundo em desenvolvimento. Os valores e a cultura ocidentais passaram então de produto do desenvolvimento para a categoria de meios, pré-requisitos para a modernização das sociedades.

A análise de Marx também induz-nos à ideia de caminho único. Para Marx é a burguesia a autora dessas mudanças revolucionárias que inauguram a era moderna. Tal qual Weber, porém em termos distintos, Marx sugere uma vinculação imanente entre os processos de desenvolvimento capitalista e o de modernização. "A burguesia", escreve Marx, "durante seu domínio de classe de apenas cem anos, criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais que todas as gerações anteriores em conjunto". O que intriga Marx não é tanto o avanço tecnológico e industrial, mas a maneira como a burguesia aproveita as forças produtivas até então "adormecidas no seio do trabalho social". A burguesia institui um modo de produção que "só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, como isso, todas as relações sociais". O que distingue a época burguesa de todas as épocas anteriores é, para Marx, essa "revolução contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente" que instaura um

interminável ciclo de concorrência, inovação e transformações destrutivas/criativas. Não há estabilidade; a inovação pela revolução constante dos meios de produção uma vez iniciada não cessa mais. O processo de expansão dessas mudanças é inexorável.

Devido ao rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e ao constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização mesmo as nações mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga a capitularem os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de morte, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constrange-as a abraçar o que ela chama civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança. (MARX & ENGELS, 2001:34-5)

Foi partindo de um esforço de natureza descritivista que Durkheim, Weber e Marx forneceram análises úteis para compreendermos o processo de modernização e o surgimento do capitalismo no Ocidente. No entanto, a força explicativa destas análises induziu estudiosos que basearam-se nestas análises a crer que os elementos 'tradicionais' seriam impeditivos ao desenvolvimento. Paradoxalmente, estes elementos tornaram-se os recursos cruciais para o dinamismo econômico que ocorreu a partir da Europa provocando a centralização do foco sobre a experiência do mundo ocidental e encorajando tentativas de imitação. Daí uma corrente de perspectiva prescritivista propor que para se modernizarem outras sociedades precisariam abrir mão de seus valores tradicionais e aderir aos valores e à cultura ocidental conforme a que Weber descreveu na *Ética Protestante*. Uma proposta como tal é ingênua na medida em que concebe a modernidade como fenômeno uniforme, passível de ser modelada e induzida segundo critérios pré-definidos baseados nos modelos das sociedades europeias que romperam com o tipo-ideal de sociedade tradicional, assumindo que o processo de modernização seria o de um caminho único e natural.

Mas, ao contrário, não existe um percurso único de desenvolvimento. A evolução pode ser multilinear. A experiência das economias asiáticas leva-nos a renunciar a ideia segundo a qual a difusão do capitalismo a partir do Ocidente e os crescentes processos de globalização da economia anunciariam uma civilização mundial singular. A ascensão de uma economia mundial global não foi acompanhada de uma maior uniformidade institucional, mas, em vez disso, de

crescente diferenciação dos processos de modernização, alimentada pelos quadros de referências de diversas civilizações, os quais oferecem recursos institucionais variados para se adaptarem aos desafios da economia mundial.

2.2 A IDEIA DE MODERNIDADES ALTERNATIVAS

O processo a que se referem Marx, Durkheim e Weber, claro está, teve lugar na Europa ocidental. Assim, a própria ideia de modernização é, como se vê, um conceito ocidental ou, mais precisamente, europeu. Tendo se iniciado a partir da Europa, a modernidade logo adquire um caráter normativo. Gaonkar afirma que "o termo moderno designa geralmente a consciência de uma época que se imagina como tendo feito a transição do velho para o novo". Sob a influência dos filósofos iluministas, a ideia de moderno associa-se à uma noção de superioridade científica do presente sobre o passado. "Com uma visão de progresso infinito do conhecimento e de melhoria contínua na vida moral e material, o moderno finalmente liberta-se do feitiço da antiguidade" (GAONKAR, 1999:6).

Tal é a idealizada auto-compreensão da modernidade historicamente associada ao desenvolvimento do capitalismo no Ocidente, a qual levou à existência não só de um modo distinto de produção, mas também um novo tipo de sujeito: um agente libertado de restrições impostas pela tradição para perseguir seus próprios fins privados e cujas ações foram então motivadas pela avidez e regulamentada por um tipo de ascetismo mundano.

Daniel Bell (1976), a partir da tese de Weber, descreve a modernização como um processo que envolve um conjunto de transformações não apenas sociais, mas também cognitivas. As transformações cognitivas dizem respeito ao crescimento de uma consciência científica, o desenvolvimento de uma perspectiva laica, a doutrina do progresso, o primado da racionalidade instrumental, compreensões individualistas de si, um entendimento contratualista a respeito da sociedade, e assim por diante; as transformações sociais, por sua vez, referem-se à emergência e à institucionalização de economias industriais orientadas para o mercado, estados administrados burocraticamente, os modos de governo popular, o Estado de Direito, mídia de massa e maiores taxas de mobilidade, de alfabetização

e de urbanização. O modo capitalista de produção, ao assentar-se sobre e acelerar o processo de transformações sociais e cognitivas descritos por Bell (1976), rapidamente se associa à ideia de modernização. Neste entendimento, o desenvolvimento do capitalismo impulsiona a modernização.

Um passo adiante, Eisenstadt (2000) destaca que a modernidade possui um programa cultural e outro político. Tais programas vinculam-se a alguns pressupostos ideológicos e institucionais particulares. Um dos pressupostos ideológicos é a concepção acerca da agência humana e seu lugar no fluir do tempo. O programa cultural carrega consigo uma ideia de futuro que se caracteriza pela disponibilidade de inúmeras possibilidades realizáveis através da agência humana autônoma. Quem melhor formulou esta concepção foi mesmo Weber que viu no amanhecer da modernidade uma ruptura nos postulados éticos, morais e existenciais no que concerne à organização do mundo e da vida em sociedade. A inauguração da época moderna pode ser apontada com alguma precisão no momento em que a legitimidade inquestionável de uma ordem social predeterminada transcendental e divinamente entra em decadência, dando espaço para a legitimação de uma nova ordem social, esta calcada na razão. A modernidade emerge quando o que antes era visto como um cosmos imutável deixa de ser *taken for granted*.⁷

Elemento central do programa cultural da modernidade é a ênfase na autonomia do homem, que, a partir de determinado momento, emancipa-se dos grilhões das autoridades políticas e culturais tradicionais e adquire consciência de uma grande variedade de papéis sociais além das atribuições estreitas, rígidas, tradicionalmente vinculadas à família e fixamente situadas em pequenos espaços comunitários, conforme descrito por Durkheim. Eisenstadt (2000) explica que com a expansão contínua das liberdades pessoal e institucional tal autonomia implicou, primeiramente, em reflexividade e exploração; em seguida, na ativa busca do domínio sobre a natureza, inclusive a humana. Tal projeto de modernidade implicou forte ênfase na participação autônoma dos membros da sociedade na constituição da ordem política e social, o que fez emergir a crença na possibilidade de que a sociedade pudesse ser ativamente formada pela atividade humana consciente.

⁷ Tido como certo, numa tradução livre.

Já no que concerne ao programa político da modernidade, Eisenstadt aponta como elemento central o colapso dos elementos legitimadores da ordem política tradicional e o despertar para diferentes possibilidades de construção de uma nova ordem, que vieram acompanhados de crescente reconhecimento da legitimidade de múltiplos interesses e objetivos e de múltiplas interpretações acerca do bem comum. Eisenstadt destaca que estas possibilidades combinaram temas de rebelião, protesto, oposição intelectual, e ensejaram a formação de novos núcleos de ordenação social e construção institucional, abrindo espaço para os movimentos de protesto como um componente perene no processo político.

O moderno processo político assim se caracteriza pela reestruturação das relações centro-periferia como foco principal da dinâmica política, uma forte tendência à politização das demandas de diversos setores da sociedade e dos conflitos entre estes setores, e um contínuo embate sobre a definição do domínio da política. A modernidade ocasionou, além disso, uma maneira distinta de construção das fronteiras das coletividades e das identidades coletivas, concebendo estas definições em termos absolutos, com ênfase para seus componentes civis. As identidades coletivas não mais eram tidas como dadas, preordenadas por visões e autoridades transcendentais, ou sancionadas pelos costumes arraigados, mas tornaram-se elas mesmas o ponto nevrálgico de contestação e disputas, postas com frequência em termos agudamente ideológicos.

Os filósofos iluministas acreditavam que a racionalização da vida cultural e social decorrente da difusão do conhecimento e da atitude científica levaria, entre outras coisas, à erradicação progressiva das superstições tradicionais, preconceitos, erros, e, em contrapartida, à criação gradual de uma forma republicana de governo. Idealmente, este governo garantiria os direitos civis e promoveria a formação de uma orientação política através do debate aberto e livre, enquanto uma economia livre e equitativa garantiria a prosperidade geral e o crescimento, permitindo aos indivíduos perseguirem de forma enérgica seus próprios interesses, desde que não impedissem que outros indivíduos perseguissem os seus próprios.

Mas com o novo tipo de racionalidade que torna-se a base de sustentação da modernidade, uma racionalidade que calcula, discerne e julga com vistas à melhor adequação entre meios e fins, o projeto iluminista segue por

caminhos menos luminosos. Sendo um valor que não está atrelado à nenhuma cosmovisão religiosa ou à nenhuma tradição, é incapaz de conferir significado ao novo mundo que ilumina. Melhor dito, os significados passam a ter caráter mais mundano e material. Mais do que isso, dissolvem-se as cosmovisões que então davam sentido e unidade à vida. É referindo-se a este processo que Weber descreve certo "desencantamento do mundo", a rotinização e a padronização de vastos setores da vida que seguem a modernização da sociedade e que dão lugar a um sentimento generalizado de alienação e desespero associada à vida em um mundo desencantado de rotinas repetitivas e sem sentido. O entendimento de Weber é, assim, mais sombrio do que aquele dos filósofos iluministas já que, para Weber, o triunfo da razão não culmina na criação de uma utopia racional conforme a imaginada por estes filósofos, mas na constituição de uma "gaiola de ferro" de compulsão econômica e controle burocrático.

Eis, portanto, a tensão paradoxal da vida moderna: ênfase na ação humana autônoma *versus* controles restritivos inerentes às realizações institucionais; liberdade *versus* controle; mercado *versus* Estado. As contínuas contradições entre as premissas do projeto modernista permeiam os campos econômico, político e cultural autonomizando e ao mesmo tempo submetendo a ação humana à crescente rotinização e burocratização da vida social. No novo projeto de construção ativa da ordem social, autonomia e controle, disciplina e liberdade, razão e emoção são as antinomias candentes dos debates político e ideológico.

A fenda mais crítica, segundo Eisenstadt (2000) — e que permanece como a questão fundamental na discussão atual sobre a modernidade e o processo de modernização —, é a que separa as visões universalistas das pluralistas. Esta que aceita a existência de diferentes valores e racionalidades; aquela que combina diferentes valores e sobretudo racionalidades de maneira totalista.

Tal tensão se desenvolveu primeiramente no que diz respeito ao conceito mesmo de razão; e ao seu lugar na constituição das sociedades humanas. Eisenstadt (2000) aponta como o movimento mais significativo em direção à universalização de diferentes racionalidades aquele tido como fruto da mensagem maior do movimento iluminista: o império da razão, que subjuga a racionalidade

valorativa, ou racionalidade substantiva, àquela que Weber denominou de formal ou instrumental, esta assumindo o status de uma visão moralista utópica e totalizante.

Embora a associação entre modernização e o desenvolvimento do capitalismo no Ocidente seja muito forte, por vezes até confundida, há resistência em se aceitar explicações que atribuem ao Ocidente determinado tipo de racionalidade, como esta que Weber nomeou instrumental, e, em seguida, a associar este tipo de racionalidade ao 'espírito do capitalismo' que se desenvolveu no continente europeu. Braudel adverte que esta racionalidade não é invenção europeia, uma vez que está presente em culturas árabes e islâmicas, fontes das quais os europeus se serviram (BRAUDEL, 1996a:495-518).

Braudel classifica como simplista a visão que trata o Ocidente em geral, e a Europa em particular, como superiores em relação aos outros povos, e que toma esta superioridade como ponto de partida para explicar o desenvolvimento capitalista:

"Qualquer explicação do capitalismo equivale (...) a por em causa uma superioridade estrutural e indiscutível do 'espírito' ocidental. Quando esta superioridade é também oriunda dos acasos, das violências da história, de uma má distribuição mundial das cartas" (BRAUDEL, 1996a:518).

Não se pode negar, no entanto, que tais acasos, violências e, também, a sorte na distribuição mundial das cartas, favoreceram a Europa ocidental a romper com o passado e inaugurar a era moderna. Contudo, não significa que o curso de modernização pelo qual a Europa irrompeu seja o único, nem mesmo o melhor.

Quanto a isto, Charles Taylor (1999) nos ajuda ao distinguir dois tipos de teorias sobre a modernidade. Na visão deste autor opõem-se uma teoria cultural a uma teoria acultural da modernidade. A teoria acultural da modernidade descreve a transição para a modernidade em termos de um conjunto de operações consideradas culturalmente neutras, as quais são tidas como '*inputs*' necessários à transformação de toda e qualquer sociedade tradicional:

"nesta perspectiva, a modernidade não é especificamente ocidental, apesar de ter se originado no Ocidente. Em vez disso, trata-se da forma de vida para a qual convergem todas as culturas, na medida em que passam substancialmente pelas mesmas alterações, uma após a outra" (TAYLOR, 1999:169).

Trata-se de uma visão universalista — e, porque não, fatalista — acerca do desenvolvimento das sociedades modernas.

Tal proposição de que a modernização social move-se inexoravelmente para o estabelecimento de certo tipo de atitude mental (o racionalismo científico, o instrumentalismo pragmático, o secularismo) e certo tipo de ordem institucional (o governo popular, a administração burocrática, a orientação para o mercado, a economia industrial), independentemente da cultura e da política de um determinado lugar, independente de sua história, enfim, não pode ser verdadeira por não considerar que a modernidade ocidental é, em si, uma 'cultura' com uma perspectiva moral e científica distinta, a qual consiste de uma constelação de entendimentos de natureza, de pessoa, de sociedade, de razão e de bem, a qual é diferente tanto das culturas que a precederam quanto das culturas não-ocidentais coetâneas (GAONKAR, 1999).

Adicionalmente, a teoria acultural da modernidade impõe uma falsa uniformidade sobre múltiplos e diversos encontros entre as culturas não-ocidentais e as formas e processos supostamente neutros culturalmente, como a ciência e a tecnologia, a industrialização, a laicização, a burocratização e assim por diante, característicos do processo de modernização da sociedade.

A teoria cultural da modernidade, por sua vez, diz Taylor (1999), sustenta que a modernidade sempre se desenrola dentro de um contexto específico e que os diferentes pontos de partida da transição para a modernidade levam a resultados distintos. Sob o impacto da modernidade, todas as sociedades sofrerão transformações no que diz respeito às suas visões de mundo e arranjos institucionais. Algumas dessas mudanças podem ser similares, mas não significa que convergiram a um ponto comum. Diferentes trajetórias históricas levam a diferentes respostas. A teoria cultural nos permite analisar o modo como o apego às tradições e às forças que provocam as mudanças interagem de maneiras específicas sob influência das heranças históricas e políticas para a produção de modernidades alternativas em diferentes contextos nacionais e culturais. Em uma palavra, a modernidade não é só uma, são múltiplas.

Pensar em termos de múltiplas modernidades significa, então, adotar uma visão alternativa acerca da evolução das sociedades, do desenvolvimento do

capitalismo e do processo de formação das economias de mercado, como também uma nova perspectiva para se compreender a mudança tecnológica. É preciso se ter em conta, em primeiro lugar, que a visão de múltiplas modernidades vai de encontro às visões consagradas das teorias clássicas da modernização expostas nas análises sociológicas de Marx, Durkheim e Weber, bem como refuta a hipótese da convergência das sociedades industriais.

(...) to think in terms of alternative modernities does not mean one blithely abandons the Western discourse on modernity. That is virtually impossible. Modernity has traveled from the West to the rest of the world not only in terms of cultural forms, social practices, and institutional arrangements but also as a form of discourse that interrogates the present. That questioning of the present, whether in vernacular or in cosmopolitan idioms, which is taking place at every national and cultural site today cannot escape the legacy of Western discourse on modernity. Whoever elects to think in terms of alternative modernities (irrespective of one's location) must think with and also think against the tradition of reflection that stretches from Marx and Weber through Baudelaire and Benjamin to Habermas, Foucault, and many other Western (born or trained) thinkers. (GAONKAR, 1999:13)

Eisenstadt remarca que as clássicas teorias da modernidade assumem, mesmo que implicitamente, que o programa cultural da modernidade, conforme se desenvolveu na Europa e a constelação institucional que ali emergiu acabariam por abraçar todas as sociedades modernas e em modernização; e que, a expansão da modernidade levaria ao triunfo deste programa e destas instituições por todo o mundo. Aceitar a ideia de múltiplas modernidades, no entanto, pressupõe assumir que a melhor maneira de se entender o mundo contemporâneo não seria sob uma ótica de evolução linear de modernização, mas vê-lo como uma sequência de contínua constituição e reconstituição de uma multiplicidade de programas culturais.

Uma das implicações fundamentais desta proposta é que ela dissocia as ideias de modernização e ocidentalização, comumente baralhadas ou consideradas sinônimas uma da outra. Modernidade e ocidentalização não são a mesma coisa, como parecem crer os teóricos do 'fim da história' e do 'choque de civilizações' (FUKUYAMA, 1992; HUNTINGTON, 1996). Os padrões da Europa Ocidental, conforme Eisenstadt muito pertinentemente reconhece, gozam de precedência histórica e mantêm-se como ponto de referência básico para as demais sociedades, mas não configuram a única e autêntica modernidade.

Gaonkar (1999) sugere que entendermos o processo de modernização à luz de uma perspectiva cultural ao invés de acultural permite-nos pensar em uma forma de *adaptação criativa* contrastante com a visão de *destruição criativa* inerente à teoria da convergência.

Na visão de destruição criativa, a construção da modernidade passa necessariamente pela superação do antigo, pelo despertar de uma nova consciência, de um tipo novo de racionalidade; uma transição que é vista como progressão sem retorno que deixa para trás ideias, conceitos, imaginários sociais, modos de agir e de fazer, visões de mundo, *habitus*, instituições e em seu lugar coloca novos. Pensar em termos de adaptação criativa não diz respeito tão simplesmente ao ajuste da forma ou à recodificação das práticas com vistas a amenizar o impacto da modernidade. Ao contrário, aponta para as múltiplas formas com que um povo questiona o presente. "É o lugar onde um povo 'torna-se' moderno, ao contrário de ser 'feito' moderno por forças alienígenas e impessoais e onde dão a si uma identidade e um destino" (GAONKAR, 1999:16).

Assim, o conceito de adaptação criativa é entendido também como um interminável processo de questionamento do presente, esta, sim, a atitude imprescindível da modernidade, mas sem que este questionamento tenha como fim a eliminação dos caracteres fundamentais de uma determinada sociedade em função de sua substituição por outros considerados mais adequados aos tempos atuais.

Deve-se reconhecer, no entanto, que o movimento de adaptação criativa a que se refere Gaonkar (1999) não é um processo ameno. Eisenstadt (2000) salienta que ao passo que o mundo moderno adquire novos significados, estes vão-se fragmentando pelas pancadas do inflexível impulso em direção ao desenvolvimento autônomo de todas as arenas institucionais, dando origem aos movimentos sociais nacionalistas e à modernização da violência, das guerras e das barbáries. O liberalismo, o socialismo e o comunismo emergiram como os movimentos mais eminentes do conflito político-ideológico moderno, de onde derivaram-se os movimentos fascista e nazista, ambos fundados em preconceitos nacionalistas. Embora com raízes assentadas em países específicos, estes movimentos alastraram-se muito além de suas fronteiras nacionais engendrando

padrões institucionais e ideológicos distintos e gerando diferentes premissas acerca da ordem político-social:

The socialist and communist movements were fully set within the framework of the cultural program of modernity, and above all within the framework of the Enlightenment and of the major revolutions. By contrast, the national or nationalistic movements, especially of the extreme fascist or national-socialist variety, aimed above all at reconfiguring the boundaries of modern collectivities. They sought to bring about a confrontation between the universalistic and the more particularist, primordial components of the collective identities of modern regimes. Their criticism of the existing modern order denied the universalistic components of the cultural program of modernity, especially in its Enlightenment version. They showed less missionary zeal in transcending purely national boundaries. Yet, significantly, though they repudiated the universalistic components of the cultural and political program of modernity, they sought in some ways to transpose them into their own particularistic visions, attempting to present these visions in some semi-universalistic terms — of which, paradoxically, race might be one. (...) The crystallization of European modernity and its later expansion was by no means peaceful. Contrary to the optimistic visions of modernity as inevitable progress, the crystallizations of modernities were continually interwoven with internal conflict and confrontation, rooted in the contradictions and tensions attendant on the development of the capitalist systems, and, in the political arena, on the growing demands for democratization. All these factors were compounded by international conflicts, exacerbated by the modern state and imperialist systems. War and genocide were scarcely new phenomena in history. But they became radically transformed, intensified, generating specifically modern modes of barbarism. The ideologization of violence, terror, and war — first and most vividly witnessed in the French Revolution — became the most important, indeed the exclusive, citizenship components of the continuation of modern states. The tendency to such ideologies of violence became closely related to the fact that the nation-state became the focus of symbols of collective identity. The Holocaust, which took place in the very center of modernity, was the extreme manifestation and became a symbol of its negative, destructive potential, of the barbarism lurking within its very core. (EISENSTADT, 2000:11-12)

A variabilidade de modernidades, diz Eisenstadt, foi realizada sobretudo pelo imperialismo econômico e militar e pelo colonialismo, possibilitado pela superioridade tecnológica. Em todas as sociedades que se modernizaram ao longo do último século, o modelo básico do Estado territorial e, mais tarde, de Estado-Nação, foi adotado, assim como as premissas básicas e os símbolos da modernidade ocidental materializados nas instituições representativas, legais e administrativas.

O encontro da modernidade com as sociedades não-ocidentais, no entanto, provocou transformações nas premissas, símbolos e instituições da modernidade, conseqüentemente ocasionando novos problemas e questões. O processo de modernização das sociedades do leste asiático é ilustrativo no que diz respeito às tensões e choques de valores proporcionados pela chegada da vaga modernizante ocidental àquelas sociedades, além de servir como contraponto ao próprio conceito de modernidade do Ocidente.

Para Tu Wei-Ming (2000), as formas de modernização do Leste Asiático podem ajudar os estudiosos da modernização a desenvolver uma apreciação mais diferenciada e sutil do Ocidente moderno, não como uma entidade monolítica impregnada numa trajetória unilinear, mas como uma mistura complexa de grandes possibilidades. Este autor enfatiza que a visão de múltiplas modernidades convida-nos a abandonarmos três dicotomias pertinazes: (1) a que opõe o tradicional ao moderno; (2) a que opõe o mundo ocidental ao não ocidental — *'the West vs. the rest'*; e (3) a oposição entre o local e o global.

Neste sentido, a ideia de múltiplas modernidades funda-se em três premissas inter-relacionadas: (1) a presença contínua das tradições como agente ativo na definição do processo de modernização; (2) a relevância das civilizações não-ocidentais para a autoconsciência do Ocidente moderno; e (3) a importância global do conhecimento local.

Embora a modernização tenha se originado e emanado a partir do Ocidente, na Ásia Oriental a modernidade assumiu formas culturais significativamente distintas daquelas da Europa Ocidental e da América do Norte. A ascensão da Ásia Oriental entre as nações modernas, sobretudo do Japão, dos tigres asiáticos e, agora, da China, sugere que as tradições culturais permanecem exercendo marcada influência no processo de modernização. Apesar das tendências globais definidas principalmente em termos econômicos e geopolíticos, o processo de modernização sem ocidentalização, ou talvez com alguns aspectos de ocidentalização, indica claramente que a modernidade pode assumir diferentes formas culturais e que é possível conceber-se alternativas à modernidade ocidental.

O caso da modernização chinesa, conforme analisado no terceiro ensaio, não pode ser compreendido senão pela ótica das múltiplas modernidades. Na

modernidade chinesa não há, por exemplo, a noção de superioridade científica do presente nem uma ruptura definitiva com o passado. Pelo contrário, passado e presente fundem-se numa noção de tempo não-linear, bem diferente da que vigora na visão de mundo ocidental. Na modernidade chinesa o passado é relevante.

Considerar que o processo de abertura das sociedades asiáticas significa que estas passaram a adotar os valores tipicamente ocidentais, ou afirmar que as economias de mercado do Oriente, ao atrelarem-se ao sistema capitalista, estariam se 'ocidentalizando' é um entendimento simplificado a respeito da nossa época. E talvez não seja exagero afirmar que tal entendimento é corrente em determinados ramos da academia, como de fato o é no senso comum e na quase totalidade dos meios de comunicação.

Qualquer tentativa de se compreender a modernidade e o capitalismo chineses exige, em primeiro lugar, que se busque conhecer minimamente a cultura oriental, cultura em que a China sempre exerceu maior ascendência, influenciando fortemente os países em seu entorno. Tal tarefa é dificultosa para quem veste as lentes da visão de mundo ocidental, uma vez que a nossa própria autoconsciência tende a ver o mundo não-ocidental como inferior, um mundo que ainda precisa se modernizar segundo a fórmula ocidental, já testada e comprovada, já que a natureza desta visão de mundo é, por definição, expansiva. Daí que seja tão fácil encontrar respaldo para abordagens evangelizadoras e universalistas. Porém, um método útil para tratar de modernidades alternativas é a Redução Sociológica, conforme proposto por Guerreiro Ramos.

2.3. A REDUÇÃO SOCIOLOGICA PARA AS ESTRATÉGIAS DE MODERNIZAÇÃO

Alberto Guerreiro Ramos (1958; 1966; 1981) promoveu uma rica reflexão acerca da realidade brasileira à sua época e desenvolveu ferramentas conceituais e teóricas com fins de transformação daquela realidade. Foi Guerreiro Ramos o autor da primeira resenha a tratar da sociologia weberiana publicado numa revista brasileira. Neste artigo, mais do que apresentar a obra póstuma de Weber recém traduzida para o Espanhol *Economia Y sociedad*, Ramos “procura demonstrar sua aplicabilidade no trato das questões da administração pública e sua relevância num

país ‘culturalmente colonial’ como o Brasil” (CAMARA, 2012:315), além de destacar o caráter não reformador do pensamento de Weber:

“Max Weber (...) não é um reformador social. (...) Seu nome não servira (...) jamais para bandeira de programas de salvação, pois sua obra é escrupulosamente anti-evangélica e a ilustração mais insofismável de uma elaboração da inteligência consciente dos seus limites e de sua historicidade. É a partir de Max Weber que a sociologia se emancipa definitivamente do normativismo, se liberta de uma certa tendência reformista que a impelia a invadir, não sem os clamores das vítimas, os feudos da moral, da religião, da profecia e da filosofia” (RAMOS, [1946]2006:268).

Como se sabe, não foi esta a visão que prevaleceu a respeito do pensamento weberiano, sobretudo a partir da interpretação feita por Talcot Parsons, nos Estados Unidos, que popularizou o pensamento de Weber como se este tivesse um caráter normativo influenciando muitos estudos até os dias de hoje, conforme será analisado no segundo ensaio desta tese.

As ideias de Guerreiro Ramos ainda hoje mantêm-se úteis à análise social e organizacional e repercutem no pensamento de muitos estudiosos da realidade social e organizacional brasileira. Análises sobre a racionalização da vida, tema essencialmente weberiano, e as alternativas à racionalidade instrumental foram realizadas por Serva (1997), Fernandes (2008), Fernandes e Ponchirolli (2001) à luz das idéias de Guerreiro Ramos. Outros estudos que se basearam no pensamento deste sociólogo baiano foram os de Freitas (2000), Oliveira (2006), Maia (2011) e Filgueiras (2012), estes com um enfoque particular sobre o pensamento social brasileiro. Flores (2007), Oliveira & Ferreira (2007) e Camara (2010) propõem o resgate do pensamento de Guerreiro Ramos, sobretudo no âmbito da administração pública e de empresas, dado que nesta área do conhecimento sua reflexão é pouco divulgada, embora tenha sido esta a área para a qual o autor mais contribuiu. Por fim, há também os estudos que se basearam na crítica de Guerreiro Ramos para analisarem setores específicos como o de Nicolini (2003) que analisou as Faculdades de Administração e as Escolas de Negócios brasileiras, o de Zouain e Torres (2005) que analisou as incubadoras de empresas, o de Bergue (2010) que analisou as organizações públicas e o de Maio & Lopes (2012) que destaca o setor de saúde como um elemento-chave para as interpretações de Guerreiro Ramos sobre a Nação e o papel que as Ciências Sociais deveriam assumir no processo de

modernização da sociedade. Apenas Faria (2009) faz uma análise crítica do pensamento de Guerreiro Ramos a fim de demarcá-lo como um autor que não pode ser inserido como participante da Teoria Crítica, algo que o próprio autor nunca pleiteou.

Quando publicou a primeira edição de *Administração e estratégia do desenvolvimento* em 1966, republicado em 1983 com o título *Administração e contexto brasileiro*, Guerreiro Ramos apresentou uma visão deveras otimista para o desenvolvimento nacional, esta a motivação para sua contribuição ao estudo e à prática da estratégia. Acreditava ele estarmos ingressando numa época de evolução social consciente, de mudanças sociais deliberadas em que "jamais foi tão generalizado o imperativo dessa modalidade de agir — a estratégia", esta considerada o *nervum rerum* da sociologia da modernização (RAMOS, [1966] 1983:100; 147).

Pensando no desenvolvimento tardio, para este autor, a modernização não poderia ocorrer numa sociedade senão por ocasião de uma estratégia deliberada. No entanto, tal estratégia jamais poderia ser a de se adequar a um modelo de desenvolvimento ou tentar replicar aquilo que outros países haviam implementado com sucesso em suas trajetórias de modernização. Antes, a modernização requereria uma estratégia de autoafirmação. Por conta disso afirmava este autor que a teoria da evolução e da mudança apresentaria maior intencionalidade pragmática do que outrora.

Toda esta proposta está inserida num projeto maior iniciado anos antes, intitulado de *A Redução Sociológica*, um método de assimilação crítica da produção sociológica estrangeira (RAMOS, [1958] 1965). Ao mesmo tempo em que é um método, a Redução Sociológica constitui uma notável crítica à sociologia da modernização, na medida em que busca, no que chamou de atitude parentética, uma atitude da consciência crítica que visa a colocar entre parênteses as premissas de valor e os elementos ideológicos de que se acha impregnada a sociologia estrangeira e, assim, transcender os condicionamentos circunstanciais que conspiram contra a expressão livre e autônoma. Sua motivação original fora a de superar

"a dependência [que] se exprimia sob a forma de alienação, visto que o sociólogo utilizava a produção sociológica estrangeira, de modo mecânico, servil, sem dar-se conta de seus pressupostos históricos originais, sacrificando seu senso crítico ao prestígio que lhe granjeava exibir ao público leigo o conhecimento de conceitos e técnicas importadas" (RAMOS, 1965:13-14).

Na visão de Guerreiro Ramos a redução sociológica é requisito fundamental de reação ao colonialismo considerado como sistema, um esforço de repensar a cultura universal na perspectiva da autoafirmação.

"No domínio restrito da sociologia, a redução é uma atitude metódica que tem por fim descobrir os pressupostos referenciais, de natureza histórica, dos objetos e fatos da realidade social. A redução sociológica, porém, é ditada não somente pelo imperativo de conhecer, mas também pela necessidade social de uma comunidade que, na realização de seu projeto de existência histórica, tem de servir-se da experiência de outras comunidades" (RAMOS, 1965:81)

Enquanto método de análise e apreensão crítica da produção intelectual e técnica estrangeira, a Redução Sociológica requer a observação de quatro leis:

1) *Lei do comprometimento*, assim enunciada:

"nos países periféricos, a ideia e a prática da redução sociológica somente podem ocorrer ao cientista social que tenha adotado sistematicamente uma posição de engajamento ou de compromisso consciente com o seu contexto" (RAMOS, 1965:112).

Esta lei tem como propósito liberar os cientistas dos países periféricos do que seria uma servidão intelectual, com fins de transcender a condição de copista e repetidor e permitir o ingresso a um plano teórico elevado. Guerreiro Ramos reconhecia nos estudos sociológicos e antropológicos consagrados à sua época certo vício europocêntrico, o que considerava um limite imposto ao estudioso europeu. Para ele, a prática social destes estudiosos entra em conflito com a prática dos estudiosos das regiões subdesenvolvidas.

"O estudioso europeu só poderá ultrapassar esse limite se, por um esforço de 'desideologização', adotar, em caráter sistemático, o ponto de vista universal da comunidade humana. Só assim transcenderá o seu contexto histórico-social particular" (RAMOS, 1965:118).

Para este autor, muitos aspectos da realidade das regiões subdesenvolvidas ficam fora do alcance dos estudiosos das regiões desenvolvidas. "Nesses países periféricos, a sociedade não está fundada

segundo critérios próprios, é algo a fundar, e, por isso, a assunção, o engajamento abre, para o intelectual, um horizonte de infinitas possibilidades" (RAMOS, 1965:119). Tal esforço visa a obtenção de uma capacidade autodeterminativa nas sociedades periféricas.

- 2) *Lei do caráter subsidiário da produção científica estrangeira*, que enuncia-se como segue: "à luz da redução sociológica, toda produção científica estrangeira é, em princípio, subsidiária" (RAMOS, 1965:120). Para o autor, os objetos e produtos culturais possuem uma intencionalidade que é necessária ser depurada, reduzida. Se não o fazemos, somos envolvidos pela intencionalidade de que tais objetos, produtos culturais, teorias, instituições, são portadores. Assim, ao observar esta lei, a produção estrangeira é utilizada não mais do que como matéria-prima de elaboração teórica condicionada por fatores particulares da sociedade.

"É a prática da redução que converte o sociólogo de consumidor (coleccionador) de ideias em produtor de ideias. A produção sociológica estrangeira, para o sociólogo que fundamenta sua especulação na prática social, não vale como paradigma ou modelo, mas apenas como subsídio" (RAMOS, 1965:123).

- 3) *Lei da universalidade dos enunciados gerais da ciência*, assim formulada: "a redução sociológica só admite a universalidade da ciência tão somente no domínio dos enunciados gerais" (RAMOS, 1965:131). O propósito desta lei é levar o cientista social a referir o trabalho científico à comunidade em que vive, sem negar a universalidade da ciência. Mas o cientista social é um ser em situação, historicamente encarnado, logo, terá que apreender os objetos mediante o ponto de vista da situação em que se encontra;

"(...) os problemas do mundo particular em que vive o sociólogo tornam-se os seus problemas e o seu pensamento ganha funcionalidade na medida em que está referido à sua comunidade. O que diferencia em nacionais as sociologias é o caráter necessariamente particular de que se revestem os pontos de vista dos sociólogos, tanto quanto sejam significativa e funcionalmente adequados aos problemas da nação em que vivem. (...) Nas estruturas nacionais dotadas de capacidade de auto-desenvolvimento, o trabalho intelectual, e, portanto, científico, está direta ou indiretamente carregado de funcionalidade, enquanto referido a perguntas concretas" (RAMOS, 1965:134-35)

4) Por fim, a *lei das fases*, assim exposta: "à luz da redução sociológica, a razão dos problemas de uma sociedade particular é sempre dada pela fase em que tal sociedade se encontra" (RAMOS, 1965:138). A categoria de fase atende à exigência de um princípio de coerência na análise dos acontecimentos históricos. Tais acontecimentos não são fortuitos ou arbitrários,

"mas ocorrem como se leis estruturais os governassem. (...) Sob a espécie de fase, o sentido dos acontecimentos se clarifica. Os acontecimentos não podem ser compreendidos senão quando referidos à totalidade (fase) que os transcende e a que são pertinentes" (RAMOS, 1965:146).

Mais tarde, como veremos, Guerreiro Ramos tratou desta lei com base no conceito científico de etapa.

Embora o 'pensamento redutor' tenha feito progressos expandindo-se para domínios outros além do sociológico, ainda hoje é possível assumir haver alto grau de dependência na produção científica e técnica nacional. Em 1984 Celso Furtado publica um livro em que este mesmo argumento é sustentado, embora sem fazer referência ao pensamento de Guerreiro Ramos. Num título que parece muito apropriado aos tempos atuais, *Cultura e desenvolvimento em época de crise*, Furtado defende uma visão de desenvolvimento como um processo criativo por natureza, um processo de invenção da história pelos homens, "em contraste com o quadro mimético e repetitivo de que são prisioneiras as sociedades dependentes (FURTADO, 1984:63).

O que caracteriza o desenvolvimento é o projeto social subjacente. O crescimento econômico, tal qual o conhecemos, funda-se na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização. Quando o projeto social dá prioridade à efetiva melhoria das condições de vida da maioria da população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. Ora, essa metamorfose não se dá espontaneamente. Ela é fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política. (FURTADO, 1984:75)

Embora Furtado tenha defendido com veemência uma postura autônoma para a efetivação das estratégias de desenvolvimento, foi Guerreiro Ramos quem sistematizou uma proposta de abordagem estratégica para a modernização de países periféricos. Ambos estão a discorrer sobre a necessidade de uma estratégia de desenvolvimento baseada numa visão de futuro autônoma, e não em uma visão de passado reflexa.

Na construção de seu modelo de análise estratégica Guerreiro Ramos focalizou o problema da modernização da sociedade no sentido de que para os países periféricos, à época chamados de subdesenvolvidos, hoje de emergentes, resolver tal problema significava ingressar em nova etapa. Etapa é proposta como conceito científico, depurado de resíduos dogmáticos, filosóficos e conjecturais (reduzido sociologicamente).

"Carece de cientificidade todo conceito de etapa que pressupõe se verifique a evolução à maneira de gradativa revelação de determinado sentido compulsório do acontecer histórico-social ou, em outras palavras, que pressuponha a reificação da História ou da Cultura, como outras formas dotadas de impulsos imanentes de transformação" (RAMOS, 1983:102).

Assim, a etapa concebida como tipo-ideal, salienta, "jamais se encontra empiricamente realizada, nem no passado, nem no presente, e nem, obviamente, no futuro" (RAMOS, 1983:104). É neste sentido que o autor remarca que o conceito de etapa possui dupla acepção: (1) etapa em particípio passado, isto é a caracterização de uma etapa já transcorrida, portanto de muito mais fácil apreensão e caracterização, a modernidade europeia sendo um belo exemplo à título de ilustração; e (2) etapa em particípio presente, etapa emergente, esta a etapa em que se encontra a sociedade atual, sendo o mundo sinocêntrico uma possível hipótese de etapa em particípio presente.

Pelo que foi exposto no método da redução sociológica, o autor tem como preocupação fundamental evitar o risco de tomar como paradigma ou espelho para outras sociedades uma sociedade isolada mais próxima da imagem que se tem da etapa emergente. Neste sentido, a sociedade moderna enquanto categoria sociológica não é entendida como arquétipo abstrato, paradigma ideal de relações sociais, mas simplesmente como etapa. Essencialmente, trata-se de uma categoria comparativa. E é da consciência da disparidade de desenvolvimento entre diferentes sociedades numa mesma época que esta categoria emerge, de tal forma que não pode ser considerada "característica particular de um povo ou cultura específica que tenha se constituído em 'espelho para os outros'. É sempre relativa, visto que definida por atributos induzidos da comparação histórica" (RAMOS, 1983:106).

Pode-se presumir em cada época uma modernidade relativa, concretizada nas sociedades que, em comparação com as outras, lograram globalmente, graças ao grau de elevado desenvolvimento que atingiram, mais aproximar-se dos requisitos comparativamente superiores de convivência social. Em

cada época, umas poucas sociedades representam o relativo avanço histórico-social do gênero humano. Em época posterior, o avanço exprime-se em nível mais elevado e novas sociedades que o representam podem emergir entre outras que se retardam. Nesta evolução, há acumulação de ganhos, incremento de complexidade na organização social, e, por conseguinte, em sua eficácia, no tocante ao ajustamento ao ambiente externo (RAMOS, 1983:106).

Neste entendimento, o processo de modernização não constitui uma modalidade de mudança social espontânea, mas trata-se de uma ação deliberada em que a participação do homem, como agente ativo, é parte relevante. A modernização é entendida como um processo em que ocorrem ações orientadas para determinados alvos sistemáticos e deliberados. Daí a centralidade da estratégia na análise da modernização das sociedades como um processo de transformação consciente em que grupos sociais colocados em posições estratégicas assumem as condições de exercer uma função configurativa da nova ordem social. Neste entendimento, não é, portanto, adequado se conceber que as transições de um estágio a outro sejam descritas sem que se perceba o papel da subjetividade humana, como se os fatos sociais operassem obedientes a impulsos transcendentais ou tivessem vida própria (RAMOS, 1983:109).

No entendimento da mudança social focalizada como desafio à ação, as categorias de requisito e pré-requisito tornam-se, então, inconsistentes, meras categorias abstratas e descritivas, porém sem utilidade para orientar racionalmente a mudança social. Guerreiro Ramos chamou atenção para o fato de que muitos estudos sobre a modernização e do desenvolvimento eram, à sua época, elaborados à luz da ideia de pré-requisito e requisito. Tais categorias, no entanto, apresentam o risco de advogar por uma 'sociologia tautológica ou *ex post facto* da modernização' onde o imperativo estratégico já não é mais necessário, pois que trata-se-ia apenas de uma questão de conformação, ao invés de criação.

Em seu lugar, propõe uma sociologia *pari passu* da modernização. A imaginação sociológica, ou a redução sociológica, é o que permite, "em cada específica temporalidade e estrutura social global,⁸ descobrir os pré-requisitos e requisitos que lhe sejam adequados" (RAMOS, 1983:124, o grifo é nosso). Tal atitude é o que une a teoria à prática, sem o que a sociologia, assim como qualquer

⁸ Aqui, Guerreiro Ramos não está utilizando o termo 'global' para tratar da sociedade globalizada, conforme a acepção atual do termo. Referia-se este autor a uma sociedade como um todo, por exemplo, a sociedade brasileira, a sociedade chinesa, como duas estruturas sociais globais, respectivamente.

disciplina ou construção teórica, perde sua função. "Todo método válido é uma elaboração *ad hoc*, e, por isso, a verdadeira explicação da realidade social exige sempre uma sociologia *pari passu*, para a qual a elaboração conceitual está estritamente ligada à prática" (RAMOS, 1983:126).

Dentre os principais fatores para a modernização de uma sociedade retardatária, Guerreiro Ramos considerava a industrialização como processo cardinal. É da industrialização que resultam os recursos para a emergência da urbanização, a instrução, a melhoria das condições sanitárias e de bem estar, o consumo das comunicações em massa. No entanto, não quer isto dizer que o processo de modernização ocorrerá igualmente em todas as sociedades, nem mesmo a industrialização seguirá os mesmos percursos e terá os mesmos efeitos em diferentes sociedades. Embora seja considerado um requisito necessário, a industrialização inglesa que irradiou pela Europa e no mundo ocidental não é parâmetro para a modernização e a industrialização das sociedades periféricas emergentes, sobretudo hoje na era da economia baseada no conhecimento.

Chegamos, assim, ao ponto central da proposta de Guerreiro Ramos para o propósito de nossa argumentação, que consiste em considerar que "o critério para avaliar o desenvolvimento de um sistema qualquer, inclusive o social, é menos o seu tamanho e sua complexidade do que o incremento de sua autodeterminação" (RAMOS, 1983:128). Destaca-se nesta proposta o papel da autonomia como critério basilar para avaliar o desenvolvimento.

"A autonomia é função da memória, visto que essa permite incorporar continuamente, no atual comportamento do sistema, as informações acerca do seu passado. Um grupo social ou um indivíduo perde a categoria de sistema auto-regulador ou autodeterminante, tornando-se apenas autômato, quando a memória se anula; ou deixam de influir no seu comportamento as informações e preferências do passado. É a autonomia do sistema que lhe permite transformar-se, sem perda de sua identidade; ou tornar adequadas a ela as exigências de mudança (...). Sem autonomia, integridade e dignidade, as estruturas sociais não evoluem ou mudam, propriamente. Entram em colapso. Há nas sociedades retardatárias uma coerção estrutural, resultante da interdependência de suas partes, que determina o modo específico como devem ser combinados distintos fatores: industrialização, urbanização, educação, comunicações. Forçar tais sociedades a adotar combinações desses fatores, segundo critérios não induzidos diretamente de suas condições peculiares, é romper sua integridade estrutural, retardar sua evolução, opondo-lhe obstáculos. (...) O que, por exemplo, assegura o caráter democrático de um desempenho estratégico, orientado para maximizar os saldos líquidos de determinado esquema de mobilização de

recursos, não é a obediência a critérios uniformes, mas a escala de consensos em que se apoia (RAMOS, 1983:129-30)."

Dentro da perspectiva proposta, o desencadeamento da modernização impõe ao agente ativo do processo um esquema estratégico adequado às particularidades do sistema social em questão e do momento histórico em que este se encontra. Assim sendo, jamais existem soluções paradigmáticas, apenas soluções circunstanciais.

"A consciência desse fato é nova e só em nossos dias começa a constituir dado sistemático no estudo do desenvolvimento. No passado, os grupos que promoveram o arranco para a modernização em sociedades tradicionais foram, por assim dizer, estrategistas *avant la lettre*. Hoje, os grupos que pretendem um desempenho equivalente poderão beneficiar-se com os ensinamentos que resultam da investigação analítica dos casos de modernização já consumados" (RAMOS, 1983:135).

A modernização de determinado sistema social é, então, mais do que uma teoria abstrata e genérica da mudança social, um conhecimento abstrato e genérico de pré-requisitos. É, sobretudo, um problema de estratégia de decisão. Duas ordens de questões emergem da problemática da modernização: o problema de adquirir uma compreensão *ad hoc*, sociológica, das particularidades de dado sistema social; e o de orientar a ação política e administrativa segundo uma estratégia cujos critérios sejam induzidos de maneira permanente e retificados à luz da própria prática do administrador e do político à cargo da implementação estratégica do projeto soberano de modernidade. Não convém, portanto, às sociedades retardatárias, em seus projetos de modernização, adotar soluções hiper corretas fundadas nas categorias de requisitos e pré-requisitos baseadas em experiências alienígenas. Sua modernização deve ser orientada pelo projeto de desenvolvimento adequado à sua realidade, ao seu contexto específico e particular.

Estamos, pois, em condições de apresentar o modelo analítico de estratégia para o desenvolvimento proposto por Guerreiro Ramos, a estratégia como autoafirmação. São quatro suas características sistemáticas:

- 1) O modelo refere-se à estratégia em hábito, não à estratégia em ato. O método estratégico não pode consistir num esquema uniforme de ação, o que seria a estratégia em ato, mas em um conjunto sistemático de categorias que definem uma atitude, a estratégia em hábito. A estratégia em hábito, assim, jamais se confunde com uma fórmula historicamente já observada em alguma parte.

"À luz das categorias que definem a estratégia em hábito, nenhum desempenho político ou administrativo pode orientar-se pelo objetivo de tentar repetir um esquema de ação que uma vez tenha logrado êxito em alguma parte. O modelo analítico aqui apresentado, ao contrário, visa a contribuir para que os agentes ativos de mudanças sociais se habilitem a induzir diretamente das circunstâncias o esquema de ação que lhes convém, tendo em vista determinados alvos concretos" (RAMOS, 1983:172).

- 2) O modelo é essencialmente instrumental, isto é, não vincula-se a nenhuma orientação doutrinária ou ideológica específica. Serve aos agentes das mudanças sociais, independentemente de sistema político, natureza administrativa pública ou privada, e de convicções ideológicas.

"Um método estratégico não pode estar comprometido sistematicamente com uma teoria abstrata da realidade social. A admissão de que determinado fator é pré-requisito da modernização reflete um dogmatismo teórico incompatível com o verdadeiro método estratégico, à luz do qual, a importância relativa dos fatores na causação social, somente se revela no curso mesmo da ação transformadora da realidade. Toda teoria da modernização vazada em termo de pré-requisito é, em última análise, uma dissimulada metafísica da realidade social, uma interpretação filosófica dessa realidade em termos de fator predominante. O método estratégico não está comprometido com nenhuma concepção filosófica determinada. Quando muito, acolhe apenas pontos de vista sistemáticos *ad hoc*" (RAMOS, 1983:173-74).

- 3) o modelo representa um esforço de superação prática das teorias especulativas da realidade social. Parte-se do princípio de que a validade do conhecimento é um problema prático-concreto. Somente compreende a realidade aquele que procura transformá-la. A teoria objetiva da modernização é a teoria de sua possibilidade objetiva, que nunca é a mesma de uma sociedade para outra.

"As teorias de modernização em termos de pré-requisitos são elaborações especulativas de gabinete. A elucidação de que elas são logicamente insustentáveis equivale à superá-las também apenas especulativamente, e no gabinete. A autêntica estratégia supera, de modo prático-concreto, o conhecimento especulativo. O desempenho estratégico é um processo de compreensão. Os limites concretos da situação em que se encontra o sujeito são também limites impostos ao conhecimento desta situação pelo sujeito. Somente transformando-a, logra apreender aspectos que jamais se revelariam se permanecesse em atitude especulativa. A prática transformadora da realidade é requisito do conhecimento. Especulativamente, não é possível uma teoria da modernização" (RAMOS, 1983:174).

- 4) os atributos conceituais do modelo são largamente atributos conceituais de toda estratégia que se verifique no campo social, não estando restritos apenas ao

campo administrativo. Pode-se admitir, assim, que o modelo é extrapolável para outros domínios da realidade social como o político, o econômico, o nacional, por exemplo.

É à luz desta proposta que, nos ensaios a seguir analisarei as a corrente de autores que subordinam o fenômeno do desenvolvimento à um determinado grupo de valores de tipo protestante, no que Guerreiro Ramos chamaria de uma visão hipercorreta e tautológica da modernização e, como um contraponto, a experiência chinesa de modernização autônoma.

3 A RELAÇÃO ENTRE CULTURA E DESENVOLVIMENTO: UMA CRÍTICA À VISÃO EVANGELIZADORA

Ao longo do último meio século, os estudos que relacionam cultura e desenvolvimento passaram por momentos distintos no que diz respeito ao interesse por parte da comunidade acadêmica. Nas décadas de 1940 e 1950, um grupo de estudiosos tomava a cultura como elemento fundamental para compreender as sociedades, analisar as características que distinguem uma em relação às outras e explicar seus respectivos desenvolvimentos político e econômico em função de suas culturas. Dentre os principais intelectuais que figuraram neste grupo destacam-se Margaret Mead, Ruth Benedict, David McClelland, Seymour Lipset, Gabriel Almond, Sidney Verba e Alex Inkeles dentre outros.

Apesar de terem produzido um respeitável volume de estudos, nas duas décadas seguintes houve uma drástica redução de trabalhos sobre cultura. A partir da década de 1980 há uma renovação do interesse pela cultura como variável explicativa. Uma das razões que traz o assunto da cultura de volta à pauta, sobretudo na comunidade acadêmica norte-americana, é a ascensão do Japão no cenário econômico mundial. Depois de ter saído arrasado da Segunda Guerra Mundial poucos economistas consideravam o Japão como possível futura potência, ao contrário do que ocorria, por exemplo, com Hong Kong e Singapura. No entanto, após pouco mais que três décadas o Japão ressurgiu não só como uma economia forte, mas como uma economia capaz de fazer frente à liderança dos Estados Unidos na indústria símbolo do capitalismo mundial, com carros de qualidade superior à dos americanos e com preços competitivos. De um país que era visto como produtor de produtos de baixa qualidade, os japoneses conseguiram montar uma indústria automobilística que passou a ser referência mundial. David Landes (1998), é um dos autores que atribui aos valores da cultura japonesa a razão deste sucesso. Mas assume que, embora não houvesse o Calvinismo no Japão, havia uma ética do trabalho similar à protestante.

Outra razão para a retomada do interesse sobre a cultura foi o próprio acirramento da competição e o reconhecimento da incerteza como nova e crucial variável da sociedade contemporânea, cujo ambiente de negócios tornava-se cada

vez mais incalculável e imprevisível em comparação com o ambiente concorrencial que as empresas enfrentavam até meados da década de 1960. Em um mundo incerto, diante de grandes transformações nas agendas sociais e políticas de diversos países, com profundas inovações tecnológicas e organizacionais que mais tarde, nos anos 1990, levariam a uma completa reestruturação das empresas em todo o mundo, a cultura aparece como importante variável para as organizações, capaz de fornecer um rumo, reduzir o sentimento de incerteza, garantir minimamente uma estrutura, mesmo que subjetiva, no sentido de prover padrões e de ser um sistema de valores e comportamentos mais ou menos estáveis com os quais as empresas podem operar e obter vantagens competitivas.

Neste bojo, vê-se, então, uma nova profusão de estudos sobre cultura e desenvolvimento, cultura e desempenho organizacional, o 'modelo japonês de administração' e diversos outros temas que colocam a cultura como a variável explicativa chave para a compreensão dos fenômenos sociais relacionados ao progresso social. Dentre os principais autores que compõem esta 'nova geração' de estudiosos sobre cultura têm destaque Peter Berger, Terence Deal, Allan Kennedy, Edgard Schein, Paul Heelas, Paul Morris, John Kotter, James Heskett, William Ouchi, Thomas Peters e Robert Waterman.

Assim como seus predecessores, estes intelectuais tomam a cultura como variável explicativa e buscam, cada um na sua linha, esboçar uma teoria sobre a relação entre o capitalismo e o conceito de cultura econômica (BERGER, 1986); desvendar o papel da cultura como variável organizacional e o papel dos ritos e mitos nas empresas norte-americanas (DEAL & KENNEDY, 1982; SCHEIN, 1985); compreender a relação entre cultura e desempenho econômico (KOTTER & HESKETT, 1992); apresentar o estilo japonês de administração empresarial e explicar o sucesso das empresas japonesas tomando a cultura como variável chave (PASCALE & ATHOS, 1981; OUCHI, 1992); e fornecer evidências de que uma cultura considerada 'forte' é fundamental para o bom desempenho das organizações (PETERS & WATERMAN, 1982).

Mas no âmbito do debate sobre o desenvolvimento propriamente dito, um dos trabalhos que talvez tenha gerado o debate mais caloroso desta segunda onda de estudos que relacionam cultura e desenvolvimento foi o controverso livro de

Lawrence Harrison, publicado em 1985 pelo Centro de Relações Internacionais da universidade de Harvard, cujo título é *Underdevelopment Is a State of Mind — The Latin American Case*. Neste livro Harrison apresenta estudos de caso comparativos para demonstrar que na maioria dos países latino-americanos o principal obstáculo ao desenvolvimento foi a cultura. Logo que foi publicado, o livro despertou celeuma entre economistas e intelectuais especialistas em estudos latino-americanos, que argumentavam ser a tese de Harrison baseada numa premissa de valores universais e estar vinculada a certo ímpeto de 'imperialismo cultural ocidental'. Com o passar dos anos, no entanto, a proposta apresentada pelo autor ganhou mais e mais adeptos. Francis Fukuyama, Robert Kaplan, Robert Putnam, Thomas Sowell e Samuel Huntington, além de precursores como Seymour Lipset produziram estudos que fortaleceram este argumento, estabelecendo a abordagem evangelizadora dos estudos sobre cultura e desenvolvimento.

3.1 A ÉTICA PROTESTANTE COMO PRÉ-REQUISITO AO DESENVOLVIMENTO

Assim como para a Sociologia Econômica, Harrison assume que o desenvolvimento econômico é muito mais um processo social do que um estrito processo de produção de riqueza. Não apenas o típico empreendedor schumpeteriano aplica sua criatividade para promover o progresso social e econômico de uma sociedade, mas assim também o fazem os inventores de máquinas utilizadas pelos empreendedores industriais, os cientistas, engenheiros, fazendeiros, operários. Todos colaboram para o crescimento. O governo tem um papel mais importante ao garantir estabilidade e continuidade, sem o que o investimento e a produção esmorecem. Os governos podem prover uma série de serviços relacionados aos seus sistemas de saúde, educação e bem estar que propiciam a produção. As políticas públicas empregadas em relação às taxas de juros, impostos, subsídios aos produtos agrícolas também afetarão a produção de riqueza. Neste sentido, a criatividade e as competências dos oficiais do governo têm um papel fundamental para o desenvolvimento econômico. Até aí, não há o que discordar, mas, a partir deste entendimento sua tese avança para as proposições de que não são quaisquer tipos de valores os que são capazes de propiciar o

desenvolvimento, mas apenas um certo conjunto de valores estimulam o progresso, sem os quais o desenvolvimento não pode ocorrer.

O argumento de Harrison pode assim ser sistematizado: a visão de mundo de uma sociedade é a base das atitudes e valores compartilhados e propagados pelos seus membros. A religião tem uma influência relevante sobre a visão de mundo de uma dada sociedade. A visão de mundo e os sistemas de valores e atitudes a ela associados, porém, não são elementos estáticos. Pode-se assumir que estão em constante evolução. Mas em geral este movimento se dá a um passo muito lento, mensurável apenas em termos de décadas ou gerações. Dentre os principais elementos da visão de mundo de uma sociedade que influenciam o desenvolvimento a orientação de tempo é determinante. O desenvolvimento de uma dada sociedade será afetado se sua orientação de tempo é mais orientada ao passado, ao presente ou ao futuro. As sociedades orientadas ao passado, que valorizam os antigos tempos gloriosos ou prestam reverência aos seus ancestrais, ou sociedades que vivem absorvidas pelas questões cotidianas, ligadas à questões de sobrevivência, tendem a não encorajar o planejamento, a organização, a poupança e o investimento, ações consideradas fundamentais para o desenvolvimento. A orientação para o futuro seria, na tese de Harrison, o que implica na possibilidade de mudança e progresso.

Outro elemento importante da visão de mundo de uma sociedade, para Harrison, é a medida em que encoraja a racionalidade, isto é, a crença de que o homem é capaz de conhecer e compreender o mundo à sua volta, que o universo opera segundo um conjunto de leis em grande parte decifráveis, que o método científico pode desvendar muitos dos segredos do desconhecido. Uma racionalidade como tal, está fortemente vinculada às ideias de progresso e mudança.

Finalmente, os conceitos de igualdade e autoridade que uma sociedade sustenta podem auxiliar a promoção do desenvolvimento ou dificultá-lo. A ideia de igualdade entre os homens é mais propagada em alguns sistemas éticos do que em outros. Tanto no Protestantismo quanto no Catolicismo, esta ideia está presente, mas Weber alega que no Catolicismo, que orienta-se à vida após a morte, diferentemente do Judaísmo e do Protestantismo, cuja orientação é para a vida mundana, há uma presença mais marcante da hierarquia no sentido tradicional. O

ciclo transgressão-confissão-absolvição presente no sistema católico estimula certa mentalidade de dependência e acentua o papel crucial da igreja e do clérigo no ordenamento social. Tal mentalidade dependente e a orientação para uma vida extramundana funcionam como obstáculo à atividade empreendedora. Esta maneira de pensar e agir não se verifica na ética protestante, em que há uma concepção de igualdade entre os homens e a ideia de que a diferenciação se dá pelos talentos aplicados pelo homem neste mundo em suas atividades produtivas, assim como a ideia de êxito centrada nas realizações dos indivíduos e na sua contribuição para com a sua comunidade.

No sistema proposto por Harrison (1985), estes três elementos — orientação para o futuro; grau de encorajamento à racionalidade; e ênfase na igualdade *versus* ênfase na autoridade (tradicional) — influenciam fortemente outros três fatores culturais decisivos para o desenvolvimento das sociedades: o grau de identificação de uns com os outros, o rigor do sistema ético e as atitudes das pessoas em relação ao trabalho.

O grau de identificação para com os outros numa sociedade está fortemente ligado à maneira como as pessoas confiam umas nas outras. Vários autores apontam a importância da confiança para o desenvolvimento das sociedades modernas (Weber, 1994; Myrdal, 1960, 1968; McClelland, 1972; Huntington, 1968; Fukuyama, 1995). Para Samuel Huntington (1968), a ausência de confiança na cultura de uma sociedade é um dos maiores obstáculos para a criação de instituições públicas. Este autor assume que sociedades cujos governos são ineficientes e instáveis geralmente são também deficientes no que diz respeito à confiança mútua entre seus cidadãos, em questões relativas à lealdade entre os agentes públicos e em suas habilidades e competências para o trabalho. Para este autor, as respectivas culturas políticas nestas sociedades geralmente são marcadas por desconfiança, inveja e hostilidade (aberta ou velada) a quem não faça parte do grupo de referência (família, comunidade, tribo, clã).

Uma série de possibilidades são abertas quando a confiança é estendida além do grupo familiar. Um ambiente como tal, afirma Harrison, fortalece a cooperação, que favorece as modernas técnicas de produção, a resolução de problemas em conjunto e a estabilidade política. Assim também ocorre com a ideia

de comprometimento, o que considera essencial para o desenvolvimento do trabalho em um sistema plural e essencial também para a manutenção da estabilidade social.

Quanto ao rigor do sistema ético, Harrison observa que há sociedades em que os sistemas éticos são mais fortes do que em outras. A religião tem importância fundamental quanto a este fator. A forte identificação entre as pessoas da sociedade irá fortalecer o impacto do sistema ético. Se há fraca identificação e baixa confiança, pode não haver um sistema ético efetivo. O rigor do sistema ético irá afetar as atitudes em relação à justiça e à autodisciplina dos membros de uma dada sociedade. Numa sociedade considerada injusta por seus próprios membros, haverá baixa propensão à cooperação. O comprometimento dos membros para com a sociedade, assim como a estabilidade e a continuidade desta sociedade, também serão enfraquecidos. Na visão de Harrison, numa sociedade em que se espera injustiça a corrupção e o nepotismo tendem a se exacerbar, os sistemas criminal e jurídico tendem a ser politizados e corrompidos e a não serem levados a sério pela população.

Além disso, a concepção de justiça de uma sociedade tende a influenciar outras questões sociais importantes como a equidade na distribuição de renda, a disponibilidade de oportunidades educacionais e de serviços de saúde, a promoção meritocrática, dentre outras. Por fim, mais um fator relacionado à justiça, ao rigor do sistema ético e ao grau de identificação entre as pessoas é a ideia de dissensão, isto é, o quanto uma sociedade é mais avessa ou propensa às divergências de opiniões. A aceitação das divergências, diz Harrison, é fundamental para o funcionamento de um sistema político pluralista e para o desenvolvimento criativo da sociedade.

As atitudes em relação ao trabalho, finalmente, estão relacionadas a muitos destes fatores, em especial à criatividade, ao planejamento de futuro e ao empenho despendido pelas pessoas em suas atividades diárias. Todos estes fatores influenciam a vida em sociedade de diversas maneiras. Harrison enumera sete maneiras como uma sociedade pode estimular a expressão da criatividade humana: (1) pela criação de um ambiente em que as pessoas esperem ter um tratamento justo; (2) através de um sistema educacional efetivo e acessível, em que as ferramentas intelectuais e vocacionais sejam disponibilizadas, a curiosidade, a

criatividade, a dissensão e o espírito crítico sejam estimulados, e as pessoas sejam capacitadas para a resolução de problemas; (3) com um sistema de saúde que proteja as pessoas de doenças e de riscos à vida; (4) pela criação de um ambiente que encoraje a experimentação; (5) pela criação de um ambiente que ajude as pessoas a desenvolverem seus talentos e interesses e propicie o seu entrosamento no mercado de trabalho; (6) com um sistema de recompensas que incentive o mérito e o empreendedorismo (e, conseqüentemente desestímule o nepotismo); e (7) garanta a estabilidade e a continuidade que permitam a realização de planos de futuro com razoável confiança.

Este modelo proposto por Harrison (1985) pode ser melhor visualizado segundo o esquema da figura a seguir:

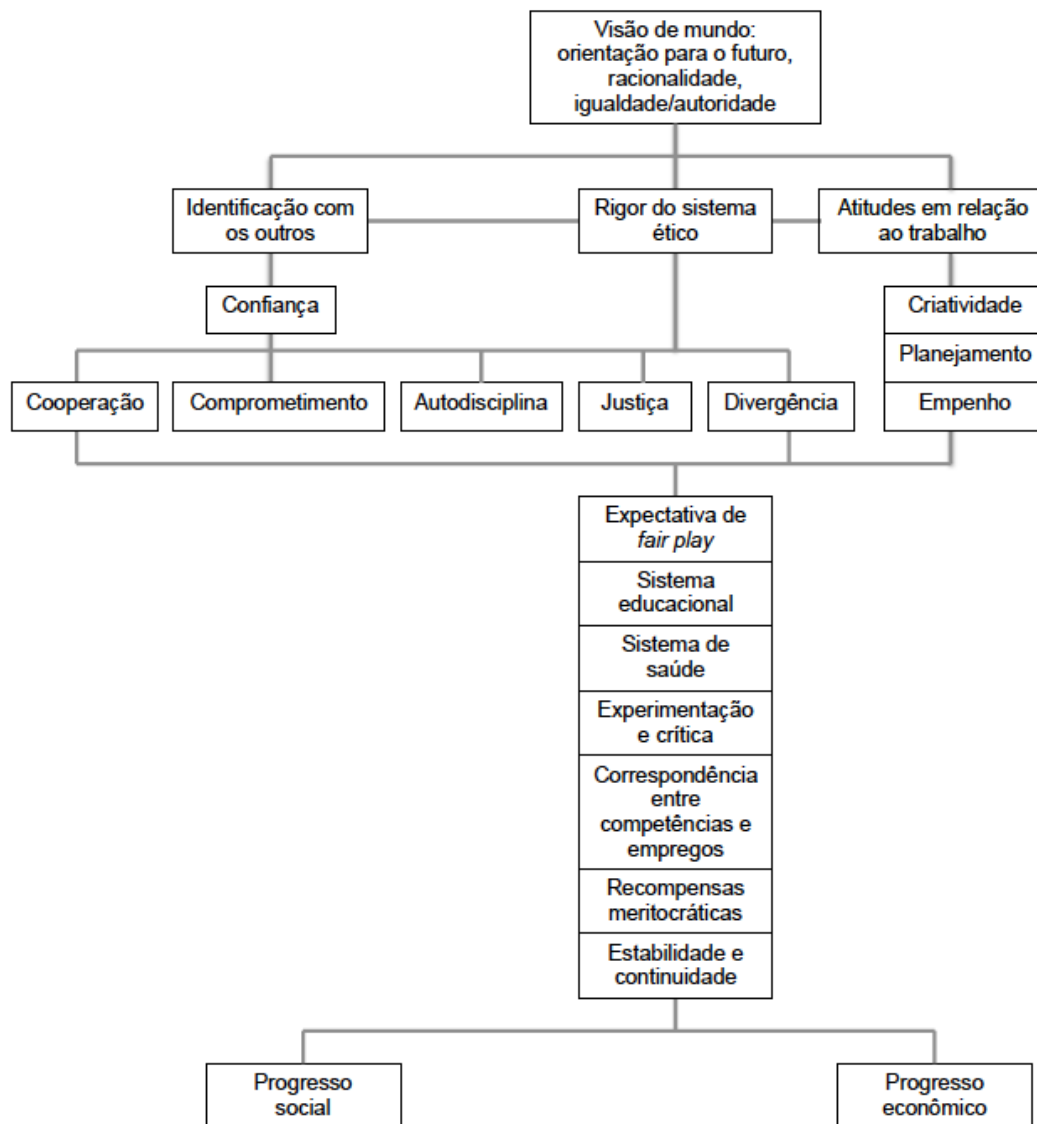


Figura 5 – a influência da cultura para o desenvolvimento, segundo Harrison (1985)

Mais tarde, a partir da repercussão desta tese, a *Harvard Academy for International and Area Studies* lança o programa de pesquisa *Culture Values and Human Progress* capitaneado por Harrison, cujo objetivo foi assim exposto: "to explore the link between culture and political, economic, and social development, chiefly with respect to poor countries but also mindful of the problems of underachieving minorities in the United States" (HARRISON & HUNTINGTON, 2000:xxii).

Em outras palavras, os pesquisadores que participaram deste projeto buscaram delimitar os casos em que a cultura 'funciona' como um estímulo ao desenvolvimento e os casos em que ela o impede. Um objetivo complementar deste projeto também foi o de investigar como a ação política poderia ser capaz de transformar ou eliminar os obstáculos culturais ao desenvolvimento para, nas palavras de Harrison que servem de subtítulo para outro de seus livros mais recentes, 'transformar a cultura e salvá-la dela mesma', numa tradução livre.⁹ Com este programa de pesquisa foram colocadas as bases do projeto que propõe a convergência das diversas culturas dos países atrasados em direção a uma cultura globalizada do desenvolvimento.

Um dos produtos deste projeto foi a coletânea de artigos publicada em 2000 sob a coordenação de Harrison e Huntington, com o seguinte título: *Culture Matters: how values shape human progress*. Na capa do livro o título vem em duas linhas. *Culture*, em caixa alta, acompanhada de uma pequena foto à sua direita onde se vê uma favela. Ao fundo, a estátua do Cristo Redentor na pedra do Corcovado a abençoar a cidade maravilhosa. Na segunda linha, antes da palavra *Matters*, com ênfase em itálico, se vê em primeiro plano a estátua da liberdade. Ao fundo, imersas sob uma névoa em tom amarronzado esmaecida pela poluição típica das grandes cidades, as torres gêmeas rodeadas por meia dúzia de arranha-céus menores. Com hábil sutileza, a capa do livro contrasta dois sistemas de valores para afirmar que a Cultura *importa*, num caso impedindo o desenvolvimento, no outro estimulando.

No prefácio da coletânea Huntington estabelece algumas definições: por 'progresso humano', diz o autor, "nos referimos ao movimento em direção ao

⁹ O livro a que me refiro aqui foi publicado pela Oxford University Press em 2006, com o título *The Central Liberal Truth: How Politics Can Change a Culture and Save It from Itself*.

desenvolvimento econômico e bem estar material, equidade socioeconômica e democracia política". O conceito de cultura, diz Huntington, é assim posto: "definimos cultura em termos puramente subjetivos como os valores, atitudes, crenças, orientações e pressupostos subjacentes entre as pessoas em uma sociedade" (HARRISON & HUNTINGTON, 2000:xv).¹⁰

Harrison, por sua vez, serve-se de dados estatísticos para apresentar seus argumentos na introdução do livro. Começa por afirmar que "dos cerca de 6 bilhões de pessoas que habitam o mundo de hoje, menos de 1 bilhão são encontrados nas democracias avançadas. Mais de 4 bilhões vivem em que o Banco Mundial classifica como países de 'baixa renda' ou 'renda média baixa'". Em seguida, esmiúça as esta discrepância: cerca de metade da população adulta de 23 países, a maioria africanos, são analfabetos. Dentre as mulheres, o percentual de analfabetas passa de 50% em 35 países. A expectativa de vida é inferior a 60 anos em 45 países, a maioria na África, sendo que em 18 países deste grupo, a expectativa de vida ao nascer não alcança 50 anos. O índice de mortalidade infantil para crianças de até cinco anos de idade supera a taxa de 100 por 1000 em pelo menos 35 países, a maioria também na África. O crescimento populacional nos países mais pobres apresenta uma taxa anual de 2,1%, enquanto que nos países com renda alta esta taxa é de cerca de 0,7%. Nos países islâmicos a taxa é ainda maior, chegando a 5% em Omã. A maior desigualdade de renda é encontrada nos países mais pobres, particularmente na América Latina e na África (HARRISON & HUNTINGTON, 2000:xviii).

O que explica esta desigualdade? Para Harrison, tanto o colonialismo quanto a dependência perderam a credibilidade para servirem como explicações plausíveis para se compreender a brutal diferença entre os níveis de progresso humano alcançado pelas diversas sociedades de nosso mundo. O colonialismo é descartado sob a justificativa de que quatro ex-colônias, duas britânicas, duas japonesas, Hong Kong e Singapura, Taiwan e Coreia do Sul, respectivamente, galgaram o primeiro mundo. Com relação à dependência, o autor se limita a dizer que há raras menções a este assunto atualmente (referindo-se aos anos 2000) e as razões para tanto estão relacionadas ao colapso do comunismo no leste europeu; à transformação do comunismo chinês num autoritarismo de mercado convencional,

¹⁰ em tradução livre.

cada vez mais aberto; ao colapso de Cuba após a interrupção das subvenções soviéticas; ao sucesso dos dragões do leste asiático; à derrota dos stalinistas nas eleições da Nicarágua de 1990; e a adesão do México aos Estados Unidos e ao Canadá no âmbito do Nafta. Descartados o colonialismo e a dependência, resta à cultura, segundo estes autores o último elemento que ficou de pé, explicar o aprisionamento de grande parte dos países do mundo e das minorias que vivem nos países avançados em condições de 'retrocesso humano', para utilizar uma palavra condizente com os termos que empregam. Em outros termos, estes autores assumem haver nestas populações que não conseguem avançar certo tipo de cultura que impede o avanço de suas condições de vida.

Os textos de David Landes, Michael Porter e Jeffrey Sachs que compõem a coletânea reforçam o argumento. Apoiado em Weber, Landes defende, que a história do desenvolvimento comprova que a cultura faz senão toda, quase toda diferença. Landes faz uma análise dos casos brasileiro e argentino à luz da teoria da dependência de Prebisch e Cardoso. Em seguida apresenta o caso japonês como um contraponto à teoria da dependência. Seu foco está sobre o período da Restauração Meiji e o processo de industrialização, emulado dos ingleses, com os investimentos não apenas em fábricas para bens de consumo, mas também na indústria pesada de máquinas e motores, barcos e locomotivas, ferrovias, portos e estaleiros. Landes destaca o forte ímpeto patriótico do Estado imperial da Restauração que tinha como propósito imbuir seus súditos de um forte senso de dever para com o imperador e o país e vincular este patriotismo ao trabalho. Segundo Landes, esta foi a versão japonesa da ética protestante de Max Weber, a qual explicaria o desenvolvimento daquele país e não o da China, por exemplo, onde não se observaria aqueles tipos de valores. ((LANDES, 1998:363; LANDES, 2000:10).

O argumento de Porter vai no mesmo sentido. Assume que o papel da cultura para o progresso econômico é inquestionável e explora o conceito de 'cultura econômica', o qual define como sendo *'the beliefs, attitudes, and values that bear on the economic activities of individuals, organizations, and other institutions'* (PORTER, 2000:14). Para Porter, a produtividade é a base da vantagem competitiva, seja entre empresas, seja entre nações. Seu argumento é construído a partir da premissa de que na moderna economia global a produtividade depende menos do que é

produzido e mais da maneira como é produzido. A tecnologia moderna permitiu que as empresas se iguallassem no que diz respeito à produtividade. "*There is no good or bad industry in the new 'productivity paradigm'*" (PORTER, 2000:16). A globalização acirrou a competição e neutralizou antigas fontes externas de vantagens competitivas, como o acesso a recursos exclusivos. Com acesso quase que irrestrito aos mercados em várias partes do mundo, tornou-se necessário buscar-se internamente as potenciais fontes de vantagem competitiva para que os países pudessem aprimorar suas economias e criar prosperidade para seus cidadãos. A questão da competitividade atual é saber se as empresas estarão aptas para empregar os melhores métodos, reunir as melhores competências, utilizar as melhores técnicas para fazer o que quer que elas façam em um nível cada vez maior de produtividade.

É o que Porter chama de fundamentos microeconômicos da prosperidade. Tais fundamentos se referem à sofisticação da estratégia e das operações organizacionais, isto é, a sofisticação da competição, e à qualidade do ambiente de negócios. Estes fatores estão relacionados. A sofisticação da competição é fortemente influenciada pela qualidade do ambiente de negócios em que operam. Seu livro *The Competitive Advantage of Nations* (1990) fornece um modelo que procura mensurar o efeito da localização sobre a competição a partir de quatro fatores inter-relacionadas: a condição dos fatores de produção (infraestrutura, qualificação da força de trabalho, recursos físicos e financeiros, ciência e tecnologia); o contexto local em que se dão as estratégias e a rivalidade entre os competidores (diz respeito às regras, incentivos e normas que regem o tipo e a intensidade da competição local, por exemplo a promoção da inovação e da competitividade, o incentivo à entrada de novas firmas, o acesso de novos usuários e fornecedores); as condições da demanda (as relações com os mercados regional e global, a sofisticação dos compradores); a força dos setores correlatos e de apoio (em última análise a formação de *clusters* com fornecedores especializados, empresas concorrentes, associações industriais). Este é o modelo batizado como 'Diamante da competitividade' por Porter (1990). Ele representa o ambiente microeconômico de negócios em que as empresas dos países competem e a partir do qual extraem suas fontes de vantagens competitivas. O desenvolvimento econômico, nesta perspectiva, constitui-se no longo processo de aprimoramento

deste arranjo de fatores interdependentes e de incentivos que sustentem formas mais avançadas de competição.

Porter acredita que há uma forte relação entre crenças, atitudes e valores e os fundamentos microeconômicos da prosperidade. A razão pela qual algumas nações possuem culturas de improdutividade estaria nas ideias, ideologias, modos de agir e de pensar que este autor classifica como 'falhos'. Isto significa assumir que há certo tipo de crenças, atitudes e valores mais afeitos à prosperidade do que outros. Por exemplo, diz ele que a mais básica crença que apoia o desenvolvimento econômico bem sucedido é a aceitação de que a prosperidade depende da produtividade e não do controle sobre recursos, escala, favores governamentais, poderio militar etc. Outra é a crença de que o potencial de se produzir riqueza é infinito, pois baseia-se em ideias e *insights*, não em recursos fixos e escassos. Enfim, Porter parece crer que a prosperidade é fruto da crença de que o paradigma da produtividade é bom para a sociedade. Em suas palavras:

The productivity paradigm gives rise to a whole series of supportive attitudes and values: Innovation is good, competition is good, accountability is good, high regulatory standards are good, investment in capabilities and technology is a necessity, employees are assets, membership in a cluster is a competitive advantage, collaboration with suppliers and customers is beneficial, connectivity and networks are essential, education and skills are essential to support more productive work, and wages should not rise unless productivity rises, among others. These can be contrasted with unproductive attitudes and values: monopoly is good, power determines rewards, rigid hierarchy is needed to maintain control, and self-contained family relationships should determine partnership. (PORTER, 2000:22)

Porter compartilha da convicção de Harrison acerca de que é possível de certa maneira impor uma 'cultura econômica' através da ação política e entende que atualmente esta transição cultural está mais fácil do que em tempos passados devido à globalização. Sua visão quanto ao futuro da prosperidade das nações é a de que há uma convergência global em torno da cultura da produtividade. Para Porter, a globalização econômica, ao facilitar o acesso às ideias, tecnologias e informações que antes não circulavam com o volume e a velocidade de hoje, permite com que o conhecimento acerca dos elementos da cultura econômica produtiva seja rapidamente disseminado. Devido ao fato de que hoje as políticas econômicas e o desempenho empresarial estarem sendo crescentemente mensurados e comparados entre países, as pessoas estão mais expostas aos

'comportamentos bem-sucedidos'. Em resumo, segundo Porter, a transmissão cultural propiciada pela globalização tenderá a homogeneizar a cultura global e tornar mais fácil a superação das desvantagens culturais e geográficas enfrentadas pelos países não prósperos.

Jeffrey Sachs parte para uma análise que retira o foco da cultura e o lança sobre fatores de ordem natural. Para este autor, se comparada aos fatores geográficos e climáticos a cultura é um elemento insignificante para explicar o desenvolvimento econômico, um argumento que mais cedo Jared Diamond popularizara em *Guns, Germs, and Steel: The Fates of Human Societies*, de 1997. A tese de Diamond é que as sociedades humanas desenvolveram formas mais sofisticadas de vida coletiva a partir do continente eurasiático graças ao seu eixo horizontal. Nos continentes africano e americano, cujo eixo é vertical, os pequenos grupamentos humanos encontraram maiores dificuldades para migrar, desenvolver tecnologias e difundi-las. O intercâmbio nestes continentes era menor em função das variações climáticas entre o norte e o sul e das barreiras geológicas como cadeias de montanhas, desertos, estreitos e outros tipos de acidentes. Na Eurásia tais obstáculos eram mais facilmente transponíveis, o que permitiu que o conhecimento e as tecnologias se difundissem com maior facilidade.

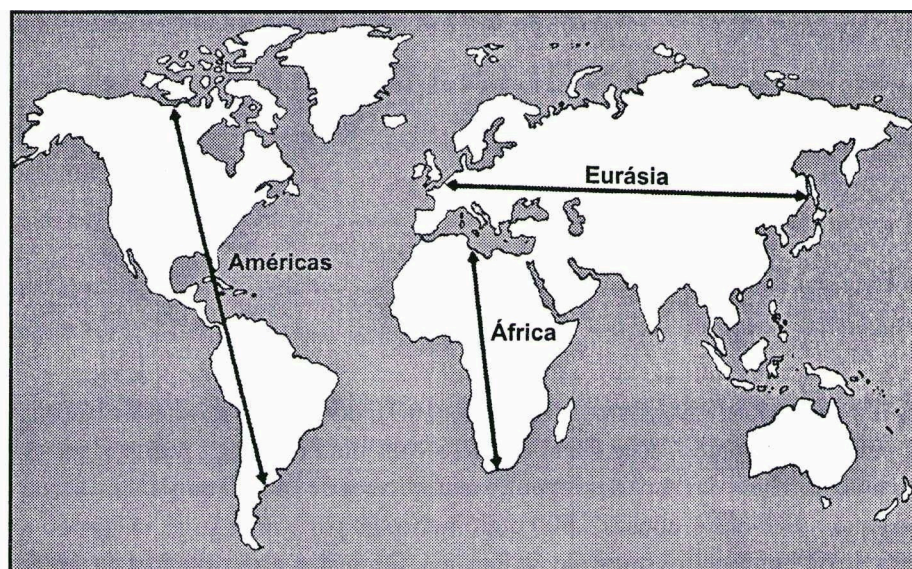


Figura 6 – Eixos principais dos continentes.

Fonte: Diamond, 2007:178

A tese de Diamond sobre a primazia da geografia sobre a cultura pode ser resumida da seguinte forma: o eixo continental leste/oeste possibilitou o encontro

do homem com maior número de espécies de animais e vegetais selvagens domesticáveis. Para se ter uma ideia, das 11 espécies de animais domesticáveis que o homem conseguiu utilizar como força de trabalho entre os anos 10.000 e 2.500 a.C. apenas uma, a lhama, encontrava-se na região das Américas, nos Andes.

Com a maior intensidade da domesticação de animais e vegetais selvagens no continente eurasiático, as espécies domesticáveis se espalharam com maior facilidade. O maior intercâmbio entre as comunidades humanas no eixo leste/oeste propiciou que muitas espécies fossem domesticadas. Com isso, tornou-se possível a produção de excedentes e estoques de alimentos, o que permitiu o surgimento das grandes sociedades densamente povoadas, estratificadas e sedentárias. O convívio com muitas espécies de vegetais e animais favoreceu o desenvolvimento de doenças epidêmicas entre os humanos, em parte porque a agricultura e os animais domésticos ajudavam a alimentar estas sociedades densamente povoadas, onde as epidemias podiam proliferar, e em parte porque as doenças surgiram a partir de germes dos próprios animais domesticados.

O adensamento populacional e o aumento da complexidade social permitiu o desenvolvimento de novas tecnologias estratégicas como a navegação transoceânica e armas, bem como de tecnologias sociais como a escrita e as organizações políticas. A partir daí inicia-se um ciclo virtuoso que só ocorreu no continente eurasiático. A Revolução Industrial na Inglaterra teria sido o capítulo mais recente deste longo processo engendrado lentamente há cerca de doze mil anos. A figura a seguir ilustra o esquema da cadeia causal proposto por Diamond.

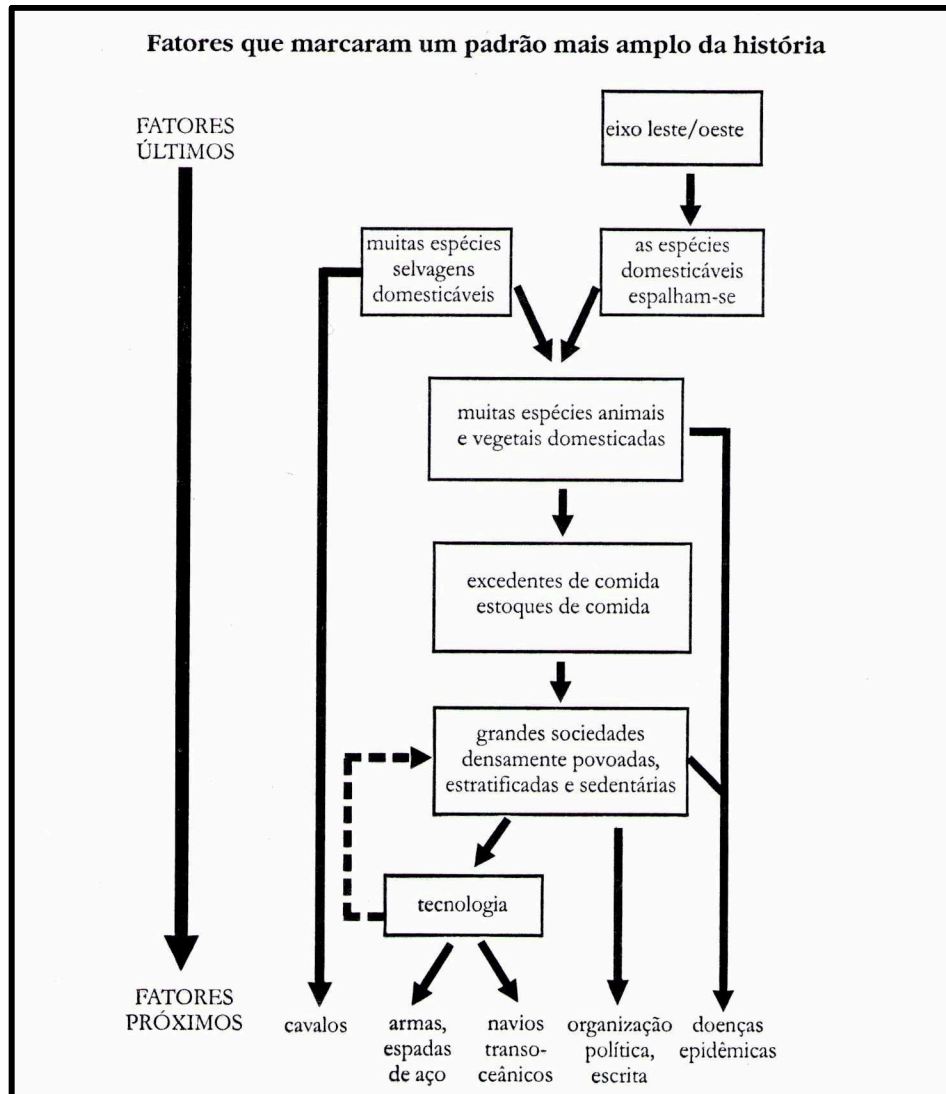


Figura 7 – Cadeia de causas da explicação geográfica.

Fonte: Diamond, 2007:85

Sachs corrobora a tese de Diamond de que a geografia tem papel fundamental sobre os destinos das sociedades, embora com uma análise de menor perspectiva. Sachs detém-se mais à influência dos fatores geográficos sobre a evolução das instituições sociais, tanto por meio de mudanças sociais internas, quanto por conta da interação das sociedades através das fronteiras nacionais. Sachs destaca que empiricamente o crescimento econômico tem sido relacionado a fatores políticos, culturais e econômicos e tem estado intimamente ligado a organizações e instituições sociais capitalistas caracterizadas pela sujeição ao Estado de direito, à uma cultura que dá suporte a alto grau de mobilidade social e à instituições econômicas orientadas para o mercado que suportam uma extensa e complexa divisão do trabalho. Poucas sociedades, no entanto, apresentaram esta

combinação de instituições políticas, culturais e econômicas. Além disso, a história testemunha que não há uma tendência para que as sociedades desenvolvam tais instituições por meio de evoluções internas. As barreiras para a transformação social evolucionária são tão poderosas, diz, que mudanças institucionais importantes geralmente são resultantes de choques externos, em vez de evoluções internas (SACHS, 2000:34).

É o caso de se analisar a expansão do capitalismo nos últimos duzentos anos. Quando Weber pôs-se a analisar a transição das sociedades tradicionais para um novo tipo de sociedade na virada para o século XX, sua preocupação maior foi compreender a emergência do capitalismo na Europa Ocidental e as razões para sua ausência em outras partes do mundo antigo. A proposta de Sachs para uma 'nova sociologia do desenvolvimento econômico' visa atualizar a sociologia weberiana a partir da seguinte questão: porque o capitalismo difundiu-se de forma tão desequilibrada para outras partes do mundo? Ou, posto de outra forma: porque algumas partes do mundo conseguiram fazer uma transição suave para o capitalismo enquanto outras foram colonizadas e outras colapsaram? No argumento de Sachs as razões são mais políticas do que culturais, o que destoa da proposta de Harrison, Huntington, Porter e Landes. Na proposta destes autores, a dimensão política restringe-se à análise da existência ou não de sistemas democráticos nas sociedades, deixando de lado a política internacional no que concerne à relação entre as sociedades.

As hipóteses fornecidas por Sachs são de que as instituições capitalistas geralmente sofrem resistência por parte das elites das sociedades não capitalistas, devido às implicações do capitalismo para uma maior competição social, política e econômica. Assim, nas sociedades pré-capitalistas, coloniais ou socialistas, a elite política procura frustrar ou limitar a institucionalização do Estado de direito, as normas da mobilidade social e a introdução das instituições de mercado. Outra hipótese é a de que as reformas capitalistas tendem a progredir menos em sociedades com alto nível de estratificação social, pois nestas as elites estão em melhor posição para resistirem às mudanças. Mais uma hipótese é a de que as elites políticas com baixa legitimidade tendem a resistir mais ferozmente às reformas capitalistas. Outra hipótese para que as reformas de mercado tenham ficado circunscritas às potências capitalistas europeias por mais de um século, é a

de que nos estados coloniais as reformas internas não ocorreram devido à falta de interesse por dar mais poder à população local, o que colocaria em risco o domínio estrangeiro. A história também serve de base para sustentar a hipótese de que sociedades ameaçadas estão mais sujeitas ao colapso do que a promover reformas. Geralmente a ameaça externa leva a uma crise financeira que acarreta no colapso do poder político, ou porque a ameaça externa deslegitima os governantes, ou as duas coisas associadas. Ao colapso social podem seguir-se uma extensa gama de consequências, do caos generalizado às transformações revolucionárias.

De certa forma, as hipóteses apresentadas por Sachs servem de reforço à tese de Harrison, pois pode-se a partir delas argumentar que as elites das sociedades não capitalistas não compartilhavam do repertório de crenças, valores e comportamentos das sociedades capitalistas avançadas. Isto pode ocorrer, mas não é possível analisar este fato sem considerar que ambas as sociedades, embora distintas, estavam intimamente relacionadas constituindo um sistema econômico mais amplo, que só funcionou e possibilitou o desenvolvimento de uma parte em detrimento da outra graças justamente a esta interrelação. Para que o sistema funcionasse esta divisão cultural era necessária. É o caso de se questionar se os obstáculos culturais seriam internos, como, por exemplo, a oposição quanto às instituições de mercado no seio da própria sociedade, ou se seriam impostos de fora, como, por exemplo, a discriminação dos países europeus quanto as políticas de comércio adotadas em outras regiões. É difícil separar as duas coisas. Ainda assim, a tese geográfica de Diamond e Sachs não é derrubada, pois este foi exatamente um dos fatores que possibilitou a divisão do mundo em dois polos: o temperado que avançou e o tropical que retardou. Sachs chama atenção para certas condições geográficas que favorecem fortemente a adoção de instituições capitalistas: países costeiros levam vantagem sobre os países que não têm acesso ao mar; a localização de sociedades situadas próximo a outras sociedades capitalistas é outra condição; estados situados nas principais rotas comerciais internacionais também levam vantagem; regiões com agricultura fértil propiciam um maior nível de urbanização. Por fim, instituições capitalistas são favorecidas nas sociedades ligadas aos mercados mundiais através de conexões culturais, como, por exemplo, uma religião dominante ou uma diáspora com relações para outros países.

Outros estudiosos analisaram casos de países a fim de entender por que alguns avançaram e outros não. Mariano Grondona, a partir de seus estudos sobre os fatores que impediram o progresso da Argentina e fortemente influenciado por *Development is a State of Mind* de Harrison, chegou a desenvolver uma tipologia de culturas inclinadas ao desenvolvimento e culturas resistentes ao desenvolvimento. Com base nesta premissa, distingue dois tipos de valores: os chama de intrínsecos e instrumentais. Por definição, os valores instrumentais são aqueles que estão relacionados a algum benefício. Logo, são temporários na medida em que, alcançado o benefício, passam a ser desnecessários. Estes grupo de valores, segundo Grondona, não são tão importantes para o desenvolvimento, uma vez que tendem a enfraquecer quando os objetivos a ele relacionados são alcançados. Nas palavras deste autor: *"The revolution of economic development occurs when people go on working, competing, investing, and innovating even when they no longer need to do so to be rich"* (GRONDONA, 2000:45).

A partir daí conclui que são os valores intrínsecos os que estão vinculados ao desenvolvimento econômico duradouro. E isso só é possível quando os valores perseguidos não desaparecem com a chegada da prosperidade. 'Apenas os valores intrínsecos são inexoráveis'. A partir desta distinção o autor afirma que os valores econômicos são instrumentais e que, para que o desenvolvimento se dê de maneira sustentada ao longo do tempo, é preciso que os valores que guiam o investimento constante sejam de natureza não econômica. É necessário que algo além da busca pela riqueza esteja presente no sistema de valores de forma que 'a riqueza produzida nunca baste'. Mas, embora os valores que propiciam o desenvolvimento devam ser não-econômicos, para que não exauram em consequência do sucesso econômico, é preciso que, ao mesmo tempo, sejam pró-econômicos, de modo que impulsionem incessantemente o processo de acumulação.

Com base nesta distinção, Grondona chega à sua proposta de dois tipos ideais de sistemas de valores diametralmente opostos, um incluindo somente valores que favorecem o desenvolvimento econômico, outro incluindo valores que oferecem resistência ao desenvolvimento. E lança a assertiva: *"A nation is modern as far as it approaches the former system; it is deemed traditional as far as it approaches the latter"* (GRONDONA, 2000:46). A fim de caracterizar estes dois tipos

ideais de sistemas valorativos, Grondona elencou vinte fatores culturais contrastantes: religião, confiança, o imperativo moral, a concepção sobre o significado da riqueza, a visão sobre a competição, a noção de justiça, o valor do trabalho, o papel da heresia, a maneira como se entende o papel da educação, a importância que se dá ao utilitarismo, as pequenas virtudes que dizem respeito às necessidades dos outros, o valor do tempo, racionalidade, autoridade, visão de mundo, individualismo, salvação, utopias, a natureza do otimismo e a visão quanto à democracia.

Cada um destes vinte fatores são colocados nos polos opostos dos sistemas valorativos e pretendem fornecer uma explicação para a propensão ou resistência ao desenvolvimento. Grondona assume que o tipo de economia de um país é resultante do sistema de valores escolhido pelo seu povo. A controversa conclusão a que chega a partir destas pressuposições é a de que, em última análise, desenvolvimento ou subdesenvolvimento não são impostos a uma sociedade externamente, mas é a própria sociedade que escolhe o desenvolvimento ou o subdesenvolvimento.

Embora Grondona não forneça nenhuma base empírica para a proposição destes fatores que caracterizam seus tipos ideais, sua proposta remete à colossal pesquisa desenvolvida por Geert Hofstede entre 1967 e 1973, no seio das sucursais da multinacional IBM em todo o mundo. Seu livro *Culture's Consequences: Comparing Values, Behaviors, Institutions, and Organizations Across Nations*, cuja primeira edição foi publicada em 1980 e depois atualizada em 2001, não tinha o mesmo propósito do grupo de Harrison, isto é, relacionar cultura e desenvolvimento, e talvez seja este um dos motivos para que Hofstede, embora seja uma autoridade indiscutível em estudos culturais comparativos, não figure nas discussões deste grupo, nem mesmo em referência.

A pesquisa de Hofstede em nenhum momento faz julgamento de valor acerca das culturas que estudou, nem procura relacioná-las às categorias de desenvolvido ou tradicional. Seu propósito mantém-se fiel ao subtítulo de seu livro, que é comparar valores, comportamentos, instituições e organizações entre os países. Com base em um questionário com quase uma centena de perguntas, Hofstede chegou a cinco dimensões distintas que permitem comparar as culturas

dos países que estudou. São elas: distância de poder (se alta ou baixa), aversão à incerteza (idem), individualismo (*versus* coletivismo), masculinidade (*versus* feminilidade), orientação de longo prazo (em oposição à orientação de curto prazo). Para cada uma destas dimensões gerou-se um índice que permitiu a Hofstede comparar as culturas de mais de 70 países e fornecer à IBM parâmetros para adequar a gestão das suas filiais em cada um dos contextos culturais em que opera. No entanto, ao contrário de Grondona, Hofstede não pretendeu impor um modelo cultural para sociedades não desenvolvidas. Seu propósito não é mais do que comparar estas dimensões culturais entre países.

Outro autor que se filia à corrente de Harrison e Huntington é Carlos Alberto Montaner, que estudou a influência da cultura sobre o comportamento das elites latino-americanas. Para ele, pelo menos em parte, as elites e os grupos que detém o poder na América Latina são os responsáveis pela perpetuação da pobreza e o impedimento do progresso coletivo na região. Montaner sugere como a elite se expressa a partir do comportamento de seis grupos: políticos, militares, empresários, clero, intelectuais e grupos de esquerda. Segundo Montaner, embora seja comum a crítica ao 'capitalismo selvagem' na América Latina, por aqui nunca houve uma classe de modernos capitalistas, mas apenas proprietários de terras no sentido da tradição feudal.

A tragédia real da América Latina, para este autor, reside no fato de que a oferta de capital é limitada e grande parte dele não está nas mãos de empreendedores dispostos ao risco e à inovação, mas nas mãos de cautelosos especuladores que preferem investir seus recursos em bens imóveis e esperar que o crescimento vegetativo de seus países provocará a apreciação do valor de suas propriedades. A classe empresarial, segundo Montaner, procura obter sua fortuna não pela competição de mercado, mas através de influência política. Isso acarreta num círculo vicioso que produz tanto o aumento dos lucros quanto da corrupção. Em parte, esta análise é acertada. Montaner tem razão ao dizer que a verdadeira definição de poder na América Latina reside na capacidade de se operar acima da lei. Mas certo é que esta não é uma exclusividade desta região, tendo em vista que corrupção e fraudes financeiras não são fenômenos exclusivos da América Latina. A maneira de se operar acima da lei aqui, no entanto, é certamente diferente da maneira como se opera fora da lei no mundo desenvolvido, talvez mais rudimentar.

Por aqui constata-se uma alta tolerância às relações em que a lealdade pessoal é tolerada e o mérito é menosprezado. Esta constatação está em linha com a alta distância de poder identificada por Hofstede nos países latino americanos. A distância de poder, para Hofstede, é definida como "a medida em que os membros menos poderosos das organizações e instituições aceitam e omitem que o poder é distribuído de forma desigual" (HOFSTEDE, 2001:79-85 em livre tradução). O problema fundamental envolvido a esta dimensão é o nível de desigualdade humana subjacente ao funcionamento de cada sociedade particular, não sob a perspectiva dos detentores de poder, mas dos destituídos dele. Embora Hofstede esteja preocupado com a análise da cultura no âmbito das organizações, o que se convencionou chamar pelo nome de 'cultura organizacional', não é demais extrapolar suas constatações para o âmbito da organização social maior de um país ou região.

A respeito do mérito e da igualdade, Livia Barbosa realizou um estudo em que compara o significado do mérito nas sociedades americana, japonesa e brasileira, e sua associação às liberdades desfrutadas pelos indivíduos destas sociedades, sem, contudo, pretender apresentar nenhuma proposta de intervenção nos valores destas culturas, distinguido-se portanto, da corrente capitaneada por Harrison. Para Barbosa, a meritocracia, enquanto um critério lógico de ordenação social é um conceito que não se restringe às sociedades complexas da modernidade.

Há evidências de sociedades meritocráticas antigas como a China imperial, onde o mandarinato, isto é, os postos da administração pública, eram ocupados por funcionários concursados, escolhidos por competência e independentemente de posição social. Mas é fato também que existe uma forte associação entre as sociedades modernas complexas e igualitárias e a vigência da meritocracia enquanto ideologia. Enquanto sistema de valores, a meritocracia baseia-se na rejeição de quaisquer tipos de privilégios, na igualdade jurídica, na pressuposição de que o talento é aleatoriamente distribuído entre as pessoas, nas diferenças inatas entre os indivíduos, na competição dos indivíduos entre si, na comparação relativa dos resultados individuais, numa perspectiva sincrônica da avaliação do desempenho, na responsabilidade individual sobre os próprios resultados, e na recompensa conferida aos melhores (BARBOSA, 1999:24-36).

Tal sistema de valores se desenvolveu de maneira mais aguçada nos Estados Unidos, onde a meritocracia está fortemente associada ao talento, à independência e à autoconfiança. A visão norte-americana do indivíduo como um *self-made man* e a valoração positiva do trabalho ancora-se numa concepção de igualdade de oportunidades (igualdade de condições perante a lei e a ela restrita. Não significa igualdade de condições econômicas, portanto) que atribui ao indivíduo a responsabilidade pelo seu sucesso. A diferença entre as pessoas é assim vista como resultado da diferenciação pelo talento e do esforço e da predisposição a empreender (*achievement*, que também pode ser traduzido como 'vontade de realização') de cada um. Este tipo de diferenciação entre as pessoas, além de inevitável, é visto de maneira positiva na sociedade norte-americana. Neste contexto, o desempenho funciona como um mecanismo socialmente legítimo de diferenciação, avaliação, hierarquização, premiação e punição para os indivíduos.

O caso brasileiro é bastante distinto, já que a meritocracia está muito mais associada a um direito, isto é, vinculada às instituições legais, do que a uma ideologia. Os princípios meritocráticos aparecem e evoluem por aqui sempre por intermédio de uma ação do Estado. Logo na primeira Constituição do nosso país de 1824, os direitos 'adquiridos', como, por exemplo o direito de tratamento igual perante a lei, não foram fruto de uma revolução burguesa, de uma pressão contra as elites estabelecidas, como foi o caso da França em 1789, mas foram direitos outorgados pelo imperador D. Pedro I. Desde então, este movimento mantém-se característico e toda medida que implica movimento em direção à implantação de um sistema e de uma ideologia meritocráticos na sociedade brasileira parte sempre do Estado para a sociedade, nunca da sociedade para o Estado¹¹. Resulta daí que na sociedade brasileira o mérito e o desempenho funcionam como fatores secundários à senioridade e às relações pessoais. Assim, conforme aponta Barbosa, o Brasil possui sistemas meritocráticos mas rejeita a ideologia meritocrática.

Este contraste fica evidente quando se analisa a concepção de igualdade que prevalece entre nós. Segundo a autora, o conceito de igualdade possui duas dimensões para o povo brasileiro: a igualdade cívica, garantida pela lei e a ela circunscrita, definida em relação a um sistema legal; e a igualdade *de fato*,

¹¹ Para uma análise de como evolui a institucionalização de um sistema meritocrático no Brasil, ver Barbosa (2003:48-76).

que "tem por base um sistema moral mais abrangente, que define a igualdade legal como conjuntural e que considera a igualdade mais do que um direito". Define-se como a necessidade de ser um fato, uma realidade indiscutível. "Nesse sistema moral, mais importante do que a equivalência jurídica entre os indivíduos é sua equivalência moral perante uma ordem que se sobrepõe à sociedade". No Brasil, as desigualdades naturais são interpretadas como oriundas das condições sociais dos indivíduos e muito pouca legitimidade lhes é atribuída.

"O esforço de cada um, a vontade de realizar (*achievement*) e as diferenças de talentos naturais não funcionam como vetores que transformam indivíduos comuns em *winners*, como na sociedade norte-americana, mas como consequências 'objetivadas' de processos históricos e sociais sobre os quais os indivíduos tem muito pouco controle. Como os indivíduos nascem em posições sociais distintas, eles desenvolvem habilidades desiguais" (BARBOSA, 1999:48-76).

A conclusão a que a autora chega é que, no caso brasileiro, os resultados positivos e negativos advindos das habilidades e talentos de cada um não são de responsabilidade do indivíduo, e sim de todo o corpo social. Assim, a responsabilidade pelos resultados está centrada no universo social, o que exime o indivíduo de responsabilizar-se por seus próprios méritos. Trabalho duro, ascensão social e enriquecimento pessoal nunca fizeram parte do imaginário nacional. O trabalho e o enriquecimento estão, antes, associados à exploração e aventura, sorte e corrupção, do que a determinação, recompensa e investimento de longo prazo. A categoria 'trabalhador' por aqui está mais associada à uma distinção moral do que um mecanismo de mobilidade social. O trabalhador distingue-se do bandido, do traficante. O desempenho da sociedade brasileira é antes resultado do ambiente e das circunstâncias em que um indivíduo atuam do que seus talentos e forças intrínsecas a ele como esforço, vontade de realizar ou habilidades. Assim, as produções individuais são sempre avaliadas em função dos contextos em que se produz e se atua. As circunstâncias tomam uma dimensão muito grande quando se avalia o desempenho individual na sociedade brasileira. É a avaliação do que o indivíduo foi capaz de realizar no contexto social em que atuou apesar das circunstâncias. As circunstâncias são invocadas como justificativas da qualidade do que cada um foi capaz de produzir. Como consequência, as produções individuais tornam-se incomparáveis entre si, pois o produto de cada um é visto como o resultado de condições históricas e subjetivas particulares e únicas, sem paralelo

com quaisquer outras. Pela mesma lógica, a concepção de igualdade é baseada num sentido distributivo e a competição é vista como um mecanismo social negativo, já que as pessoas sempre competem em desigualdade de condições. Esta constitui uma interessante análise da cultura brasileira que pode servir como base para se pensar o desenvolvimento nacional sem que seja necessário, para tanto, a imposição de valores, impossível pelo que fica claro na perspectiva histórica adotada por esta autora.

Num exemplo de quanto é influente a perspectiva do desenvolvimento de Harrison, Entouga-Manguelle, um autor camaronês, discorre sobre os obstáculos culturais ao desenvolvimento e à competitividade da África. Este autor destaca que a diversidade cultural africana é de difícil compreensão e sujeita a simplificações, dada a variedade de etnias, línguas, tribos e influências religiosas (catolicismo ao sul do Saara, islamismo ao norte) e colonizadoras tão vastas, mas, logo em seguida, afirma que acredita haver sentido em generalizar a cultura africana como um todo. Assim, apresenta uma tipologia que considera 'embora não inteiramente satisfatória, dá uma ideia do que é a realidade cultural africana'. O autor utiliza-se do estudo de Hofstede para tomar a alta distância hierárquica como uma característica marcante do continente africano. Outra característica tomada emprestada de Hofstede para a sua tipologia da cultura africana é o controle sobre a incerteza. Hofstede define a aversão à incerteza como *"the extent to which the members of a culture feel threatened by uncertain or unknown situations"* (HOFSTEDE, 2001:161). Por Hofstede está se referindo a tudo o que é novo, desconhecido, surpreendente e diferente do usual. O problema básico que diz respeito à esta dimensão da cultura é o grau em que uma sociedade procura controlar o incontrolável.

Entouga-Manguelle então destaca que as sociedades africanas apresentam a característica de forte controle sobre as incertezas, sendo este controle exercido principalmente pela religião. Para ele, se o povo africano está imerso no presente e demonstra falta de preocupação com o futuro, é menos por causa da segurança de estruturas sociais da comunidade que os envolve do que devido à sua submissão à uma vontade divina onipresente e implacável.

Além destas duas dimensões do modelo de Hofstede, Entouga-Manguelle discorre sobre a perspectiva de tempo dos africanos, mais dirigida ao passado do que ao futuro, a qual exalta o passado glorioso dos ancestrais por meio de fábulas e mitos e, segundo o autor, em nada contribui para a preparação para o amanhã.

O africano, ancorado em sua cultura ancestral, está tão convencido de que o passado pode simplesmente se repetir que se preocupa apenas superficialmente com o futuro. No entanto, sem a percepção dinâmica do futuro, não há planejamento, nem previsão, nem construção de cenários; em outras palavras, não há política que possa afetar o curso dos eventos (ENTOUGA-MANGUELLE, 2000:69).

A indivisibilidade do poder e da autoridade é outro traço marcante, que faz com que as sociedades africanas apresentem, em geral, alto grau de centralização de poder entre os líderes. Aliado a esta característica, está o predomínio da comunidade sobre os indivíduos. Diz o autor que os africanos rejeitam qualquer entendimento do indivíduo enquanto ser autônomo e responsável. Em primeiro lugar devido à ideia de responsabilidade estar sempre associada à liderança e, em consequência do alto grau de centralização das sociedades africanas, a servidão ser preferida à assunção de responsabilidades. O autor destaca ainda certa aversão às virtudes econômicas por parte do povo africano. Sua visão de mundo, diz, atribui muito pouca importância aos aspectos econômicos e financeiros da vida.

Tal característica também foi apontada por Sérgio Buarque de Holanda como traço marcante dos nossos ancestrais ibéricos. Diz Holanda que "a repulsa firme a toda as modalidades de racionalização e, por conseguinte, de despersonalização tem sido, até aos nossos dias, um dos traços mais constantes dos povos de estirpe ibérica" e, em seguida, como consequência, destaca que "desse comportamento social, em que o sistema de relações se edifica essencialmente sobre laços diretos, de pessoa a pessoa, procedam os principais obstáculos que na Espanha, e em todos os países hispânicos — Portugal e Brasil inclusive —, se erigem contra a rígida aplicação das normas de justiça e de quaisquer prescrições legais" (HOLANDA, 1995:133-34).

Em realidade não é pela maior temperança no gosto das riquezas que se separam espanhóis ou portugueses de outros povos, entre os quais viria a florescer essa criação tipicamente burguesa que é a chamada mentalidade

capitalista. Não o é sequer por sua menor parvificência, pecado que os moralistas medievais apresentavam como uma das modalidades mais funestas da avareza. O que principalmente os distingue é, isto sim, certa incapacidade, que se diria congênita, de fazer prevalecer qualquer forma de ordenação impessoal e mecânica sobre as relações de caráter orgânico e comunal, como o são as que se fundam no parentesco, na vizinhança e na amizade (HOLANDA, 1995:137).

Holanda, no entanto, apenas aponta esta característica como traço cultural marcante. Entouga-Manguelle, finalmente, preocupado que está com o desenvolvimento do continente africano propõe que se promovam 'revoluções culturais pacíficas' nas sociedades africanas, a fim de que estes obstáculos culturais ao desenvolvimento sejam superados. A conclusão é um tanto quanto ingênua. Afirma cabalmente que se a Europa foi capaz de impor-se no planeta, dominá-lo e organizá-lo para seu próprio benefício, foi devido ao desenvolvimento de uma cultura dominante de rigor e trabalho, alheia às influências de forças invisíveis, a África deve fazer o mesmo (ENTOUGA-MANGUELLE, 2000:77).

Por fim, um último aspecto que merece ser analisado dada sua centralidade na proposta de Harrison e Huntington, é o que diz respeito à relação entre cultura e a política, o que os autores classificam como 'desenvolvimento político'. Por desenvolvimento político estes autores estão se referindo ao desenvolvimento de instituições democráticas.

Ronald Inglehart (1977, 1990, 1997), em seus estudos transculturais, desenvolveu um modelo em que procura correlacionar desenvolvimento econômico, cultura e democracia. Seguindo a tradição dos teóricos clássicos da modernização, Inglehart argumenta que o surgimento da sociedade industrial está diretamente relacionada a transformações culturais coerentes com este novo estágio social, transformações estas que promovem um distanciamento em relação ao sistema de valores tradicional.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento econômico está associado a um conjunto de mudanças em certa medida previsíveis, dissociadas de normas sociais absolutas e congruentes a valores relativos à racionalidade, à tolerância e à confiança. O conjunto destes valores o autor classifica como 'valores de autoafirmação', em contraposição aos 'valores de sobrevivência' associados às sociedades tradicionais. Cada um destes dois conjuntos de valores estão

associados respectivamente à racionalidade, por um lado, e ao tradicionalismo, por outro.

Estas duas dimensões tocam um dos eixos de variação cultural, envolvendo dezenas de valores e crenças. Os dois polos — de um lado valores tradicionais, de outro valores laicos/rationais — refletem, na opinião deste autor, o contraste entre as sociedades em que a religião tem um papel muito importante na estruturação da vida social e aquelas em que a religião já não é um elemento tão central, conforme a tese de Weber indicou (ver figura 4). Há, no entanto, segundo este autor, outros aspectos da vida social além da religião, os quais também influenciam fortemente a estruturação da vida social. Dentre os principais, a ênfase sobre a importância dos laços familiares, a deferência às autoridades (inclusive no que concerne à algum grau de aceitação de regimes militares), a aversão a conflitos políticos e uma busca maior por consenso, do que à confrontação.

O trabalho de Inglehart a partir de uma pesquisa denominada *World Values Survey*, permite realizar comparações não apenas entre as mais de 65 sociedades em que a pesquisa é aplicada, correspondente a cerca de 75% da população mundial, mas também visualizar as mudanças relativas a estes valores ao longo do tempo. Assim como os teóricos da modernização, Inglehart acredita que o mundo avança no sentido de extinguir os valores tradicionais. Afirma ele que "o desenvolvimento econômico quase que inevitavelmente leva ao declínio da religião, do espírito provinciano e das diferenças culturais" (INGLEHART, 2000:81).

Para este autor, há ampla evidência da transformação intergeracional dos valores, saindo de uma ênfase na segurança econômica e física, em direção a uma ênfase cada vez maior para a auto-afirmação, no bem-estar subjetivo e na qualidade de vida (INGLEHART 1977, 1990, 1997). Os gráficos abaixo permitem esta comparação. Os grupos que figuram nos gráficos de Inglehart são baseados nas pesquisas de Huntington (1993, 1996), que identificou no mundo oito ou nove civilizações que apresentam características culturais duradouras que persistem ao longo dos séculos.

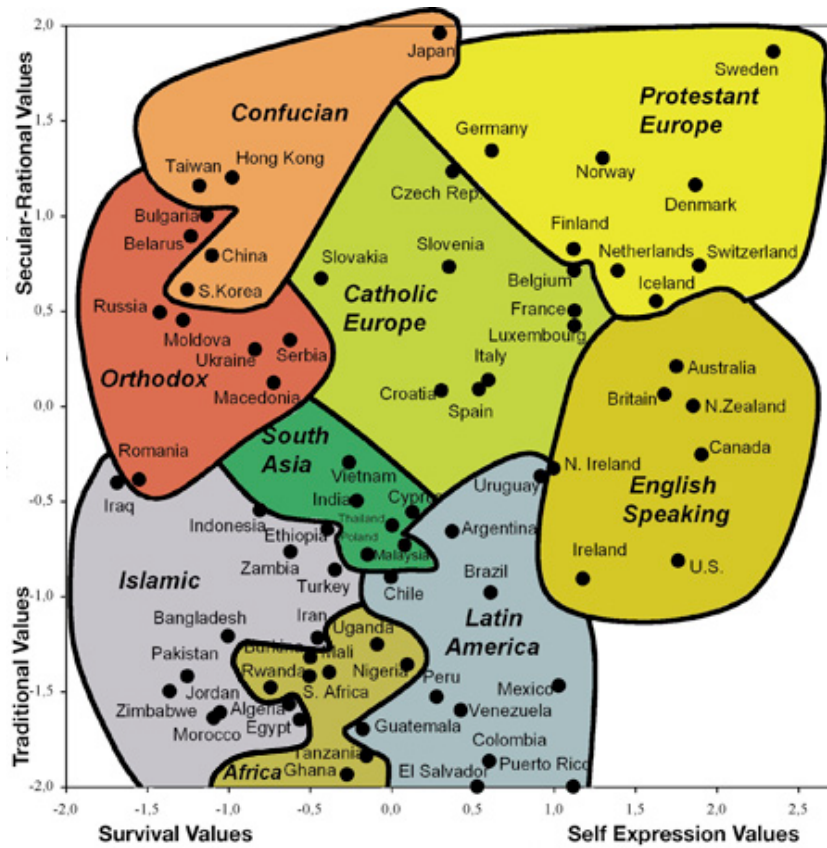


Figura 8 – 53 sociedades no mapa cultural global 2005-2008

Fonte: INGLEHART, R & WELZEL, C." (2010:554), disponível em http://www.worldvaluessurvey.org/wvs/articles/folder_published/article_base_54

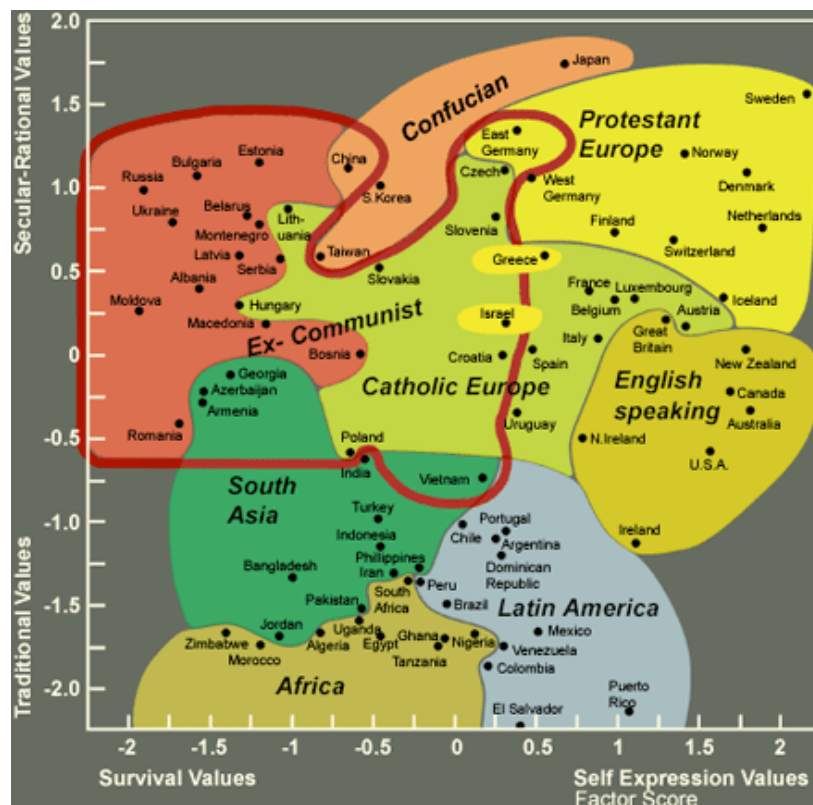


Figura 9 – Sociedades no mapa cultural global 1999-2004

Fonte: INGLEHART, R & WELZEL, C." (2005:63), disponível em http://www.worldvaluessurvey.org/wvs/articles/folder_published/article_base_54

Assim como os demais autores desta visão, Inglehart considera, em suma, que o processo de modernização é caracterizado pela passagem gradual de um sistema de valores de sobrevivência para um sistema de valores de autoafirmação; de um estilo de vida e uma visão de mundo que favorecem a religião, sistemas de normas absolutos e valores tradicionais, para um sistema que favorece a razão, um sistema de normas democrático que evolui gradualmente e valores tidos como modernos. O fato de que as sociedades mais ricas em geral tendem a ser democráticas baseia o argumento principal do autor de que há uma forte correlação entre os sistemas democráticos e este conjunto de valores.

Societies that emphasize survival values show relatively low levels of subjective well-being, report relatively poor health, are low on interpersonal trust, are relatively intolerant toward outgroups, are low on support for gender equality, emphasize materialist values, have relatively high levels of faith in science and technology, are relatively low on environmental activism, and are relatively favorable to authoritarian government (INGLEHART, 2000:84).

O grande problema da abordagem de Inglehart é considerar que existe apenas um conjunto de valores considerados como de autoafirmação. Chega a ser contraditório em princípio, pois cabe-se perguntar como pode uma sociedade se autoafirmar negando seus valores tradicionais e passando a adotar valores que não são delas. Apesar de utilizar a mesma nomenclatura, as ideias de autoafirmação de Inglehart conforme exposta aqui e a que está presente no pensamento de Guerreiro Ramos, conforme exposta no ensaio anterior (ver 2.3) não se referem à mesma coisa.

Outro autor que relacionou desenvolvimento político a valores culturais foi Putnam (1993) que sustenta que as regiões da Itália onde as instituições democráticas são mais bem sucedidas são justamente aquelas em que a sociedade civil era relativamente bem desenvolvida séculos antes. O elemento que permite distinguir e comparar as diversas regiões italianas Putnam chama de *comunidade cívica*. Dito de outra forma, as regiões mais desenvolvidas da Itália moderna, notadamente no norte do país, são caracterizadas por uma comunidade com valores cívicos mais evidentes do que as regiões menos desenvolvidas. Outro conceito que o trabalho de Putnam ajudou a popularizar com suas pesquisas sobre democracia, valores e desenvolvimento, é o de *capital social*, o qual diz respeito às características da organização social que contribuem para aumentar a eficiência das

sociedades, facilitando ações coordenadas. Há nexos em classificar estas características como um tipo de capital, na medida em que é um elemento produtivo da sociedade, conforme a definição de Coleman:

Assim como as outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse (...). Por exemplo, um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e confiança" (COLEMAN, 1990:302-04).

Como se vê na definição de Coleman, a confiança é elemento central do capital social, na medida em que graças à confiança é que o capital social é produtivo. Putnam afirma que o capital social facilita a cooperação espontânea, estabelece uma densa teia de compromissos recíprocos e fortalece a solidariedade comunitária entre os membros de uma sociedade. Francis Fukuyama (1995), em seus estudos que relacionam confiança e prosperidade, argumenta que a capacidade de uma sociedade para competir nos mercados globais é condicionada pela confiança social.

A confiança, segundo Fukuyama, funciona como uma espécie de lubrificante social que permite que grupos e organizações tornem-se mais eficientes. Assim, sociedades de baixa confiança estão em desvantagem, pois são menos eficazes no desenvolvimento de instituições sociais complexas. Em seu livro *Trust: The Social Virtues and The Creation of Prosperity*, afirma que, sob o ponto de vista econômico, existem hábitos éticos que constituem virtudes, enquanto que outros não passam de vícios (FUKUYAMA, 1995:57). As virtudes sociais que contribuem para a formação de capital social e, conseqüentemente, para a criação de prosperidade são, principalmente, a honestidade, a confiança, o cooperativismo e um senso de dever em relação aos outros.

Lipset & Lenz (2000:112-24) desenvolveram argumentação semelhante ao estudarem a relação entre cultura, mercados e corrupção. Com base em estudos comparativos, como o World Values Survey (WVS) de Inglehart e o Corruption Perception Index (CPI), os autores apontam correlações entre corrupção e fatores econômicos e políticos diversos. Por exemplo, afirmam que a corrupção reduz o crescimento econômico por reduzir também o investimento público em educação. Segundo eles os governos tomados por corrupção despendem relativamente mais

dinheiro em projetos que facilitam o desvio de verbas e a cobrança de subornos. Projetos grandiosos e de difícil gestão, como a construção de aeroportos e rodovias, facilitam a fraude enquanto que desvios nos investimentos em educação são mais facilmente identificáveis, sendo estas áreas menos abertas à corrupção. Outro elemento que os autores apresentam como sendo o mais fortemente correlacionado à corrupção em comparações internacionais é a renda *per capita*. Com base no CPI, os autores apontam que os países mais ricos e mais economicamente desenvolvidos são os que apresentam os menores índices de corrupção, enquanto que os países com renda *per capita* baixa apresenta maiores índices de corrupção. Ainda neste sentido os autores argumentam que o processo de desenvolvimento econômico tende a ter um impacto positivo em termos de democracia, o que provoca, também a redução da corrupção.

Estes autores baseiam seu estudos sobre a relação entre cultura e corrupção em duas abordagens sociológicas para estudarem as relações entre cultura e corrupção. Uma delas é o esquema meios-fins de Robert Merton, que permite analisar as variações no que diz respeito às violações das normas sociais. A outra é baseada nos trabalhos de Edward Banfield sobre a família.

Na teoria de Merton, a corrupção é entendida como um comportamento decorrente de pressões sociais que resultam em violações de normas, tanto as formais quanto as informais. Todo e qualquer sistema social, diz Merton, estabelece objetivos culturais que os indivíduos buscam alcançar, bem como os meios para alcançá-los, que também podem ser chamados de normas institucionalizadas. Aqueles que buscam alcançar os objetivos pelos meios socialmente aceitos Merton chama de conformistas. No entanto, nem todos os indivíduos numa dada sociedade possuem os meios de acesso às oportunidades para realização dos objetivos sociais em igualdade de condições. Sobre esta parcela da sociedade as pressões pelo alcance dos objetivos são, assim, maiores do que sobre os que têm maior acesso aos meios de alcançar os objetivos. Conseqüentemente, muitos dos que reconhecem que possuem pouco ou restrito acesso às oportunidades tendem a rejeitar as regras do jogo e tentam obter êxito por meios não convencionais (inovadores ou criminosos). Desta forma, uma das grandes implicações da teoria de Merton é que as culturas que enfatizam o sucesso econômico como um importante

objetivo, mas não obstante restringem fortemente o acesso às oportunidades de realizá-lo tendem a apresentar maiores níveis de corrupção.

Já na abordagem de Banfield a corrupção aparece em grande parte como expressão de sectarismo — o sentimento de obrigação a ajudar, a fornecer recursos à um terceiro a quem o indivíduo possui uma obrigação pessoal, à família acima de tudo, mas também a amigos e a grupos — em detrimento do Estado de Direito. Em uma palavra, a prática do nepotismo é o que melhor exprime a corrupção no sentido em que Banfield a trata. Este tipo de lealdade na forma de obrigação sectária é muito forte nas sociedades pré-capitalistas, como, por exemplo, as sociedades feudais.

Nos trabalhos de Weber é marcante a ênfase sobre o contraste entre este tipo de lealdade e o mercado. Em sua busca por compreender o nascimento do capitalismo nas culturas protestantes, Weber destaca que as normas das sociedades católicas pré-industriais eram comunitárias, postulando acima de tudo que a sociedade, as famílias e os estratos dominantes ajudassem os menos afortunados. Para Weber, estes valores impunham obstáculos à formação de economias de mercado conduzidas racionalmente, uma vez que as normas de mercado expressam e sustentam valores universalistas, opostos à ética sectária. Na teoria weberiana é a ênfase no individualismo o fator que propicia a acumulação de capital.

Banfield (1958), que assim como Putnam estudou o sul da Itália, em seu livro *The Moral Basis of a Backward Society* identificou nesta região aquilo que chamou de 'familismo amoral', um conceito próximo à 'cordialidade' brasileira identificada por Sérgio Buarque Holanda. O familismo amoral, segundo este autor, é a expressão cultural, psicológica e moral da combinação de diversas condições peculiares a esta região, que vão desde a estrutura familiar das comunidades, passando pelas organizações mafiosas, expressão maior deste familismo, até a estagnação econômica. Uma cultura em que o familismo amoral está presente caracteriza-se pela ausência ou deficiência de valores comunitários, mas estimula os laços familiares (ESTEVES, 1998). Diz Banfield que numa sociedade como tal ninguém buscará promover o interesse do grupo ou da comunidade a menos que para fins privados seja vantajoso fazê-lo (BANFIELD, 1958). Assim, sociedades

como as descritas por Banfield exibem pouca lealdade dos indivíduos à sua comunidade e baixa aceitação quanto às normas comportamentais que requeiram o suporte de terceiros, isto é, baixa cooperação fora dos círculos familiares ou clânicos. É neste sentido que Banfield classifica o familismo como amoral, pois dá origem à corrupção e estimula o desvio às regras universalistas e meritocráticas típicas das sociedades capitalistas modernas.

Traço comum entre os argumentos destes autores que relacionam cultura e democracia é a ideia de modernização como uma trajetória de evolução unilinear. Implícita ou explicitamente, estes autores presumem que todas as sociedades desenvolvidas passaram pelos mesmos estágios de 'progresso' até que chegassem perto da perfeição que tem como modelo a versão da civilização ocidental europeia, para onde se espera que um dia todas as nações cheguem. Para tanto, devem ser capazes de adotar para si os valores corretos do desenvolvimento. Lipset & Lenz sintetizam este argumento na seguinte sentença:

"If rationally oriented economic values and the rule of law become dominant in less developed and former communist countries, and if they foster development, levels of corruption should fall, as they have in the three now well-to-do and highly market oriented and relatively law abiding Chinese societies: Hong Kong, Taiwan, and Singapore" (LIPSET & LENZ, 2000:124).

As vozes da visão evangelizadora do estudo da relação entre cultura e desenvolvimento foram aqui examinadas. Podemos chamar esta corrente pensamento de evangelizadora, uma vez que ela assume haver uma relação causal entre um determinado grupo de valores e o desenvolvimento econômico e político das sociedades, e por pregar que se uma sociedade adota para si os valores das sociedades progressistas como orientação para o futuro, culto ao trabalho, frugalidade, valorização da educação, meritocracia, confiança, código de ética rigoroso, justiça e *fair play*, autoridade descentralizada e secularismo, logo ela estará mais apta a desenvolver-se política e economicamente.

Conforme foi dito no início desta sessão, grande parte da discussão que trata da relação entre cultura e desenvolvimento tem como ponto de partida *A ética protestante e o espírito do capitalismo* de Max Weber. De fato, este estudo figura entre os que melhor explicam o desenvolvimento capitalista das sociedades modernas. O grande problema de ideias como estas é quando elas se tornam

também o ponto de chegada, conforme os autores analisados parecem acreditar. Ao considerar que existem valores mais adequados do que outros para o desenvolvimento, os evangelistas pregam um único caminho. Harrison afirma que muitos estudiosos do milagre econômico do Leste Asiático concluem que os valores confucionistas 'de tipo protestante' tiveram papel decisivo no desenvolvimento daqueles países. Os valores que Harrison nomeia são exatamente a orientação para o futuro, a diligência no trabalho, educação, mérito, frugalidade etc. E completa: *"These Protestant ethic-like values are rooted not only in Confucianism but also in ancestor worship and Taoism, among other belief systems"* (HARRISON, 2000:296).

É de se notar, no entanto, que o Confucionismo não é um sistema religioso como os que o Ocidente conheceu, uma vez que não possui as ideias de deus, céu e inferno, mas trata-se de um sistema filosófico que trata principalmente da política e da ética, que se estende à organização da vida familiar, das cerimônias sociais e da etiqueta. Ao lado do Taoísmo é um sistema ético muito mais antigo do que o Protestantismo. Cabe questionar porque então a modernização, o desenvolvimento econômico e político tal como o entendem os evangelistas tardou tanto a ocorrer e, ainda, porque ocorreu primeiro na Europa, se na Ásia estes valores de tipo protestante já estava presentes muito antes e até o século XVIII, a China era mais avançada tecnologicamente do que o Ocidente (Sugihara, 2003).

O avanço modernizante que está em curso hoje naquele país ocorre a despeito de um sistema democrático de moldes ocidentais. O capital social da sociedade chinesa, embora distinto do que Putnam identificou na Itália, existe e é determinante. A China possui um sistema ético tão ou mais rigoroso do que o do protestantismo. Sua orientação de tempo não é como a que Harrison assume ser o necessário para que a modernidade ocorra, embora a China planeje e projete com muita habilidade seu desenvolvimento. A autoafirmação da sociedade chinesa nos últimos 30 anos não significou a adoção dos valores e da ética de trabalho da cultura ocidental, mas funda-se na sua própria cultura. Estes, alguns dos assuntos que serão tratados no próximo ensaio.

3.2 UM EXEMPLO: A INTERPRETAÇÃO DOMINANTE DE CONFUCIONISMO E TAOÍSMO DE WEBER

A interpretação parsoniana do pensamento de Weber foi amplamente dominante durante a primeira fase em que ocorreu a recepção de sua obra fora da Alemanha, em especial nos Estados Unidos. A tradução para a língua inglesa de *Confucionismo e Taoísmo* (doravante, simplesmente, *CT*) pouco contribuiu para a compreensão deste estudo junto aos leitores não germanófonos. Além da grande mediocridade da tradução, o texto em inglês foi organizado em três partes, diferentemente do texto original, e com um novo título, “*The Religion of China*”, sob a incompreensível justificativa dada pelo tradutor e organizador da edição americana de que tal mudança teria como objetivo “evitar a repetição dos ‘ismos’” (GERTH, 1951:ix).

Na segunda edição do estudo, a apresentação do texto de Weber elaborada por C. K. Yang deixa evidente a perspectiva estrutural-funcionalista de caráter estritamente parsoniano que trata *CT* como se constituísse uma contraprova para “*A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*” (doravante, simplesmente, *EP*), onde a argumentação seria conduzida, desta vez, *ex negativo*:

“Weber’s major objective in this volume was to demonstrate that China’s failure to develop rational bourgeois capitalism was owing mainly to the absence of a particular kind of religious ethic as the needed motivating force. Second, this study was intended as a support for his major theme that rational bourgeois capitalism developed in Europe because of the unique presence of the ascetic Protestant ethic as the moving spirit. Hence, *The Religion of China* cannot be properly understood apart from the wider context of Weber’s intellectual endeavors, specially regarding his theory of religious values as independent voluntaristic influences on the nature of socioeconomic development” (YANG, 1963:xiv *in* WEBER, 1963)

Na interpretação de Yang (1963), o desenvolvimento de um capitalismo burguês racional na China teria sido impedido devido à ausência de uma ética religiosa semelhante ao protestantismo ascético. Tal interpretação superestima o fator religioso colocando o confucionismo como o sistema de valores a partir do qual se opera a integração funcional da sociedade chinesa tradicional. Em segundo lugar, assume que *CT* seria um suporte a reforçar o argumento presente em *EP*, igualmente mal interpretado, de que o desenvolvimento capitalista deveu-se fundamentalmente à existência do sistema ético do protestantismo ascético. Por fim,

apresenta uma visão limitada quanto ao contexto mais amplo da empreitada intelectual de Weber ao ater-se à comparação entre *EP* e *CT*, como se o segundo representasse uma contraprova ao primeiro.

De fato, no capítulo final de *CT* Weber afirma que o sistema ético confucionista não permitiu o nascimento do capitalismo na China (WEBER, [1915]1996:401), o que pode ter levado alguns autores que não tiveram o cuidado de percorrer sua obra mais a fundo a tirarem conclusões precipitadas. Mas o que está em questão em seus estudos não é bem a origem do capitalismo moderno, muito embora a contribuição de Weber neste sentido seja indiscutível, mas uma análise mais ampla sobre o processo de secularização das sociedades modernas, o que dá base para a sua teoria da ação.

Que a relação entre a ética religiosa do protestantismo ascético e a ética econômica tenham sido explicitadas em *EP*, isto está fora de questionamento. No entanto, interpretar que o objetivo de Max Weber tenha sido tão somente o de demonstrar que o capitalismo só pode se desenvolver *em função* da ética protestante, este é o equívoco mais comum que se encontra entre os intérpretes de seu pensamento. O presente artigo tem como objetivo esclarecer esta má interpretação e melhor situar o texto de *CT* na obra de Weber.

3.2.1 O contexto maior da empreitada intelectual de Max Weber: uma teoria da ação

Poucos estudiosos levam em consideração o fato de que *EP* é resultado de um estudo inacabado, em verdade abandonado por Weber, que tratava principalmente de explorar o papel específico das diversas éticas protestantes (calvinista, anabatista, pietista) sobre a formação dos estilos de vida, de melhor situar o lugar do ascetismo puritano na história geral do ascetismo cristão, de avaliar o peso particular do humanismo e do Renascimento sobre o desenvolvimento cultural do Ocidente e, por fim, de analisar aquilo que a ética religiosa impõe às determinações econômicas e sociais (GROSSEIN, 2000:vi).

Tal projeto, contudo, não vai adiante. Weber o abandona aos contrasensos que ele próprio julgava inevitáveis, uma vez que considerava ter tentado elucidar as más interpretações muitas vezes em vão, como fica claro na sua

Resposta Final aos Críticos, publicada em 1910. Nela Weber explica que seu interesse maior em *EP* foi o de compreender “que tipo de relação o protestantismo em suas diferentes vertentes estabeleceu com o desenvolvimento da idéia de profissão-vocação (*Beruf*) na significação particular que ela obteve para o desenvolvimento das qualidades éticas do indivíduo e que influenciam as aptidões destes em relação ao capitalismo” (WEBER,[1915]1996:140).

“Com efeito, meu interesse central não recaía sobre os elementos de estímulo à expansão capitalista, mas sobre o desenvolvimento de um tipo de homem (*Menschentum*) criado pela conjunção de componentes de origem religiosa e componentes de origem econômica; isto está claramente indicado nas conclusões dos meus estudos” (WEBER, [1915]1996:138).

Embora muitos estudiosos interpretem este estudo como uma tese em que Weber defende que a ética protestante foi o elemento responsável pelo desenvolvimento do espírito do capitalismo, Weber deixa claro em sua resposta aos críticos que o desenvolvimento de um adequado ‘estilo de vida’ no seio de vastas classes médias burguesas, bem como das massas que buscavam integrar-se ao mecanismo capitalista das diversas comunidades religiosas, se deu “em um meio que já era capitalista” (WEBER,[1915]1996:148).

A partir de 1915, Weber inicia a publicação de uma série de estudos que se concentram no Confucionismo (1915), no Hinduísmo e no Budismo (1916-17) e sobre o Judaísmo antigo (1917-20), os quais foram reunidos à véspera de sua morte sob o título de *A Ética Econômica das Religiões Mundiais: esboços de uma sociologia das religiões* (doravante, simplesmente, *EER*).

Se, de fato, em *EP* Weber demonstra um modo particular de apropriação subjetiva das idéias religiosas na criação de uma relação específica com o mundo — o ascetismo mundano que articula de maneira singular a busca pela salvação e a integração ativa nas ordens do mundo, particularmente no que diz respeito à esfera econômica —, nos estudos que compõem a *EER* Weber procede uma investigação sistemática pelo uso de comparações e contrastes permanentes das características presentes nos sistemas religiosos do Ocidente em relação à China, mas também em relação à Índia, ao judaísmo antigo, ao Islam e à Grécia. O que interessa a Weber nestas comparações é o contraste entre os diferentes tipos de racionalidade presentes nestas diferentes culturas. Talvez tenha sido o uso deste recurso metodológico de imputação causal por meio de contrastes e comparações o que

levou aos intérpretes do pensamento de Weber a concluir que seu objetivo em *EER* tenha sido o de buscar contraprovas para fundamentar os argumentos expostos antes em *EP*. Isto significaria colocar *EP* em um lugar que não lhe cabe no âmbito geral da obra de Weber, como se *EP* fosse sua tese principal em torno da qual seus demais estudos servem de suporte. Por contrário, a despeito da enorme importância e repercussão que *EP* encontra até os dias atuais devido à contribuição que dá para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo como modo de organização social, ela situa-se apenas como parte de um projeto maior.

De acordo com Cohn (2012), no cerne da reflexão que Weber realiza sobre o poder e a dominação está o desenvolvimento de uma teoria da ação social. A partir da ideia de *führung*, que diz respeito à orientação da ação, à liderança, à ideia de condução, Weber propõe uma análise dos tipos de agentes sociais e dos tipos de realização da ação em termos de como os agentes conduzem sua existência - ou condução da vida (*Lebensführung*). Na análise presente em *EER*, portanto, as religiões são vistas como sistemas de regulamentação da vida e são focalizados os efeitos práticos que as religiões exercem sobre a conduta da vida cotidiana das massas.

Na sua teoria da ação, Weber entende o fenômeno do poder como uma relação, isto é, uma relação entre quem domina e quem é dominado. Não se trata de como o poder é imposto pelos dominadores numa determinada sociedade, mas de como os dominados aceitam se subjugar ao poder, entendendo a dominação como legítima. A teoria do poder e da dominação está, portanto, inserida na elaboração mais ampla de uma teoria da ação. O que está em questão é: como um determinado estamento social consegue impor aos demais um certo modo de conduzir a vida e orientar a ação da sociedade num determinado sentido. Da mesma forma, a questão se coloca também entre os dominados: o que faz com que determinados estamentos sociais aceitem como legítima a imposição de certo modo de conduzir a vida e guiar a vida cotidiana.

O interesse de Weber recai sobre a margem de ação de que os agentes dispõem para encadear seus atos e, fundamentalmente, sobre como se dá a atribuição de sentido (sentido tanto com a conotação de orientação quanto de significado) a estes atos pelos agentes sociais no contexto mais amplo da sociedade

em que se inserem e em cujo sistema de valores a ação se dá. A religião é um dos elementos estruturantes do sistema de valores, mas não o único. O que está em jogo é aquilo que é incorporado pelos agentes na atribuição de sentido aos seus atos; na escolha de determinados atos em detrimento de outros como sendo significativos; como sendo incorporáveis às suas rotinas e às suas vidas.

Assim, se em *EP* Weber está interessado em desvendar o que faz com que o protestante atribua determinado significado às suas ações religiosas e econômicas, o mesmo ocorre nos textos reunidos em *EER*. Daí seu método de inferência por comparações e contrastes que garante a obtenção de validade em suas constatações. O que está sob análise, no entanto, é sempre a mesma questão: os modos de condução da vida prática. Em especial, Weber está interessado em investigar um tipo específico de ação, qual seja, a ação racionalmente orientada. Weber percebe que o processo de racionalização da vida é crescente e sem retorno. Ocorre, segundo ele, um movimento de 'desencantamento' do mundo, em que as ações humanas paulatinamente vão deixando de ser guiadas por fatores relacionados à magia, ao esotérico, ao místico, e passam a ser guiadas por fatores mundanos, terrenos. A religião protestante é, neste sentido, o representante exemplar deste rompimento com a tradição e nova maneira de orientar a condução da vida.

3.2.2 Sobre recurso do enfoque comparativo

Aos olhos de Weber, a aproximação comparativa e contrastativa constitui um dos instrumentos privilegiados de imputação causal no âmbito das ciências sociais. O raciocínio por meio de aproximações comparativas é um recurso sociológico por princípio sempre aperfeiçoável, passível de ser transformado quando preciso e, portanto, interminável. A descoberta de novas diferenças ou semelhanças entre os casos em comparação permite mudar a interpretação dos contextos explicativos. O encadeamento de suas descrições em suas argumentações parciais vão uma a uma reforçando os elos da sua fundamentação mais geral, bem como permite neutralizar as objeções que por ventura surjam. É nesta forma de raciocínio comparativo que reside a força demonstrativa e presuntiva do raciocínio sociológico de Weber.

Segundo Passeron (1996), o deslocamento da questão weberiana em *EER* revela menos uma alteração de sua problemática inicial do que uma ampliação do questionamento inaugurado em *EP*. É justamente o recurso à comparação entre um vasto conjunto de religiões universais que permite a Weber colocar

“não diferente disso, mas em toda sua magnitude e sem qualquer traço de ambiguidade eurocêntrica, o problema das conjecturas causais e das afinidades entre as visões de mundo, doutrinas religiosas, *habitus* dos virtuosos ou das massas e estilizações dos modos de condução da vida” (PASSERON, 1996:19).

A comparação permite a Weber inferir por contraste seu diagnóstico inicial que atribuía à ética protestante um papel causal, ao menos parcial, na modelagem de determinados traços de um estado de espírito favorável ao nascimento da forma ocidental e moderna da economia capitalista racional. Em suas análises sobre a sociedade chinesa, Weber demonstra que a China possuía a maioria das condições econômicas ou monetárias para a decolagem capitalista (em especial uma acumulação primitiva), mas a cultura confucionista do Estado, bem como a orientação filosófica dos funcionários letrados assentava-se sobre uma mentalidade avessa e hostil à valorização do tipo de homem que suscitou a empresa capitalista na Europa.

Comparada à ética econômica do protestantismo, a ética econômica confucionista revelou-se pertencer a um tipo puro de racionalidade que opõe-se diametralmente àquela do protestantismo. Foi esta oposição que permitiu a Weber colocar em contraste as duas formas de orientação da racionalização acerca dos mundos social, moral e político. É este contraste rico de inteligibilidade e detalhado com forte insistência argumentativa no texto de conclusão de *CT* que permite a Weber aprofundar a sua descrição do confucionismo em todas as suas dimensões sociológicas.

3.2.3 A ética econômica das religiões

Mas para que não corramos o risco de aceitar os argumentos dos autores que apresentam *CT* como um estudo que tem por objetivo sustentar a tese de *EP*

ex-negativo, ou seja, aceitar o argumento - que não é de Weber, mas de seus intérpretes - de que o capitalismo não se desenvolveu na China devido à ausência de uma ética protestante e a fim de melhor compreender o lugar que esta obra ocupa no âmbito maior da reflexão de Weber, faz-se necessário recorrer à introdução de *EER*, sem o que, segundo Grossein (2000), torna-se impossível compreender o projeto que o inspira. Neste texto de caráter marcadamente teórico Weber discorre sobre o surgimento das grandes religiões com enfoque no crescente processo de racionalização da reflexão ético-religiosa que aos poucos vai eliminando as representações místicas primitivas fundadas na magia.

De início, Weber destaca que nenhuma ética econômica jamais foi determinada unicamente por alguma religião. Em relação ao conjunto das atitudes face ao mundo, condicionadas por fatores religiosos ou outros fatores que chama de 'internos', a ética econômica contém uma lógica intrínseca em proporções que dependem muito fortemente de dados da geografia econômica e da história. Neste sentido, Weber afirma categoricamente, "a determinação religiosa da condução da vida constitui um — e reforço: *apenas um* — dos fatores determinantes da ética econômica (WEBER, [1915]1996:333)".

Assim, embora seja a religião o fator em que Weber se concentrou nos estudos presentes em *EER*, os modos de condução da vida são profundamente influenciados por fatores econômicos e políticos que se dão no interior de determinados limites geográficos, políticos, sociais e nacionais. É impossível, entretanto, separar todos estes fatores e analisá-los sem levar em consideração os demais. Sua relação de interferência é mútua e em *EER* Weber deixa clara a interdependência entre os fatores econômicos, políticos e religiosos quando analisa os estamentos que foram responsáveis por cristalizar determinado modo de vida nas diferentes sociedades analisadas. Apesar do título de *EER*, é preciso ter certa cautela quanto ao emprego do termo 'ética econômica' dado por Weber. Conforme ressalta Grossein (2000:xii), a análise não encerra simplesmente sobre a ética econômica de determinadas religiões, mas, mais globalmente, sobre a ética econômica própria às formações sociais nas quais as religiões estudadas inserem-se.

Weber parte da análise dos elementos que governam os modos de

condução da vida dos estamentos sociais (*schichten*)¹² que exerceram influência mais determinante sobre a ética prática das religiões de suas respectivas sociedades, imprimindo nestas religiões seus traços característicos que, ao mesmo tempo em que as diferencia das demais religiões do mundo, impactam de alguma maneira a ética econômica de suas sociedades como um todo.

Weber põe, então, em comparação os principais elementos que dão forma aos modos de condução da vida de diferentes estamentos sociais dominantes em sociedades distintas. Em determinadas sociedades foram intelectuais; em outras mercadores e comerciantes; noutras guerreiros; noutras monges. Cada um destes grupos de pessoas possui uma maneira própria de entender o mundo e de buscar um sentido (como orientação e como significado) para as suas ações no mundo. O confucionismo foi a ética do corpo de prebendários letrados que caracterizou um modo de racionalismo filosófico. A ética deste estamento social determinou o modo de condução da vida do povo chinês muito além de determinar apenas o modo de conduzir a vida restrito daquele estamento social. O hinduísmo antigo, por sua vez, foi conduzido por uma casta de letrados que, sem qualquer apoio oficial, exercia uma espécie de ritual de cura das almas entre indivíduos e comunidades e que, em seu papel de centro de gravidade em torno do qual se articulavam diferentes unidades populacionais, deram forma à ordem social. Já o budismo foi propagado pelos monges andarilhos e itinerantes, estritamente contemplativos e com uma atitude de recusa em relação ao mundo.

Esta reflexão, portanto, não está dissociada da questão referente às formas de dominação nas sociedades. O desenvolvimento de uma ética religiosa racional no seio dos estamentos socialmente desfavorecidos tem um fundamento positivo em relação à situação interna destes estamentos. Os estamentos melhor posicionados em termos de honra e poder social constroem uma lenda a respeito de seu status invocando uma qualidade que lhe seria imanente, mais frequentemente referida ao seu sangue. O sentimento de sua dignidade se nutre de seu *ser*, seja real ou pretendido. No caso dos estamentos sociais dominados, o sentimento de sua

¹² Weber prefere utilizar o termo estamento ao invés de utilizar classes sociais, este termo com um sentido já estabelecido na sociologia de Marx e diferente do que Weber quer utilizar, pois na sua sociologia não há preocupação com a questão da luta de classes, mas apenas as formas como os que estão nas posições de dominação, os estamentos superiores da sociedade, são aceitas como legítimas pelos estamentos que estão na posição de dominados.

dignidade é apoiado na crença de uma missão particular que lhe seria confiada, seu *dever-fazer*, que aos seus olhos possui valor próprio e que, assim, se coloca além deles mesmos, numa tarefa delegada por Deus (WEBER, [1915]1996:344-345).

A fim de esboçar uma sociologia das religiões, no entanto, Weber busca distinguir as diferentes influências que os estamentos sociais mais diversos imprimiram às religiões das sociedades de que fizeram parte.

“Pretendemos indicar de maneira muito geral (...) que a natureza do estado de felicidade ou de renascimento (aqui na Terra) buscado como bem supremo numa religião, evidentemente varia em função das características do estamento social que constituiu-se como o portador principal da religião em questão” (WEBER, [1915] 1996:348)

Para Weber, são os interesses materiais e ideais que governam a ação humana. Cada um dos grandes modos de condução da vida racionalmente metódicos foram caracterizados pelos pressupostos — irracionais e aceitos simplesmente como tais — a eles integrados desde o início de sua formação. Em grande medida, tais pressupostos foram determinados por fatores puramente históricos e sociais, particularmente devido à existência de interesses externos (condicionados socialmente) e internos (condicionados psicologicamente) dos estamentos portadores dos modos de condução da vida em questão na época decisiva de sua formação (WEBER, [1915] 1996:351).

As religiões que tiveram os intelectuais como estamento principal na orientação de um determinado modo de condução da vida, como o caso da China, caracterizaram-se por um tipo de racionalidade mais teórico; as religiões cujo estamento dominante foi o dos grupos de pessoas voltadas para a guerra (cavaleiros guerreiros, no caso do Islam) ou mercadores, artesãos e comerciantes (*gens de métier*, como no caso do protestantismo) apresentam um tipo de racionalidade mais prático.

Assim, embora esteja presente em todo momento uma análise dos elementos causais que relacionam as éticas religiosas ao comportamento econômico, fica claro em *EER* que a questão central não é bem a de provar que o capitalismo não se desenvolveu em outras partes do mundo devido à ausência da ética protestante, mas tão simplesmente demonstrar a variedade de modalidades de racionalização ética dos modos de condução da vida que diferentes sociedades

enfrentaram em seu desenvolvimento histórico. O protestantismo aparece como exemplo de um sistema religioso que levou mais longe o processo de desencantamento, com a consolidação de uma ética orientada por uma racionalização formal da vida e, assim, mais propício para o estabelecimento de um sistema social capitalista racional. O confucionismo é, neste sentido, um contraponto muito conveniente dado o caráter filosófico de sua racionalidade, orientada para o mundo interior, porém com um caráter ainda ‘mágico’, diferentemente da racionalidade puritana, desencantada, e que orienta-se para o mundo exterior.

“Não se trata, indubitavelmente, nas análises que se seguem, de uma ‘tipologia’ sistemática das religiões. Nem tampouco de um trabalho puramente histórico. A análise que se segue, no entanto, é tipológica na medida em que analisa, negligenciando todo o resto, aquilo que nas realidades históricas das éticas religiosas representa uma característica importante para as relações destas com as grandes oposições ao ânimo do espírito econômico. Em nenhum momento ela pretende propor uma imagem completamente elaborada das religiões em análise. Trata-se de reconhecer os traços que, pertencendo a uma religião em particular, colocam-na em oposição às demais e que *ao mesmo tempo*, são importantes para as conexões de que nos ocupamos” (WEBER, [1915] 1996:365).

As religiões são, assim, analisadas sob a ótica do modo de condução da vida prática que modelam no plano econômico. Neste sentido, cada um dos grandes tipos de condução da vida racionalmente metódicos são caracterizados primeiramente a partir dos pressupostos que a engendram, pressupostos estes que foram determinados em grande medida por fatores puramente históricos e sociais, em particular devido à existência de grupos de influência (estamentos) portadores dos métodos de vida considerados os mais apropriados nos momentos decisivos em que as diferentes sociedades tomaram forma.

3.2.4 Confucionismo e Taoísmo

A despeito da escassez de fontes de dados disponíveis à época em que Weber escreveu *CT*, esta obra constitui-se uma importante contribuição à sinologia ocidental. Nela Weber descreve a sociedade chinesa em seus principais aspectos, porém sem adotar um ponto de vista apriorístico. Nos quatro primeiros capítulos, Weber procura explicar os efeitos causais das condições materiais da sociedade chinesa, como a natureza de seu sistema monetário combinado às necessidades

militares ocasionando um fator de estereotipização daquela economia; a ausência de autonomia das cidades combinado à primazia dos laços familiares acarretando a dominação de grupos econômicos fechados; a necessidade de regulação das águas e suas consequências para a organização do poder burocrático centralizado. Os capítulos seguintes são dedicados à análise dos efeitos causais das condições ideológicas da sociedade chinesa, isto é, às disposições do espírito, as mentalidades (*Gesinnungen*), este o objeto central de seus estudos. Nesta parte, Weber focaliza os grupos sociais que exerceram papel determinante sobre a construção e a difusão da ética religiosa dominante naquela cultura, no caso da China, o corpo formado pelos funcionários letrados. Os funcionários letrados constituem o estamento social no qual a identidade se manifesta por um modo específico de condução da vida marcado por um racionalismo utilitarista e burocrático, um aristocratismo cultural e uma valorização das convenções.

Segundo Grossein, a complexidade da estrutura argumentativa de *CT* deve-se ao fato de que Weber busca desvendar, ao mesmo tempo, dois mecanismos causais: um que se desenvolve na esfera religiosa e que diz respeito à passagem do registro ideal de uma religião a seu registro pragmático (uma ética religiosa) e institucional; e outro que diz respeito à parcela religiosa na formação de uma ética econômica não religiosa. Sobre estas duas vertentes, Weber conduz uma dupla análise, idealista e materialista, sob um regime misto: nem puramente tipológico, nem puramente histórico (GROSSEIN, 2000:xv).

A forte relação existente entre a estrutura patrimonial do Estado e o grupo de letrados, por um lado, e o confucionismo, por outro, não é resultante de uma adequação concebida por reflexividade ou por ser funcional no sentido parsoniano. Tal relação deve-se ao encontro entre uma ética religiosa e os interesses materiais e ideais de um estamento social, encontro este que embute-se no modo de condução da vida próprio a este estamento (GROSSEIN, 2000:xvi). Daí que, na sociologia weberiana, a análise dos modos de condução da vida dos estamentos sociais dominantes é o que permite esclarecer a interferência dos fatores objetivos e subjetivos, materiais e ideais, internos e externos, sobre o desdobramento das ações religiosas no plano econômico.

A posição central do estamento de funcionários letrados na sociedade

chinesa tradicional serve como elemento explicativo de que os traços determinantes de seu modo de condução da vida acabam por impor-se muito além deste próprio círculo social, impregnando a sociedade como um todo. “A unidade da cultura chinesa é essencialmente a unidade da camada estamental portadora da formação burocrática clássico-literária e da ética confuciana, com seu ideal específico de nobreza” (WEBER, 2004b:271).

No capítulo final de *CT*, no entanto, com o título de “Desfecho: Confucionismo e Puritanismo”, o único que figura entre os textos publicados em *EER*, é onde Weber promove a análise destes dois sistemas religiosos a partir de comparações e contrastes: o confucionismo como um exemplo de sistema religioso cuja racionalidade não se desvencilhou da magia que regia as visões de mundo e os modos de condução da vida das sociedades tradicionais, num polo; e o protestantismo, como exemplo maior de um sistema social em que o desencantamento do mundo avançava inexoravelmente. Estes contrastes tão elucidativos é o que pode ter levado os intérpretes mais apressados de seu pensamento a considerar que o objetivo de Weber em *CT* fora o de reforçar seus argumentos de *EP* como uma contraprova.

3.2.5 À guisa de conclusão

Como pretendemos demonstrar, o projeto de Weber não era meramente o de provar que o capitalismo racional se desenvolveu a partir da Europa devido à existência de uma ética mais propensa a tal desenvolvimento, no caso a protestante, embora tenha sido esta a caricatura que se construiu a partir da interpretação talvez apressada acerca do papel do protestantismo no nascimento do capitalismo. *EP* se inseria em um propósito maior de promover uma análise sobre os efeitos práticos que as religiões — entendidas como ‘sistemas de regulação da vida’ — exerciam sobre a condução da vida cotidiana das massas.

“Deve-se provavelmente ao fato de muitos autores terem visto uma simples extensão da tese presente em *A Ética Protestante* pelo uso de demonstrações *ex negativo* que muitos leitores de Weber não tenham se detido a estes textos, os quais permaneceram, assim, à sombra do primeiro” (GROSSEIN, 2000:viii)

A problemática mais ampla em que se insere a reflexão empreendida por Weber sobre as religiões do mundo, portanto, diz respeito à análise sócio-histórica dos processos de racionalização da vida, num esforço de oferecer “uma contribuição à tipologia e à sociologia do racionalismo” (WEBER, [1915] 1996:412), onde figura como elemento de maior destaque o objetivo de elucidar a peculiaridade do racionalismo ocidental. *EER* constitui, assim, não um contraponto à *EP*, mas o resultado de uma longa pesquisa que se encerra com a morte prematura de seu autor, mas que representa o núcleo central da sociologia weberiana em seu estágio mais avançado. Depois de ter explorado em diversos trabalhos as diferentes formas, orientações e terrenos da racionalização, Weber finalmente concluiria a reconstrução de sua problemática inicial com base na idéia de que a racionalização religiosa constituiu o elemento-chave para a marcha da racionalidade na história universal (PASSERON, 1996:18).

Santos (2000) também destaca o caráter não reformador do pensamento de Weber:

“o mundo humano é um conjunto nebuloso (...), aquilo que existe tanto pode ser quanto pode não ser. Encontra-se, portanto, no mundo dos possíveis, e porque se encontra no mundo dos possíveis, aquilo que venha a ser, a acontecer, poderia não ter acontecido. E é este o mundo que Weber abre quando ele começa a considerar as possibilidades objetivas: o mundo é um universo de possibilidades objetivas”.

Conforme aponta Passeron (1996), nada pode ser mais falso do que representar a evolução do pensamento de Weber como o de um sociólogo que tenha descoberto progressivamente em todos os cantos do planeta o peso das idéias ou dos dogmas religiosos sobre a determinação e a significação de todos os processos sociais, em especial da organização do sistema econômico. Nada soa mais falso do que a descrição de Weber como um teórico que tenha abandonado a descrição das convergências e conflitos entre lógicas sociais em benefício de uma lógica mecanicamente emudecida pelo papel exclusivo das instituições e dos simbolismos religiosos supostamente mais eficientes para a organização e a evolução das visões de mundo. “Weber seguramente não se deixou escorregar em direção a uma teoria da determinação em última instância onde todas as propensões sociais seriam unilateralmente modeladas e orientadas pelo processo de racionalização religiosa” (PASSERON, 1996:21).

4 CULTURA, MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA CHINA

4.1 A EXCEPCIONALIDADE CHINESA

Desde as teorias contratualistas de Hobbes e Locke, passando pelas perspectivas marxista e weberiana, até se chegar às teorias mais recentes como o pluralismo de Dahl e Lindblom, o neo-institucionalismo de Skocpol e as ideias pós-modernistas de Habermas e Foucault, o cânone da historiografia explica o surgimento do Estado moderno e do desenvolvimento capitalista *a partir* da Europa e de lá emanando para o resto do mundo. A literatura que trata da evolução do capitalismo e das transformações do Estado, do mercado e das liberdades civis, consequentemente, não tomam a China como protagonista.

Braudel assim identifica no continente europeu o primeiro ponto de chegada da modernidade:

"O Estado moderno deforma ou quebra as formações e instituições anteriores: os estados provinciais, as cidades livres, os senhorios, os Estados de dimensões muito reduzidas. (...) Entre jogo velho e novo, a Europa escolhe o segundo ou, mais precisamente, este impõe-se-lhe. O resto do mundo, pelo contrário, continua a baralhar suas velhas cartas: o Império dos turcos otomanos, vindo do fundo da história, repete o império dos turcos seljúcidas; o Grão-Mogol aproveita a mobília do sultanato de Délhi; a China dos manchus continua a China dos Ming, a qual abateu selvaticamente. Só a Europa inovou politicamente, e não só politicamente. (...) É no âmbito da economia de mercado que se constituem, ao mesmo tempo, certo capitalismo e certa modernidade do Estado" (BRAUDEL, 1996a: 459-63).

A experiência europeia dos últimos três, quatro séculos constitui, assim, a base para o entendimento da evolução do mercado enquanto instituição social e da relação entre Estado e mercado na criação de um sistema capitalista. Nesta perspectiva, o Estado contemporâneo nasce de um sistema de proteção aos direitos de propriedade que propicia o surgimento de uma sociedade capitalista mercantil. Mais tarde, em função dos avanços técnicos alcançados, esta sociedade transforma-se numa sociedade industrial, iniciando um novo ciclo de mudanças. Vê-se o surgimento de um Estado de bem estar social, de políticas anticíclicas para estabilizar a economia e o surgimento de uma sociedade civil independente. Ao longo destas transformações e inovações institucionais o capital financeiro vai

assumindo papel proeminente. Mais recentemente, esta sociedade industrial transforma-se novamente numa sociedade de serviços em que o capital financeiro exerce um papel ainda mais importante. O esquema formado pela interação entre os elementos mercado—burguesia—Estado explica de forma simplificada o processo de crescimento econômico que levou ao moderno sistema capitalista.

Igualmente, os estudos mais recentes que tratam da funcionalidade do Estado contemporâneo pós-Segunda Guerra Mundial e a literatura que focaliza a transição das sociedades de economia planejada (socialistas) para sociedades de economias democráticas de mercado, também são insuficientes para se entender o desenvolvimento da sociedade chinesa. A relação entre formas de acumulação, mercado, inovação e evolução da sociedade industrial na Europa em nada se assemelha ao desenvolvimento histórico chinês. Em especial, no que tange às transformações do papel da sociedade civil organizada e à relação entre poder, autoridade e progresso social, a análise do processo de modernização da China contradiz importantes paradigmas das ciências sociais.

A teoria do desenvolvimento econômico, por sua vez, se estabelece sob duplo pano de fundo: o da teoria econômica keynesiana, que defende a intervenção governamental na economia; e o da teoria econômica neoclássica, que sustenta a mínima intervenção governamental e o livre mercado. A ascensão dos países de alto crescimento (Singapura, Coreia do Sul, Hong Kong e Taiwan) e dos países de economia planejada (Argentina, Chile), em meados do século XX, promovem novas interpretações sobre como as economias podem prosperar. Albert Hirschman, um dos principais autores da economia do desenvolvimento, afirma que o desenvolvimento econômico passou a se concentrar nas regiões pobres do mundo, principalmente na África, Ásia e América Latina, porém ainda sob a influência das ideias e modelos fundamentais. O fenômeno China também não se enquadra nestas ideias.

Considerar a China como um *late comer* também pode ser precipitado. Desde o século XII até meados do século XVIII a China era a sociedade humana mais avançada tecnológica e organizacionalmente. Na segunda metade do século XVIII houve uma conjunção de fatores, todos eles desfavoráveis à China, mas que, tidos em conjunto, com efeito brutalmente avassalador, fez a sua sociedade perder a

predominância e mergulhar em um longo período de obscurantismo, que perdurou por cerca de um século e meio. A metáfora do eclipse é interessante para tratar da China numa perspectiva de longa duração. O processo de modernização que se inicia em 1978, não se dá a partir do nada, mas foi realizado sobre uma base de realizações existentes. Houve elementos que permitiram o crescimento acelerado.

Além disso, a China também não pode ser vista segundo à ótica de uma clássica economia em transição (de um modelo de economia planificada para uma economia aberta de mercado), dado que mantém o planejamento centralizado, apresenta contínuo crescimento de seu produto interno e um processo de inovação crescente e vigoroso no setor privado, sem contudo destruir as estruturas do Estado.

Os paradigmas explicativos da modernidade ocidental (cf 2.1), as teorias vigentes sobre a mudança social e a literatura sobre as variedades de capitalismo (ESPING-ANDERSEN, 1990; ALBERT, 1991; HALL & SOSKICE, 2001; BOYER, 2004; BRESSER-PEREIRA, 2011), por sua vez, também apresentam limitações para tratar do caso chinês, dado que não é factível enquadrá-lo em algum dos modelos de capitalismo liberal, corporativo ou socialdemocrático (ESPING-ANDERSEN, 1990), norte-americano ou renano (ALBERT, 1991), economia liberal de mercado ou economia coordenada de mercado (HALL & SOSKICE, 2001), capitalismo de mercado, mesocorporativista, público/integrado ou socialdemocrata (BOYER, 2004).

A China constitui um caso híbrido ímpar na história econômica. Bresser-Pereira (2011) o chama de modelo nacional desenvolvimentista asiático, o qual é caracterizado pela existência informal de uma estratégia nacional de desenvolvimento constituído por um sistema de leis, políticas públicas, acordos e entendimentos que visam a criar oportunidades lucrativas para os empresários, aliado à uma forte intervenção do Estado na economia a fim de tornar esta estratégia operativa, porém com baixo nível de proteção do trabalho. Em alguma medida, sempre há certa hibridação entre mercado e Estado na formação dos sistemas econômicos nacionais, mas o inaugurado pela China não apresenta antecedentes históricos.

Diante do conhecimento acumulado sobre o desenvolvimento do moderno Estado capitalista, o caso chinês é singular. Ao invés de forçar uma conformação

aos modelos de desenvolvimento alienígenas, desenvolvidos por longos períodos de tempo no seio de sistemas econômicos organizados sob instituições drasticamente diferentes das suas, ao imaginar seu próprio futuro, a China pode tirar melhor proveito da fina compreensão de sua própria trajetória de desenvolvimento, a qual, nunca é demais lembrar, é a mais longa da história mundial (ZYSMAN *et al.*, 2007).

Hoje, alguns elementos que despertam curiosidade em relação à China é o fato de se tratar de uma economia dinamizada pela iniciativa privada, porém com sua economia planejada; um país cujas empresas inovam, porém sem uma urgência em dominar a inovação de ponta, principalmente se o objetivo é garantir o crescimento econômico sustentável (BREZNITZ & MURPHEE, 2011); conjuga-se a este o fato de se tratar de uma imensa sociedade civil que não exerce pressão por democracia. A ascensão chinesa no contexto do capitalismo global desafia os lugares comuns sobre o desenvolvimento e a globalização.

4.2 O PASSADO PRESENTE

Ao longo da história, todas as culturas antigas como a do Egito, a da Babilônia, a da Pérsia, mesmo culturas mais perenes como a grega e a hindu, ou desapareceram prematuramente ou foram transformadas ou, ainda, perderam sua independência e autonomia nacionais. Exceção é a China, que conseguiu manter sua existência nacional independente até os nossos dias. Característica interessante e curiosa da cultura chinesa é que ao longo dos últimos vinte séculos, pelo menos, ela sempre se mostrou capaz de assimilar culturalmente outros povos de seu entorno, aceitar e absorver culturas estrangeiras sem que isso a levasse a modificar decisivamente sua própria cultura (LIANG, 2010).

Esta característica é reveladora quanto à autocompreensão que a China tem de si como o centro do universo, *zhongguo*, o Reino do Meio; a ideia de que a China não é meramente uma civilização dentre tantas outras, mas a Civilização propriamente dita (PORTER, R. 2011; KISSINGER, 2011). Com imensa faculdade de assimilação, em seu passado, mas também no presente, a China pode absorver toda a sorte de povos vizinhos e amalgamá-los no que se tornou a vasta unidade do povo chinês. Única pela sua continuidade histórica, sua expansão — uma expansão

não-expansionista — é algo extraordinário nas histórias das civilizações. A China logrou constituir a sociedade mais numerosa e antiga do mundo sem que com isso houvesse transformações radicais em sua cultura.

São muitos e imensos os contrastes entre a cultura da civilização chinesa e as demais civilizações, sobretudo esta que criou e rege o mundo moderno, a civilização ocidental. Dois mil anos passados após a unificação do império chinês não encaixam em nenhuma categoria sócio-histórica conhecida. A China precede as categorias sócio-históricas. Categoricamente, a China precede tudo. As ideias de indivíduo, o Estado-nação, a concepção de tempo linear, a própria ideia de razão, as religiões, a democracia, as noções de direitos e de liberdade, são infindáveis os construtos que utilizamos para compreender e explicar o mundo e para organizar a vida coletiva, os quais simplesmente inexistem na concepção de mundo dos chineses. A bem da verdade, é mais fácil reconhecer que estamos a tratar de dois mundos distintos.

Na medida, porém, em que estes mundos se aproximam, a partir do momento em que a China começa seu processo gradual de abertura para o nosso mundo, estes contrastes vão ficando mais e mais evidentes. A (re)ascensão da China ao status de potência econômica mundial gera tensões no que pode ser considerado agora um verdadeiro choque civilizacional, com a ressalva, contudo, de que este choque pode constituir uma prova contundente de que a tese de Huntington é equivocada. Além disso, o êxito atual da economia chinesa permite-nos contestar a velha ideia de que a modernidade não pode avançar senão sobre as ruínas da tradição; bem como a ideia de que a modernização exige um conjunto de valores e crenças culturalmente dados.

Apesar de ter tido contato com as mais diversas religiões ao longo de sua longa história, os chineses jamais aderiram a uma. Na China, a moral confucionista juntamente com o sistema filosófico taoísta fizeram e fazem as vezes da religião. Enquanto que as religiões orientam o homem a buscarem algo fora de si mesmos, seja um sentido para a vida, uma orientação para sua conduta cotidiana, uma salvação num mundo extraterreno, a evolução do espírito, que seja, sempre uma superstição, na China, embasado numa ordem moral, o homem busca a boa conduta dentro de si, entre seus pares, no mundo em que vive. No lugar de leis

tradicionais (místicas) ou racionais-legais no sentido ideal-típico weberiano, externas ao homem, portanto, ritos e costumes internalizados guiaram o comportamento dos chineses através dos séculos. Montesquieu, em *O espírito das leis*, já aponta a diferença entre um e outro: "*Les lois sont établies, les mœurs sont inspirées ; celles-ci tiennent plus à l'esprit général, celles-là tiennent plus à une institution particulière ; or il est aussi dangereux, et plus, de renverser l'esprit général que de changer une institution particulière*" (MONTESQUIEU, 1758: livro XIX, cap.12). As leis são instituídas e o povo as observa. Os costumes decorrem do espírito geral de um povo, não são instituídos. As leis resultam de uma instituição, os costumes e ritos não. Além de perigoso, é presunçoso querer transformar o que Montesquieu chama de espírito geral. A tentativa de promover uma revolução cultural na China de Mao é um claro exemplo.

A literatura que trata do desenvolvimento econômico, em especial a corrente institucionalista, assume a importância do estabelecimento de claros direitos de propriedade como uma condição para a mudança econômica (COASE, 1992; NORTH, 1990; 1997; WILLIAMSON, 1994). Os autores desta corrente de pensamento assumem que o funcionamento adequado das economias de mercado requer as instituições adequadas e a adequada garantia aos direitos de propriedade ("*getting de property rights right*" e "*getting institutions right*", no jargão da literatura em inglês). O pressuposto básico é de que uma vez esclarecidos os direitos de propriedade e permitida a livre compra e venda de terra, a agricultura torna-se mais eficiente, enquanto as forças do mercado alocam recursos, dissemina tecnologias e seleciona o tamanho ótimo das propriedades. Sem o estabelecimento de direitos de propriedade claros e bem definidos, os custos das transações não podem ser diminuídos suficientemente a fim de permitir estes desdobramentos.

Na concepção de Douglass North as instituições são 'as regras do jogo' de uma sociedade, "the humanly-devised constrains that structure human interaction" (NORTH, 1992:5). Instituições tanto podem ser formais, como leis e constituições formalizadas e escritas, impostas pelo governo ou outro agente com poder de coerção, quanto informais, como normas e códigos de conduta, formados no seio da própria sociedade (considerando também as coações sociais que destas instituições decorrem). No entanto, na concepção de North, uma vez que as instituições se estabelecem, passam a perpetuar determinados padrões de interação

humana. As instituições influenciam a maneira como as pessoas percebem seus próprios interesses. Formam e informam os interesses, as ações e os hábitos a partir dos ideais que carregam. Uma forma de promover o desenvolvimento nas economias atrasadas, segundo esta perspectiva, seria pela adoção das instituições adequadas que, por sua vez, influenciariam nos comportamentos adequados.

Estes autores assumem, assim, ser imprescindível para o crescimento econômico sustentado a adoção de um conjunto de instituições que garantam não apenas os direitos de propriedade, mas o cumprimento dos contratos por um sistema judiciário independente, regulação governamental apropriada que estimule a competição no mercado, um sistema de governança corporativa efetivo, sistema financeiro transparente, dentre outras. Pelo fato destas instituições serem encontradas nas economias desenvolvidas, em especial a americana, são consideradas como “melhores práticas” e, a partir de então, os economistas desta linha de pensamento tendem a utilizá-las como parâmetros (*benchmark*) para proporem regras para a adequação das economias em transição e as dos países em desenvolvimento.

Dentro deste entendimento, o desempenho econômico de uma sociedade é entendido como sendo resultado de suas dinâmicas institucionais. As matrizes institucionais tem o papel de definir o vetor de estímulos para os diversos agentes sociais, especialmente os envolvidos em atividades econômicas. O segredo para o desenvolvimento está na construção de uma matriz institucional que estimule a acumulação de capital físico e humano, isto é, “*getting institutions right*”.

Williamson, (2000) identificou quatro níveis para a análise das instituições: (1) nível do enraizamento: instituições informais, costumes, tradições, normas informais e religião, estas as mais perenes das instituições econômicas; (2) nível do ambiente institucional: onde figuram as instituições formais, com destaque especial para as regras que estabelecem os direitos de propriedade, a ordem social, o sistema judiciário e a burocracia; (3) as estruturas de governança, em especial os contratos como mecanismo de redução dos custos de transação; e (4) os mecanismos de alocação de recursos a partir do processo descentralizado de tomada de decisão, este o domínio da economia neo-clássica por excelência.

Embora Williamson tenha reconhecido a primeira dimensão em que se encontram as instituições informais, a Nova Economia Institucional (NIE, New Institutional Economics, na sigla em inglês) concentra-se no estudo dos níveis 2 e 3, o ambiente institucional sob o ponto de vista das regras formais e as estruturas de governança, sendo a primeira uma dimensão que reage em função das transformações empregadas na segunda e na terceira. A NIE chegou a conclusões importantes para explicar o desenvolvimento das economias avançadas. No entanto, quando aplicado ao estudo das economias atrasadas, a NIE, por um lado, presume que as instituições informais baseadas nos costumes, normas e crenças são os fatores que impedem o avanço econômico, sem, contudo, preocupar-se em estudá-las mais a fundo; por outro lado, sugere a aplicação dos modelos baseados nas experiências dos países avançados para a criação de um ambiente institucional, bem como de estruturas de governança mais adequados.

O problema da proposta apresentada pelos autores do NIE reside na mesma ingenuidade presente na visão dos autores que relacionam cultura e desenvolvimento (cf. analisado no ensaio anterior): confundir os objetivos (onde se quer chegar) com o processo (como se chegar onde se quer), deixando de lado as questões que ligam o ponto de partida e o de chegada no percurso das transições. Os autores do NIE, em suma, explicam o desenvolvimento referindo-se à eficácia com a qual as instituições servem às finalidades materiais que as sociedades estabelecem como objetivos de desenvolvimento. Hall e Taylor (1996), numa análise em que comparam três versões de neo-institucionalismo, o institucionalismo histórico, o institucionalismo da escola racional (dentro do qual está o NIE) e o institucionalismo sociológico, destacam que esta terceira versão reconhece que as organizações adotam novas práticas institucionais não necessariamente por razões que estão relacionadas ao aumento da eficiência da economia, mas porque tem legitimidade social, isto é, “adotam formas e práticas institucionais porque elas têm um valor largamente reconhecido num ambiente cultural mais amplo” (HALL & TAYLOR, 1996:949, tradução minha).

O institucionalismo sociológico rejeita os modelos baseados no agente racional e trabalha com a ideia de múltiplas racionalidades coletivas, voltando-se mais às explicações cognitivas e culturais do fenômeno institucional. Privilegia as propriedades das unidades supraindividuais de análise (cultura, crenças, valores,

hábitos), as quais não podem ser reduzidas às consequências diretas ou às combinações de qualidades e motivações (*motives*) individuais (conforme presente nas análises que partem do princípio da racionalidade absoluta).

Os mitos, cerimônias e rituais são o cerne da análise do institucionalismo sociológico. Quanto mais a estrutura organizacional deriva de mitos institucionalizados, mais elaborados tornam-se os arranjos de confiança, satisfação e boa-fé, tanto interna quanto externamente. Os mitos desempenham a função de sustentação moral das ideias (SELZNICK, 1996; MEYER & ROWAN, 1991).

Assim, a estrutura formal de uma organização não pode ser entendida como um sistema racional elaborado para a coordenação de atividades, conforme propõe a NIE. Ao contrário do que propõe Williamson (2000), são as estruturas formais que refletem os mitos de seus ambientes institucionais; ao invés de imporem as mudanças de comportamento, as instituições refletem as ideias predominantes de como o trabalho deve ser organizado (SELZNICK, 1996; MEYER & ROWAN, 1991, DIMAGGIO & POWELL, 1983;1991). Em detrimento da estrutura formal, a estrutura cognitiva também é aqui privilegiada. A interação entre cultura e organização é mediada pelo “real” socialmente construído, isto é, pelos padrões de percepção e avaliação convencionados pelo grupo.

A perspectiva sociológica das instituições provê, então, um entendimento mais dinâmico sobre como as consciências coletivas são formadas nos contextos organizacionais e como as organizações são influenciadas pela consciência coletiva, o que faz avançar os estudos sobre a interação e a tomada de decisões no contexto organizacional e permite uma melhor compreensão de diferentes processos de desenvolvimento. Assim, compreende as organizações como coalizões governadas por múltiplas racionalidades e autoridades negociadas, informados por um suporte cultural que pode ser mais ou menos conciso. Enfatiza a característica aberta dos sistemas organizativos ao introduzir os conceitos de acoplamento frouxo (*loose coupling*) e de permeabilidade de fronteiras (*permeable bounds*), minando a ideia de que as organizações são dispositivos para o alcance de objetivos específicos e estabelecendo que estas estão em constante busca de legitimidade e adaptação ambiental (SELZNICK, 1996).

No que concerne à redução da incerteza, focaliza a análise do processo de mimetismo institucional (isomorfismo). Examina o fenômeno das organizações se tornarem cada vez mais similares sem necessariamente se tornarem mais eficientes. Tanto a estrutura formal quanto a cultura passam a ser entendidas como um produto adaptativo, que respondem às influências ambientais em busca de se legitimarem (um produto não só do meio mas sobretudo para o meio), o que origina um campo organizacional. As organizações competem não apenas por recursos e clientes, mas sobretudo por poder político e legitimidade (DIMAGGIO & POWELL, 1983).

Hall & Taylor (1996) destacam que o institucionalismo sociológico oferece uma perspectiva mais apropriada para se compreender o desenvolvimento a partir da análise de dimensões da relação entre as instituições e a ação que nem sempre são utilitárias e, portanto, não podem ser corretamente modeladas pelas teorias da escolha racional.

Sociological institutionalists are often better placed to elucidate these dimensions. On the one hand, their theories specify ways in which institutions can affect the underlying preferences or identities of actors that rational choice institutionalists must take as given. On the other hand, they tell us that even a highly instrumental actor may be choosing strategies (and rivals) from culturally-specific repertoires, thereby identifying additional respects in which the institutional environment may affect the strategies that actors choose. There is some sense in which the sociologists capture aspects of institutional impact that may be the indispensable antecedents to instrumental action (HALL & TAYLOR, 1996:951-52).

Hall & Taylor (1993) destacam que o institucionalismo econômico é mais apropriado para explicar porque as instituições continuam a existir, mas é limitado para explicar a origem delas. Já o institucionalismo sociológico explicaria melhor a origem e as mudanças das instituições, pois começa “por enfatizar que as instituições novas são criadas e adotadas num mundo que já as tem em abundância” (HALL & TAYLOR, 1993:953).

Sociological institutionalists use it to explore the way in which existing institutions structure the field of vision of those contemplating institutional reform. Thus, they focus attention on the processes whereby those developing new institutions ‘borrow’ from the existing world of institutional templates. This approach usefully emphasizes the way in which *the existing institutional world circumscribes the range of institutional creation*. The sociological institutionalists also develop a more expansive conception of why a particular institution might be chosen, which goes beyond considerations of efficiency toward an appreciation for the role that collective processes of interpretation and concerns for social legitimacy play in the process (HALL & TAYLOR, 1996:953, ênfase nossa).

O estudo das instituições informais pode, então, fornecer um melhor entendimento dos desafios ao desenvolvimento. Conforme apontam Sheng e Geng (2012), nos mercados emergentes, não é bem a falta de uma boa compreensão das melhores práticas internacionais que retém o desempenho econômico, mas é o conflito entre estas práticas e as relações sociais tradicionais que fixam interesses contrários à mudança. Dado que as instituições informais são as mais difíceis de serem transformadas, as que levam mais tempo, o caso, então, não é o de buscar uma maneira com que as sociedades tradicionais adequem-se às instituições e práticas consagradas, ou que se busque uma maneira de implementar tais práticas e instituições de forma mais ou menos traumática nestas sociedade. Ao contrário, o caminho que a China vem demonstrando ser mais proveitoso é o de buscar promover instituições que estimulem o desenvolvimento da economia e da sociedade a partir das instituições informais, isto é, sobre as bases da própria tradição.

Conforme afirmei acima, são muitos os construtos que utilizamos para compreender o mundo os quais são problemáticos para se aplicarem ao caso chinês. A começar pelos conceitos-chave, a ideia de tempo e a noção de indivíduo dos chineses já marcam o contraste fundamental da China em relação ao Ocidente. No mundo ocidental sustentamos uma visão linear. A concepção de tempo linear permite sustentarmos uma convicção acerca da origem de todas as coisas e vivermos com base numa projeção de futuro que serve como referência para nossas ações no presente. Tal concepção é o que nos possibilita entender o moderno como uma etapa superior da vida social em relação às etapas predecessoras; é o que nos permite falar de 'era moderna' e discutir ideias como, por exemplo, o modernismo e a pós-modernidade.

Assim, no Ocidente o tempo é concebido como uma dimensão que se desdobra linearmente a partir de um ponto inicial, conhecido ou não, tempo que flui em etapas, uma sucedendo a outra, num movimento incessante, sempre atrelado à ideia de progresso. Esta não é a única concepção ocidental de tempo, mas o cristianismo logrou impor e cristalizar uma definição de tempo monodimensional e linear. Na lenda bíblica o tempo nasce com a gênese do mundo nos sete dias da criação e termina com o apocalipse. Esta acepção dá um sentido ao tempo, tanto na conotação de significação quanto de orientação de direção. A busca das causas

primeiras e dos fins últimos de todas as coisas está fortemente impregnado no pensamento ocidental (COPPIN & MARCHAND, 2006).

A física newtoniana, a sociologia, a teoria do Big Bang, o bósson de Higgs, todas estas ideias podendo ser associadas à herança bíblica, são alguns exemplos¹³. A emergência da modernidade ocidental provocou a progressiva racionalização do tempo, um efeito indissociável do tempo concebido como dimensão passível a ser dividida em diversas partes para organizar o trabalho e os objetivos do homem. Com o avanço da modernidade, esta concepção de tempo se generaliza e permite, juntamente com a ascensão da religião protestante, o avanço do capitalismo. O Ocidente prega o adágio 'tempo é dinheiro'. O pensamento chinês, por seu turno, erigiu um sistema mental diverso, onde tempo é mudança.

Para os chineses a concepção de tempo não é centrada na ideia de origem, nem nas de passado, presente e futuro. Muito mais determinante para o pensamento chinês é a ideia de mudança constante, o tempo marcado por períodos de ordem interrompido por momentos mais ou menos duradouros de desordem. Para o chinês, a mudança é considerada como a natureza mesma do real, algo que soa exótico em comparação aos fundamentos da cultura ocidental, em que a busca pelo controle, pelo domínio sobre as naturezas (tanto a humana quanto a não-humana) é fulcral. No próprio mito sobre a fundação da China não está claro sua origem, não há uma fundação propriamente dita, conforme estamos acostumados a conceber o início da história de qualquer coisa no Ocidente.

Diferentemente das sociedades ocidentais, que costumam ter um marco bem determinado de sua fundação, bem como outros marcos decisivos que fixam as principais etapas da história dos povos, na autoconsciência chinesa jamais houve uma data de criação como tal. Para os chineses a China sempre existiu. Kissinger (2011) abre seu livro *Sobre a China* por esta singularidade. Ele nos conta que na mitologia chinesa o lendário Imperador Amarelo, tido como o grande fundador da civilização chinesa, na realidade, não aparece como criador do império, mas como o

¹³ Recentemente os cientistas do Centro Europeu de Pesquisa Nuclear (CERN, na sigla em inglês) anunciaram em Genebra que podem estar perto de anunciar a descoberta do Bósson de Higgs, uma partícula que é considerada pelos físicos a chave para se entender a estrutura fundamental da matéria devido à sua propriedade de atribuir massa às demais partículas. Esta partícula, caso se comprove a sua existência, é considerada fundamental para explicar a origem do universo. Não à toa ela recebeu o apelido de partícula de Deus.

responsável pelo restabelecimento da ordem. A China, como em relação a tudo, já o precedia. Confúcio é situado da mesma maneira na história da China. Considerado o fundador da cultura chinesa, insistia não ter criado nada, mas apenas estar buscando restabelecer os princípios da harmonia que existiram numa idade do ouro e que tinham sido perdidos na época de caos político em que vivia. Se nos debruçarmos sobre a longa história da civilização chinesa, perceberemos esta mesma lógica e o mesmo padrão nas sucessões dinásticas. Um período relativamente breve de desordem marca a sucessão de uma dinastia a outra, que se legitima ao estabelecê-la novamente. Na história recente, este padrão permanece, o que explica, por exemplo, a grande admiração que o povo chinês nutre por Mao Tsé Tung, que, apesar das desastrosas políticas que procurou implementar durante o período em que liderou o país, é reconhecido por ter restabelecido a harmonia.

Enquanto que a concepção de tempo ocidental pode ser representada por um ponto de origem de onde parte uma linha reta num sentido progressivo, a representação do tempo chinês poderia ser melhor visualizada como um sistema circular composto de ciclos recorrentes, onde o início não constitui alvo de maiores atenções.

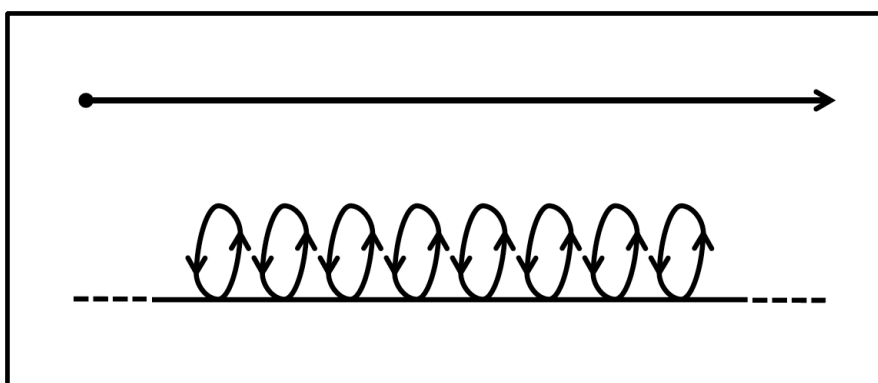


Figura 10 – Representação da perspectiva de tempo nas sociedades Ocidentais e na China

Fonte: (COPPIN & MARCHAND, 2006:41)

O desinteresse do pensamento chinês pela origem das coisas se manifesta igualmente no desinteresse pelo caráter de originalidade, no sentido de autenticidade, seja de uma ideia, de uma obra de arte ou de um produto. Com efeito, na China as concepções de original, de cópia e de imitação possuem acepções bastante diferentes daquelas desenvolvidas no Ocidente. O desprezo que os chineses conferem à origem das coisas revela o estatuto particular que a cópia possui em seu modo de pensar, onde a imitação, diferentemente do que ocorre no

Ocidente, tem uma conotação positiva. No Ocidente copiar significa imitar; em japonês e chinês significa aprender. A imitação é, assim, um valor positivo. Os chineses copiam o Ocidente, mas também suas próprias formas herdadas do passado, o que consiste, ao fim e ao cabo, uma maneira de aperfeiçoar e aprimorar a si próprios, desenvolver novos caminhos (CAILLIAU, 2003).

A noção de criação para os chineses não possui, portanto, o mesmo significado que lhe atribuímos no pensamento ocidental, noção esta também fortemente influenciada pela triangulação bíblica Criador (Deus) - criatura (o homem) - criação (o mundo). Na perspectiva ocidental relacionamos arte à criatividade; concebemos o artista como um criador numa posição social privilegiada. O artista imita o Criador do mundo. Sua criação, a obra de arte original, possui uma beleza, um valor estético intangível e um valor comercial por vezes incalculável dos quais as cópias não desfrutam. O artista chinês, por seu turno, é considerado um mediador entre a natureza e os homens. O ato artístico não é, assim, entendido como um ato de criação. É, antes, um ato de imitação. Trata-se de imitar a natureza a fim de aproximar-se dela, sem que se coloque em primeiro plano as emoções pessoais do artista (COPPIN & MARCHAND, 2006).

Sunflower Seeds, obra que projetou Ai Weiwei, maior artista plástico chinês contemporâneo, e que encontra-se exposta no Tate Modern Museum de Londres, é um belo exemplo. Numa primeira visada, quem toma contato com esta instalação pode não reconhecer arte e milhões de sementes de girassol espalhadas em um enorme salão, conforme a obra está exposta. Mas num olhar mais atento percebe-se que não se trata de sementes quaisquer. Na realidade, as sementes não são verdadeiras, mas réplicas confeccionadas em porcelana e pintadas a mão por cerca de 1,6 mil pessoas num trabalho que levou dois anos e meio para ser concluído. A obra, ao mesmo tempo que carrega fortes referências às tradições chinesas, como a importância da agricultura e do trabalho coletivo nos períodos de fome e penúria por que passou a civilização chinesa em vários momentos de sua história, também é uma provocação à reflexão acerca do atual momento que vive a sociedade chinesa, inserida definitivamente na era da produção em massa assimilada do Ocidente. No pensamento chinês, tanto nas artes quanto nos negócios, é preciso primeiro imitar para ter sucesso. Daí que o modo de inovar que

as empresas chinesas praticam tenha se baseado inicialmente na cópia, conforme veremos adiante.

No Ocidente, a crença em uma origem de todas as coisas e do tempo alicerça-se sobre uma outra: aquela que consiste em atribuir aos seres e aos objetos uma essência, uma identidade primária, cuja pureza será buscada em sua origem, no passado longínquo, antes da contaminação inelutável do tempo. A herança desta busca pela essência de todas as coisas é ainda mais antiga do que a herança do cristianismo. Está nas raízes mais profundas do pensamento ocidental, o legado grego. A filosofia grega funda o postulado básico do pensamento ocidental quando assume que os objetos animados ou inanimados dispõem de uma essência que lhes é inalienável, uma identidade fixa que lhes define fora de qualquer contexto. A busca pela essência das coisas e dos objetos é uma consequência manifesta das ideias platônicas. No pensamento platônico supõe-se que estas ideias existem antes mesmo dos seres humanos em um mundo que lhes é próprio, representando, portanto, a essência perfeita, ideal, de cada coisa que conhecemos apenas de maneira degradada no mundo perceptível. Junto com os textos monoteístas revisitados pelo pensamento greco-romano, a filosofia grega direcionou o pensamento ocidental à uma perspectiva essencialista onde a verdade é única, perpétua e atemporal (COPPIN & MARCHAND, 2006).

É sobre estas bases antigas que se assenta o pensamento ocidental, privilegiando uma abordagem essencialista do mundo, baseado na natureza ontológica dos objetos e pouco interessado na ação e em seu contexto. Este percurso intelectual foi, no entanto, bastante fértil para o progresso da ciência ocidental, permitindo, por exemplo, o desenvolvimento científico graças à invenção da experiência em laboratório, o que consiste, basicamente, em realizar o estudo de um objeto isolado de seu contexto. A ciência ocidental isola o objeto para estudá-lo em sua essência. A verdade das coisas é sempre exterior ao homem.

Temos, assim, que a questão que tanto a ciência quanto a filosofia no Ocidente procuram responder é sempre a mesma: porque tal coisa é de tal maneira ? Porque as coisas são o que elas são ? A partir destas questões é possível depreender a visão essencialista do pensamento ocidental, esta fortemente atrelada a um esquema de pensamento organizado a partir do verbo ser, o principal verbo da

maioria das línguas ocidentais para o qual curiosamente não existe uma palavra capaz de traduzi-lo de maneira satisfatória para o chinês (COPPIN & MARCHAND, 2006; LIANG, 2010).

Para os chineses, ao invés de ser (como verbo *to be* ou substantivo *being*), há a idéia de vir a ser, devir (*becoming*), muito mais condizente com a noção de tempo não linear, em que passado, presente e futuro fundem-se numa única ideia. *Cogito ergo sum*, a máxima do racionalismo ocidental, é traduzido para o português como 'penso, logo existo', mas poderia dizer-se também corretamente 'penso, logo sou'. *Sum*, em latim, significa ser/estar, mas quando não é utilizado como verbo de ligação, emprega-se também haver ou existir. Em francês, a célebre frase de Descartes é dita '*je pense donc je suis*'; em inglês traduz-se *I think, therefore I am*. Ser ou não ser, eis a questão (ocidental) ! Nas línguas ocidentais o verbo *to be* deriva do nome *being*. Em português ambos são traduzidos por 'ser'. Esta simples palavra é o suporte da noção de objeto material, de homem (o ser humano, *the human being*) e também a origem da noção filosófica ocidental de substância (o que uma coisa é). Ela incentiva a busca por uma essência das coisas, dos fenômenos, dos indivíduos (LIANG, 2010). Empregamos o verbo ser para ligar uma coisa ou uma pessoa a uma característica, mas isto também nos leva a representar tal coisa ou pessoa *a partir* daquela característica, por vezes excluindo-se outras, ou seja, essencializamo-la. Quando dizemos, por exemplo, que o céu é azul, que uma pessoa é inteligente, que um país é totalitarista, também estamos limitando o entendimento daquela coisa, o céu, a pessoa, o povo, à uma de suas características que consideramos essenciais, mas a coisa ou a pessoa também possui outras características, outras propriedades. O pensamento ocidental considera o real como um conjunto de elementos autônomos e independentes, claramente definidos e cobertos de características fixas, imutáveis, de uma identidade naturalmente dada (*taken for granted*). As relações entre as coisas, os fenômenos, os indivíduos, no pensamento ocidental vêm sempre em segundo plano, como uma dimensão suplementar do objeto a qual não modifica em nada a sua identidade primária. Já para os chineses, as relações são mais importantes, a essência tem pouca relevância.

Chegamos, então, à noção de indivíduo, outro alicerce elementar das sociedades ocidentais em que a visão essencialista do mundo encontra-se também

profundamente arraigada, mas que simplesmente inexistente na concepção de mundo dos chineses. Desde a filosofia que herdamos dos gregos, passando pelo cristianismo até chegarmos às teorias sociológica e psicanalítica, o conceito de indivíduo é considerado como um terreno a ser explorado e definido a partir de uma ideia de um 'eu' que delimita as fronteiras entre o mundo e o indivíduo, marcando uma ruptura entre este e aquele, isto é, retirando o indivíduo do seu contexto, de suas relações.

Embora a modernidade ocidental tenha inventado, construído e se esteado sobre a ideia de indivíduo, indivíduo como um ser livre, dono de si mesmo, elemento que é a base tanto da democracia política quanto do liberalismo econômico, a modernidade chinesa se edifica sobre concepções bastante diferentes no que tange aos indivíduos, aos grupos que constituem, às formas como interagem. As teorias de evolução social elaboradas por Weber, Marx, Durkheim e seus legatários fundam-se em concepções de indivíduo incapazes de explicar a sociedade e a modernização chinesa. Pois enquanto no Ocidente vemos o indivíduo e a sociedade como duas entidades distintas que se opõem uma à outra, na China, que faz da família (ou clã) o centro da existência em sociedade, tais fronteiras não são assim tão bem delimitadas.

A distinção entre indivíduo e sociedade permitiu que o Ocidente conhecesse uma enorme diversidade de organizações coletivas enquanto que a China, até bem pouco tempo, conheceu apenas a família. Na China a 'pessoa individual' é uma noção inexistente. Para os chineses, o indivíduo não é um ser independente, mas um ser dependente; ele não vive para si, mas para a coletividade. Sem a noção de indivíduo, sem a ideia de liberdade, sem a ideia de direitos, mas fundada sobre uma ética da reciprocidade que juntamente à moral confucionista e ao sistema filosófico taoísta fazem as vezes da religião, a China não precisou estabelecer um 'contrato social' entre o indivíduo e a sociedade a fim de limitar a animalidade do homem em seu estado de natureza. A moral confucionista foi capaz de garantir a ordem sem a necessidade de um Leviatã. Novamente, a ordem para os chineses provém dos costumes e ritos, vem de dentro. Não é necessário um ente externo para garanti-la. No Ocidente, quando o indivíduo toma consciência de si, ele reivindica suas liberdades, seus direitos, um estatuto social. A organização coletiva extrafamiliar, outra invenção ocidental fortemente influenciada

pelo cristianismo, onde o grupo interfere na vida individual e, por vezes, a controla, anda lado a lado com a noção de direitos individuais. É desta tensão entre indivíduo e uma diversidade enorme de organizações coletivas fora da família que emerge a personalidade jurídica do indivíduo, algo impensável na sociedade chinesa até recentemente, onde a família vem em primeiro plano, onde a ética da reciprocidade fundada nas obrigações a despeito dos direitos garante a manutenção da ordem.

"De la Réforme à la *Déclaration des droits de l'homme*, ce n'est rien d'autre que l'éveil du 'moi', l'apparition progressive des notions d'individu et de libertés ; ces nouvelles idées se répandirent partout dans la vie courante et devaient finir par l'emporter. (...) Le courant démocratique marque un grand progrès dans la vie des sociétés humaines et le système démocratique représente une forme avancée de la vie collective. Il y a progrès dans la mesure où chaque membre de la collectivité passe de la non-conscience de soi à la conscience de soi, de la passivité à l'initiative ; l'accent est mis sur les libertés individuelles, les décisions politiques deviennent l'affaire de tous. Contrairement à la doctrine du 'contrat social' (...), nous savons maintenant que, à l'origine des groupements humains, nous ne trouvons pas la conscience éclairée, mais bien plutôt la passivité. Seuls le progrès économique et le développement culturel ont permis d'aller plus loin. En Occident, ce fut essentiellement une réaction contre la société médiévale trop enrégimentée, trop répressive, une société qui s'ingérait excessivement dans la vie de l'individu. Il aurait pu s'ensuivre un éclatement de la société occidentale, mais un équilibre fut trouvé : la conscience de soi, l'initiative et la participation politique donnèrent au groupe une vitalité extraordinaire et, en moins de deux siècles, l'Occident créa une civilisation" (LIANG, [1949] 2010:81)

O pensamento chinês, assim, pouco se interessa por compreender o mundo exterior, as organizações coletivas, o lugar do indivíduo neste mundo. A autocompreensão que os chineses tem de si como a Civilização não os pressionou por criar uma, dado que esta, além de já estar pronta, era considerada a mais avançada de todas. Assim, o pensamento chinês pode voltar-se para o homem. A razão chinesa é interna, a vida não está fora do homem, mas em seu interior. Para os chineses, os métodos científicos desenvolvidos no Ocidente, por mais sofisticados e esclarecedores que sejam, por maiores os avanços que proporcionaram às sociedades humanas, são limitados no que concerne ao conhecimento da vida ela mesma.

Ao voltar-se para o mundo exterior, ao buscar a essência das coisas, ao essencializar o indivíduo e também tratá-lo como coisa, coisa esta dotada de uma personalidade, de uma individualidade, portanto, desenvolve um conhecimento da

vida que é restrito, pois que reduz-se a mecanismos. Tal conhecimento, na perspectiva chinesa, não persegue a harmonia, mas resolver problemas. Em uma palavra, a razão ocidental é utilitarista. É a partir dos problemas que se desenvolve o conhecimento ocidental, enquanto que, por sua vez, o pensamento chinês busca desenvolver o conhecimento em busca de um princípio, a harmonia. Liang sintetiza bem o pensamento chinês ao indagar:

"Mais il faut aussi comprendre que si les problèmes se situent en l'homme, leur solution se trouve aussi en lui, sans qu'il faille aller chercher à l'extérieur. Que faire si on ne peut faire confiance à l'homme ? Faire confiance à Dieu ? Faire confiance à L'État ? Ou à qui encore ? C'est ce que font les Occidentaux. Il en va autrement en Chine. (LIANG, 2010:174).

Foi este *ethos* da compreensão reflexiva de si do povo chinês, segundo Liang, que impediu a ocorrência da Revolução Industrial na China. Durante milênios a China acumulou conhecimentos e saberes não apenas a respeito das questões humanas, mas também de tecnologias sempre mais avançadas do que o resto do mundo, mas não desenvolveu as ciências naturais conforme o fez o homem ocidental. Até bem pouco tempo, os chineses nunca aplicaram sua inteligência às questões de produção propriamente ditas. A vontade de aplicar uma ordem moral à ordenança da sociedade acabou por resultar na criação de um obstáculo às forças de produção.

Por forças de produção está-se referindo, num sentido amplo, ao controle e à utilização do mundo natural pelo homem. Tal controle e utilização do mundo natural apoiam-se sobre a observação e sobre as experimentações da natureza, atitude que os chineses nunca prezaram por estarem mais voltados para a interioridade do homem. Por outro lado, no entanto, este *ethos* possibilitou um maneira distinta de produzir. Sugihara (2003) chamou de revolução industrial esta maneira de produzir engendrada lentamente durante séculos, numa referência ao caráter laborioso (industrioso) do povo chinês, enquanto que os ocidentais, voltados ao mundo exterior, colocaram a ciência para produzir com o advento da indústria. Este é um importante aspecto de *path dependence* para a compreensão, primeiro, do descolamento das duas grandes regiões do mundo, a Europa e a Ásia, no que Pomeranz (2000) chamou de grande divergência, e, depois, da modernidade chinesa, quando estes dois mundos voltam a convergir, porém sobre bases culturais e tradições distintas.

Assim, não foi tanto uma situação desfavorável à China que a fez perder gradualmente sua hegemonia econômica, mas um conjunto de circunstâncias excepcionais existentes na Europa, dentre as quais uma concepção de mundo voltada para fora, expansiva, que a colocaram em melhor posição para o nascimento do capitalismo. O reconhecimento da capacidade do homem de transformar as forças da natureza pelo estudo racional e pela experiência é o elemento mais básico dessa evolução. Com o Renascimento e o Iluminismo, as elites ocidentais gradualmente abandonaram a magia, a superstição e submissão às autoridades religiosas. A ética protestante impulsiona a acumulação de recursos que financiaria mais à frente os empreendimentos capitalistas. A tradição científica ocidental que está na base da relação do homem moderno com o progresso técnico e a inovação remontam claramente ao século XVII, quando começaram a penetrar no sistema de ensino. Enquanto isso, a China, onde a educação manteve-se apoiada sobre os clássicos antigos e na ortodoxia burocrática, não foi capaz de estabelecer os fundamentos da ciência moderna.

Chang (2009) também chama atenção para o fato de que “o confucionismo tem uma série de aspectos que são inimigos do desenvolvimento econômico” ao desencorajar que as pessoas seguissem profissões voltadas para os negócios. No sistema social tradicional do confucionismos a classe de maior prestígio era a dos burocratas eruditos. Juntamente com os soldados profissionais formavam a classe dominante. “Essa classe dominante presidia a hierarquia das pessoas comuns, composta por camponeses, artesãos e mercadores, nessa ordem” (CHANG, 2009:185).

“O confucionismo também desencoraja a criatividade e o empreendedorismo. Ele tem uma hierarquia social rígida e (...) evita que certos segmentos da sociedade (os artesãos e os mercadores) ascendam socialmente. Essa hierarquia rígida é sustentada pela ênfase na lealdade aos superiores e na deferência às autoridades, o que gera conformismo e reprime a criatividade. O estereótipo cultural de pessoas do Leste asiático serem boas em atividades mecânicas que não exigem muita criatividade tem por base este aspecto do confucionismo” (CHANG, 2009:185).

Para tratarmos da modernização chinesa, portanto, é necessário fazer um aparte sobre o processo de industrialização. A industrialização constitui o elemento

decisivo que inaugura uma trajetória completamente nova para o continente europeu — e também na história mundial — impulsionando o processo modernizante. Braudel refere-se à industrialização como o *motor* do surto de desenvolvimento que fez com que a Europa assumisse a dianteira. "O surto econômico sem precedente do século XVIII subverteu o mundo inteiro e a Europa tornou-se seu centro imperioso" (BRAUDEL, 1989:339). Para Pomeranz (2000), apenas depois de a industrialização avançar século XIX adentro é que faz sentido considerar um núcleo europeu hegemônico, singular.

Embora não haja consenso acerca do momento exato em que se pode efetivamente denominar o marco inicial do domínio europeu, e esta também não é a questão mais relevante, certo é que a Revolução Industrial inglesa constitui um divisor de águas da história mundial que separou, pelo menos por um período, a trajetória ocidental da oriental. Em conjunto com as guerras do ópio, a invasão japonesa e as desastrosas políticas internas da Era Mao, a industrialização europeia foi responsável por eclipsar a preponderância chinesa por um século e meio. O modo ocidental de fazer ciência, em conjunto com a industrialização, foi determinante. Sabe-se que a China, conforme apontam Benjamin Elmann (2005; 2006) e Joseph Needham (1954; 2004) muito antes do Ocidente, possuía uma ciência fina e adiantada, mas foi o surto industrial que proporcionou à ciência condições de agir. "Para transpor a etapa decisiva", diz Braudel, "[a China] não conheceu esse impulso econômico que subverteu a Europa, essa tensão 'capitalista' que, no fim do caminho ou a meio caminho, lhe permitiu superar o obstáculo e cuja incitação se faz sentir muito tempo antes, desde a ascensão das grandes cidades mercantis da Idade Média e, sobretudo, a partir do século XVI" (BRAUDEL, 1989:339).

4.3 REVOLUÇÕES INDUSTRIAL E INDUSTRIOSA

Até que se deflagrasse a Revolução Industrial na Inglaterra, a China foi durante longo período a grande potência mundial. A bem da verdade, a China pode ser considerada como a primeira grande potência econômica mundial propriamente dita. Desde o período em que as civilizações eurásianas tomam consciência de sua existência mútua até o período da Guerra do Ópio (1839-1860), que ocasiona seu

declínio em face à potência militar britânica colocada a serviço do tráfico de drogas, a sociedade chinesa se afirmou como um dos grandes polos de progresso tecnológico, de comércio internacional e de poder militar, sendo continuamente reconhecida como tal. Durante séculos a China dominou o comércio mundial e até o início do século XIX, o império chinês foi rico, inovador, influente e poderoso em relação às outras sociedades. Experimentou uma primeira integração à globalização já no século XVI quando sua seda, sua cerâmica, seu chá e seu papel eram exportados em troca da prata do Novo Mundo. À liderança da China em um mundo pré-industrial Sugihara atribui o caráter laborioso do povo chinês, ao que denominou Revolução Industrial (SUGIHARA, 2003).

Durante a primeira metade do século XIX, enquanto a Inglaterra estabelecia-se como a fábrica do mundo, os demais países especializaram-se na exportação de produtos primários. No Novo Mundo, a integração de vastos recursos naturais à economia internacional serviu como motor do crescimento econômico, sobretudo para a Europa ocidental. A mão-de-obra era escassa e a terra abundante, e a diferença entre os fatores de produção entre o novo e o velho mundos promoveu o crescimento do comércio, da migração e dos investimentos. O crescimento da economia no Atlântico dominou o comércio de longa distância. A diminuição dos custos de transporte foi um fator fundamental para este processo. Isso implicou em que as regiões de recentes colônias europeias tivessem mais incentivos do que a Inglaterra para aumentar a produtividade do trabalho, utilizando recursos naturais abundantes e capital externo. O desenvolvimento de tecnologias baseadas em economia de mão-de-obra, uso intensivo de capital e de recursos é mais claramente visível nos Estados Unidos. A necessidade de poupar trabalho qualificado levou à padronização da produção industrial. A utilização de partes intercambiáveis facilitou a transferência de tecnologia entre indústrias e a produção em massa, assim como a 'desqualificação' do trabalho. A industrialização ficou associada à exploração de economias de escala.

Bem antes do advento da indústria, no entanto, entre os séculos XIV e o início do XIX, a agricultura chinesa acumulou diversas melhorias tecnológicas e organizacionais que a permitiram alcançar alta produtividade da terra. Ao fim deste período as possibilidades de melhorias sem a introdução de novas tecnologias exauriram-se. O principal incentivo institucional do dinamismo experimentado pelas

sociedades asiáticas que seguiram pela trilha da revolução industriosa advinha da família e da comunidade, ao invés de vir das forças externas à comunidade, como o esforço do Estado-nação para o estabelecimento dos direitos de propriedade e a mão invisível do mercado na alocação dos recursos. Este *path dependence* peculiar das economias asiáticas, a tradição, reduziu as chances de uma transformação radical.

Maddison (2007) fornece dados que indicam a liderança da economia chinesa frente às demais nações do mundo. Na época da dinastia Ming (1368-1644) a renda per capita chinesa excedia a da Europa, embora não com tanta disparidade como ocorre entre as sociedades hodiernas.

ano	1	960	1300	1700			
China	450	450	600	600			
Europa ^a	550	422	576	924			
a. Exceto Turquia e a ex-URSS							
Fonte: MADDISON (2007), Chinese Economic Performance in the Long Run - OECD							

Em 1820 um terço da produção mundial correspondia à China, proporcionalmente mais do que representa hoje a produção norte-americana.

	1700	1820	1952	1978	2003	
China	22,3	32,9	5,2	4,9	15,1	
India	24,4	16	4	3,3	5,5	
Japão	4,1	3	3,4	7,6	6,6	
Europa	24,9	26,6	29,3	27,8	21,1	
EUA	0,1	1,8	27,5	21,6	20,6	
URSS	4,4	5,4	9,2	9	3,8	
Fonte: MADDISON (2007), Chinese Economic Performance in the Long Run - OECD						

Após 1830, no entanto, a economia chinesa entra em eclipse enquanto a China passa por um século e meio de humilhações. Enfrenta as guerras do ópio, as invasões japonesas, e um conturbado período de instabilidade social antes e

durante o período do governo de Mao Tsé Tung. Por volta de 1980, a China já não representava mais que cinco por cento da economia mundial. Sua renda per capita chegou mesmo a cair ao longo do século XIX, algo bastante incomum na história econômica fora de períodos de pragas. Paralelamente, mais precisamente entre 1820 e 1952, a economia mundial liderada pela Europa experimenta um crescimento sem precedentes na história mundial. A produção mundial aumentou 8,5 vezes e a renda per capita mundial mais que triplicou. Nos EUA a renda per capita cresceu quase nove vezes, na Europa quadruplicou e no Japão aumentou 3,5 vezes. A participação da China no PIB mundial caiu de um terço para um vigésimo e a renda real per capita passou de 90% para menos de um quarto da média mundial. A maioria dos países asiáticos estavam enfrentando problemas semelhantes aos da China: instituições locais que dificultam a modernização e intrusão colonial estrangeira.

Tabela 3 – Níveis de performance econômica. Comparação da China com outras grandes economias mundiais, 1700-2003

	China	Japão	Europa	EUA	URSS	Índia	Mundo
PIB (em bilhões de US\$ 1990)							
1700	82,8	15,4	92,6	0,5	16,2	90,8	371,4
1820	228,6	20,7	184,8	12,5	37,7	111,4	694,5
1952	305,9	202	1 730,7	1 625,2	545,8	234,1	5 912,8
1978	935,1	1 446,2	5 268,2	4 089,5	1 715,2	625,7	18 969,0
2003	6 188,0	2 699,3	8 643,8	8 430,8	1 552,2	2 267,1	40 913,4
População (em milhões)							
1700	138	27	100,3	1	26,6	165	603,2
1820	381	31	169,5	10	54,8	209	1 041,7
1952	569	86,5	398,6	157,6	185,9	372	2 616,0
1978	956	114,9	480,1	222,6	261,5	648	4.279,7
2003	1 288,4	127,2	516	290,3	287,6	1 050	6 278,6
PIB per capita (1990 US\$)							
1700	600	570	923	527	610	550	615
1820	600	669	1 090	1 257	688	533	667
1952	538	2 336	4 342	10 316	2 937	629	2 260
1978	978	12 585	10 972	18 373	6 559	966	4 432
2003	4 803	21 218	16 750	29 037	5 397	2 160	6 516

Fonte: MADDISON (2007), Chinese Economic Performance in the Long Run - OECD

Para que entendamos o que foi a Revolução Industrial que colocou a China na liderança do mundo até cerca de 1820, Sugihara (2003) propõe que olhemos para o desenvolvimento das tecnologias de uso intensivo de mão-de-obra, cuja origem encontra-se num passado ainda mais longínquo. Muito antes de 1500,

provavelmente durante os séculos XII e XIII, a China desenvolveu um conjunto de métodos altamente avançados de utilização intensiva de mão-de-obra, que envolvia métodos de seleção de sementes, técnicas de controle de irrigação e da água, realização de duas colheitas anuais (*double cropping*) e uso extensivo de ferramentas agrícolas. As características essenciais da produção em pequena escala, centrada no cultivo de arroz irrigado, estabelecida na região baixa do Delta do Yangtzé nos séculos XII e XIII, foram estendidas a outras partes da China e transmitidas ao Japão pelo final do século XVI (FAIRBANK & GOLDMAN, 2006).

Entre os séculos XVI e XVIII, a Ásia Oriental experimentou um período de crescimento populacional com modesto avanço no padrão de vida graças à sua bem sucedida resposta às restrições de recursos naturais, particularmente a escassez de terra. A estratégia para lidar com estes fatores limitadores em seu ambiente foi o desenvolvimento de um conjunto de dispositivos tecnológicos e institucionais voltados à absorção plena do trabalho familiar. Dentre as tecnologias Sugihara (2003) destaca os grandes manuais de agricultura chineses, que forneciam importantes instruções sobre os métodos de seleção de sementes para diferentes tipos de solos e sobre o uso de uma variedade de ferramentas agrícolas. Estes manuais eram transmitidos em diferentes línguas e entre diversas culturas, como da China para o Japão. Estas tecnologias, constituídas basicamente de regras técnicas, conhecimento enraizado na experiência acumulada, foi o padrão de disseminação do conhecimento na Ásia Oriental neste período.

No que diz respeito às instituições de absorção de mão-de-obra, Sugihara (2003) não se refere propriamente ao desenvolvimento de um conjunto de instituições características de um modo de produção em um determinado estágio de desenvolvimento econômico. Tais instituições também não dizem respeito ao feudalismo ou à emergência (ou falta) do Estado-nação. As instituições-econômicas-chave que embasaram o percurso de desenvolvimento econômico da Ásia Oriental compreendem o desenvolvimento de unidades muito menores, nomeadamente o agregado familiar (eventualmente não restrito à família), e, em menor extensão, à comunidade do povoado. Em muitos casos estas unidades sobreviveram a mudanças e distúrbios políticos no modo de produção e permaneceram como as instituições-chave das regiões, sustentando a trajetória tecnológica e institucional que seria evidenciada mais tarde tanto na história chinesa quanto na japonesa.

Nas sociedades europeias e nos Estados Unidos a Revolução Industrial rompeu definitivamente com as sociedades tradicionais e em seu lugar se consolidou o que Weber classificou como o modelo típico-ideal de sociedade racional-legal. Acompanhado pelas revoluções das comunicações e dos transportes, pela abertura de vastas áreas nos 'novos' continentes e pela utilização de recursos naturais como carvão e petróleo, todo o processo desencadeado a partir da Revolução Industrial originada na Inglaterra beneficiou a população ocidental, elevando enormemente sua renda per capita. A arrancada modernizante ocidental criou, então, um verdadeiro abismo entre o Ocidente e o não-Ocidente.

Ao passo em que o mundo ocidental passou a enriquecer-se velozmente com a aplicação de tecnologias que requeriam o uso intensivo de capital e recursos, o mundo não-ocidental aumentava seus patamares de produção de riqueza com as tecnologias de uso intensivo de mão-de-obra, em um ritmo bastante lento até que se iniciasse sua modernização, muito mais tardiamente, apenas na segunda metade do século XX. Outro fator que tendeu a reforçar a desigualdade entre a Europa e o resto do mundo, particularmente entre as zonas temperada e tropical, foi o colonialismo, que, embora Braudel, assim como grande parte dos autores eurocêntricos, trate como 'página virada', teve influência crucial na divergência entre as trajetórias de desenvolvimento seguidas pelas duas regiões, pois constituía uma fonte excedente de recursos naturais das quais outras sociedades não dispunham (BRAUDEL, 1989:353-4).

A China, em particular, assim como todo o continente asiático, em geral, ao contrário da Europa, não só não dispunha de recursos abundantes que permitissem acelerar a produção de riqueza como também não concebia buscar estes recursos alhures. A página da colonização só foi virada pois o mundo atual já não comporta mais colônias. Não se pode, entretanto, desconsiderar a herança histórica deste período que é viva tanto nos países que foram colonizados quanto para os colonizadores. Esta herança reflete nas diferentes trajetórias de desenvolvimento experimentadas pela China e pelo mundo ocidental.

Quando a Revolução Industrial entra em sua segunda etapa, os países ocidentais conhecem um período de desenvolvimento tecnológico ainda mais intenso. A Ásia oriental, incapaz de alcançar os países ocidentais mais avançados,

viu ampliar a distância entre sua renda per capita e a dos países europeus. Entre 1820 e 1945, se, por um lado, a industrialização da Europa ocidental constitui o pilar do crescimento da economia mundial, por outro, foi também responsável pelo aumento desbalanceado do PIB mundial, criando, por consequência, a divisão Norte-Sul. O impacto causado pela industrialização do norte ocidental foi tamanho, tanto no que diz respeito à produção de riqueza, quanto ao que concerne ao modo de vida desencadeado a partir desta nova forma de produção — que não era apenas material, mas também social, cultural, tecnológica — que todas as atenções se voltaram para a trajetória europeia, esta adquirindo status de modelo a ser seguido.

Ao passo que a industrialização da Europa acelerava o avanço da modernidade no Ocidente, no entanto, as economias da Ásia oriental seguiam pelas trilhas de suas tradições, com instituições que promoviam maior absorção de trabalhadores e, portanto, enfatizando maior utilização de recursos humanos em detrimento das tecnologias de uso intensivo de capital que marcaram a trajetória ocidental. Neste período, China e Japão experimentam um crescimento populacional lento, mas relativamente estável, sem, no entanto, experimentarem deterioração dos padrões de vida. Embora não se tenha observado produção abundante de riquezas como a que ocorrera na Europa, houve crescimento econômico modesto.

Além disso, a partir do estabelecimento de direitos à obtenção de renda proveniente da propriedade, os economistas políticos clássicos da Inglaterra observaram a emergência de uma sociedade de classes onde distinguem-se as principais categorias de rendimento: salários para trabalhadores; lucro para capitalistas; e renda para proprietários de terras. Esta foi a trajetória adotada no mundo ocidental.

A sociedade chinesa, por seu turno, até o final do século XX, não observou o surgimento de classes sociais antagônicas, nem, portanto, a hierarquização social conforme ocorrido na Europa, mas seguiu como uma sociedade onde a diferenciação social se deu pelas profissões (burocratas letrados, camponeses, artesãos e mercadores, hierarquizados nesta ordem). A divisão de classes ocorrida nas sociedades europeias permitiu com que as classes dominantes acumulassem capital e desenvolvessem propriedades de larga escala mais produtivas, além de influenciarem ou até mesmo controlarem a administração do

Estado. Na Ásia oriental grande parte da terra cultivável continuava a ser cultivada pelo trabalho familiar e o cultivo mantinha-se em pequena escala. Ao tradicional modo de produção em pequena escala faltavam as forças internas para a transição, pois que ela nem sofria pressões constantes para o aperfeiçoamento tecnológico, nem era orientada pelo implacável princípio capitalista de maximização de lucro.

O principal aspecto distintivo das trajetórias das respectivas revoluções Industrial e industriosa experimentadas na Europa ocidental e Estados Unidos, por um lado, e na Ásia oriental, por outro, foi, portanto, a intensidade da utilização da mão-de-obra. Sugihara (2003) identifica três fatores que distinguem as duas trajetórias: primeiro, o tamanho das propriedades rurais na Ásia oriental era muito menor do que na Europa ocidental. A dimensão média das propriedades rurais na Ásia oriental no século XIX e início do XX, variava entre 1 e 3 hectares. No Japão, cerca de 70% das propriedades rurais tinham meio hectare de terra ou menos, e quase 90% tinham até 1 hectare nos tempos da industrialização no final do século XIX. Por contraste, o tamanho médio de uma propriedade rural na França, um país com forte tradição campestre, era de 14 hectares em 1882 (BRAY, 1986:115-16; BUCK, 1930:103; HEYWOOD, 1996:115 *apud* SUGIHARA 2003:84).

Em seguida, as diferenças substanciais no grau de absorção de mão-de-obra na agricultura do arroz. Antes da mecanização, o maior volume de mão-de-obra foi fundamental para aumentar a produtividade da terra. Com a introdução de tratores e outros insumos de capital, o tamanho das propriedades tornou-se maior, e o volume de mão-de-obra menor. Portanto, a tecnologia de uso da terra teve duas fases em termos de absorção de mão-de-obra; primeiro a produtividade aumentou com proporcional aumento do volume de trabalho, e depois de certo ponto foi aperfeiçoado com volume de trabalho proporcionalmente menor. A sociedade pode, assim, manter um maior número de pessoas por unidade de terra arável, sendo basicamente esta a resposta da Ásia oriental às barreiras malthusianas.

Por fim, a produtividade da terra pode ser aumentada significativamente antes da mecanização sendo esta a mudança do lado da oferta fundamental para a revolução industriosa. O que Sugihara (2003) não enfatiza, apesar de não desconsiderar, mas que pode ser complementado com Liang (2010) é a existência de um fundamento moral para que a sociedade chinesa se organizasse

economicamente desta maneira. A organização da produção em pequenas porções de terra, o alto grau de absorção do trabalho e os ganhos de produtividade com poucos avanços técnicos deveu-se ao fato de que a aldeia, como uma extensão da família, constituía a autêntica organização social do povo chinês.

A família camponesa da Ásia oriental trabalhava em uma porção de terra muito pequena e buscava colher a máxima quantidade de arroz possível com um alto grau de aplicação de trabalho (mão-de-obra). Eles precisavam desempenhar uma diversidade de tarefas conforme o calendário agrícola, desde à capina, passando pelo plantio até chegar à colheita. Alocavam trabalho familiar e cultivavam diferentes variedades de arroz a fim de nivelar as exigências de trabalhos sazonais e evitar a contratação de trabalho externo. Também exploravam seu próprio excedente de trabalho fora dos picos para o desenvolvimento de atividades proto-industriais. Assim, diferentes habilidades para o bom desenvolvimento de uma variedade de tarefas era preferível à especialização em tarefas particulares; bem como, em lugar de promover-se o talento individual, encorajava-se a disposição para a cooperação com os demais membros da família. Havia, portanto, uma forte ética do trabalho, distinta porém da ética protestante. Acima de tudo, era importante que cada membro da família participasse ativamente da atividade produtiva, tentando adequar-se ao padrão de trabalho da lavoura, responder de forma flexível às necessidades emergenciais ou extraordinárias, engajar-se com os problemas relativos à gestão da produção, antecipar e prevenir potenciais problemas. Habilidade gerencial, com *background* técnico generalista era algo natural e ativamente procurado no nível familiar. Esta maneira de organização do trabalho foi essencial nas reformas de abertura a partir de 1978, com as Townships and Villages Enterprises (TVEs) conforme veremos adiante.

A natureza da divisão do trabalho que dinamizou a revolução industriosa foi, portanto, bastante distinta daquela que dinamizou a Revolução Industrial. Com o gradual desaparecimento da sociedade camponesa inglesa que se deu a partir da emergência da sociedade urbana industrial, observa-se a separação dos trabalhadores das questões relativas à administração da produção. Criaram-se novas classes sociais. Tal divisão de classes baseada na especialização tinha seus próprios custos. Por um lado, os trabalhadores eram privados da oportunidade de participar das questões gerenciais; por outro, artesãos especialistas desprezavam

trabalhadores 'faz-tudo'. A divisão do trabalho, guiada pela 'mão invisível', impedia o desenvolvimento de habilidades interpessoais necessárias à especialização flexível, o que no início do surto industrial não constituía problema relevante, mas com o acirramento da concorrência, a partir da década de 1970 tornou-se um gargalo. Na Ásia Oriental, a vantagem da 'mão visível' do chefe da família camponesa era que ela podia alocar o trabalho para a produção, distribuir a renda entre os membros da família para o consumo e poupança, além de controlar o número de filhos, logo, o tamanho da família, tudo isso simultaneamente. Assim, agricultores gerencialmente independentes, mesmo que não fossem donos da própria terra, tinham mais motivos que os gestores de fazendas de larga escala para aumentar a produção e a renda pela relação entre o esforço e a recompensa, não através do mercado, mas diretamente (SUGIHARA, 2003).

Outro aspecto importante a ser considerado acerca da dinâmica da economia chinesa pré-industrial é o fato de que os camponeses chineses não viviam numa economia de subsistência, conforme apontam o trabalho de Skinner (1964-65). Este autor sustenta que grande parte dos estudos antropológicos sobre a sociedade chinesa, ao focalizarem quase que exclusivamente as atenções sobre as aldeias, distorceram a realidade da estrutura social rural da China. Embora possa-se dizer que o camponês chinês vivia num mundo autossuficiente, este mundo não era propriamente a aldeia, mas uma estrutura de mercado. Uma rede de atividades comerciais altamente dinâmica que funcionava nas zonas rurais ligava praticamente todas as aldeias e esta era efetivamente o campo social dos aldeões chineses.

"The standard market functions in the first instance to exchange what the peasant produces for what he needs. The peasant needs not only goods of the kind already suggested, but also the services of tool sharpeners and livestock castrators, medical practitioners and "tooth artists," religious specialists and fortune tellers, barbers, myriad entertainers, and even, on occasion, scribes. While many of these services are not available every market day, itinerants purveying all of them occasionally visit every standard Market. The standard marketing system also has a modest financial dimension. Shops in the town extend credit to regular customers. Certain shopkeepers and landowners lend money to peasants in transactions which may take place in the town on market day. The rotating credit societies of the peasant are also usually organized in the teahouses on market day and are thereby restricted to villagers from within the system. In addition, certain landlords maintain an office in the town which collects rent from tenants. With regard to transport, village communities normally include a few landless peasants, as they are usually termed, who are regularly for hire as transport coolies. (Not only the local elite but also the stratum of the peasantry which

is fully "respect- able" eschew such public manual labor as carrying or carting bulky produce.) These men normally cart goods along the village paths serving a single marketing area and thus constitute another element in the standard marketing structure as a spatial-economic system." (SKINNER, 1964:20)

Assim, o principal incentivo institucional deste dinamismo, ao invés de vir das forças externas à comunidade, como o esforço do Estado-nação para o estabelecimento dos direitos de propriedade, conforme o percurso ocidental, advinha da família, da comunidade e das relações comerciais estabelecidas entre as aldeias por toda a China. A tradição fundada numa ética de reciprocidade impunha sanções sociais ao invés de legais. Embora a coação pelo paternalismo e pela coesão social pudesse ser tão severa quanto a rejeição extrema e a coerção física, não implicava necessariamente na existência de nepotismo ou favores pessoais. Por contrário, considerações racionais, meritocráticas e concernentes ao mercado pareciam ter sido tão importantes para a Ásia oriental quanto para a Europa ocidental. Nestas circunstâncias, era natural aos camponeses da Ásia oriental motivarem-se a aumentar a produção agrícola e a renda familiar. Desde que observassem os códigos sociais, os custos de transação do comércio seriam baixos assim como o risco envolvido em inovações técnicas. Enquanto havia pouco espaço para grandes inovações técnicas, investimento em capital fixo ou comércio de longa distância, estas instituições da Ásia oriental fundadas na tradição proporcionavam a melhor oportunidade para o desenvolvimento de tecnologias baseadas na utilização intensiva de mão-de-obra.

"O instrumento determina o método de produção, que determina a organização social, que determina a moral. Como o homem não pode escolher a sua opção de um determinado método de produção, logo também não pode adotar a organização social ou moral por sua livre e espontânea vontade. Assim, onde o método de produção é fundado sobre a família, o sistema de produção e o sistema social também o são. Se toda a organização social é centrada na família, todas as relações sociais são identicamente relações familiares. (...) Podemos dizer que a 'revolução industrial' substitui a família pela sociedade como base do método de produção. (...) Ainda, numa sociedade industrial, o indivíduo não pode mais querer ganhar a vida no seio da família: ele deve deixá-la. Uma existência fundada na família não é doravante nem possível, nem necessária." (FENG, 1940 *apud* LIANG, 2010: 60 em tradução livre.)

Na interpretação de Arrighi (2008), foi a trajetória da revolução industriosa que fez com que as sociedades asiáticas chegassem ao que é chamado na literatura econômica de armadilha malthusiana, ou de armadilha de equilíbrio de alto nível. Se

tomarmos como base a experiência ocidental do século XIX, chegaremos a conclusão de que a pressão populacional sobre a terra foi o fator que causou o sufocamento do crescimento asiático, levando o caminho da Ásia oriental a chegar numa armadilha malthusiana, em que se observa um grau significativo de esgotamento de recursos.

Na realidade, com a revolução industriosa os chineses conseguiram empurrar o limite malthusiano o mais longe quanto possível. A Revolução Industrial europeia permitiu que o Ocidente escapasse desta armadilha antes de um momento crítico. O que Riskin (1975) e Sugihara (2003) sustentam, no entanto, é que este tipo de armadilha em que se enredaram as sociedades asiáticas foi bastante peculiar, pois aquelas sociedades chegaram a um impasse apenas depois de terem esgotado todo o potencial para o crescimento da eficiência, ou seja, alcançando grau bem próximo do máximo de sofisticação técnica e institucional, realmente um limite.

Neste caso, tanto maior é o grau de *path dependence* quanto é menor a flexibilidade. A Europa escapara antes. Neste sentido, a interpretação que Sugihara fornece é a de que a armadilha de equilíbrio de alto nível resultou não em estagnação, mas em dinamismo. O dinamismo das economias orientais, no entanto, difere do dinamismo europeu, devido a tratar-se de um dinamismo de uma economia baseada em uso intensivo de mão-de-obra, enquanto que o dinamismo das economias ocidentais baseia-se no uso intensivo de capital e recursos. A trajetória da Ásia oriental apresentou aumento de eficiência sem adicional *input* de terra e pessoas. A diferença básica para a trajetória da Europa ocidental foi que a da Ásia oriental mobilizou recursos humanos ao invés de não-humanos.

4.4 CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA CHINESA CONTEMPORÂNEA¹⁴

Até recentemente a China era considerada um mundo institucionalmente inferior, atrasado, se comparado ao mundo ocidental. A China contemporânea, no entanto, com uma velocidade surpreendente alcançou a fronteira tecnológica de uma grande variedade de atividades: lançadores de satélites, componentes da indústria de telecomunicações, trens de alta velocidade, automóveis,

¹⁴ Esta sessão está baseada majoritariamente em NAUGHTON, 2007 e FAIRBANK & GOLDMAN, 2006.

eletrodomésticos, computadores e setores como o aeronáutico e o nuclear em breve serão também alcançados. A cesta de exportações da China atual é significativamente mais sofisticada do que normalmente se esperaria de países com seu nível de renda (RODRIG, 2006), e a sua inserção no comércio internacional já não se restringe tão somente à exportação de bens de consumo.

As empresas chinesas vêm adquirindo crescente presença no cenário econômico mundial, com muitas firmas já internacionalizadas e competindo com marcas próprias em setores importantes como, por exemplo, o automobilístico. Embora o ritmo da atualização da economia chinesa tenha sido, em regra geral, subestimado desde o início do período de reformas (1949), a partir de meados da década de 1990 já se começa a ter clareza de que a China conseguiu promover seu desenvolvimento econômico de forma autônoma, com arranjos institucionais próprios bastantes distintos da experiência internacional, numa trajetória que, justamente por não seguir o padrão das melhores práticas institucionais internacionais, constitui a fonte de suas vantagens competitivas.

O modelo híbrido em que coexistem elementos dos sistemas capitalista e comunista é singular na história das economias mundiais e exprime certa convivência entre as raízes do passado milenar e o desenvolvimento presente da economia chinesa. Conforme a tese que Zonenschain (2006) sustenta, o *catch up* chinês caracteriza-se por traços originais que compreendem arranjos institucionais autênticos e dinâmicos, o que chamou de instituições substitutas numa referência ao conceito gerschenkroniano de substitutos históricos, bem como estratégias empresariais distintas, em que, tanto num quanto noutro, a atuação do Estado chinês tem sido determinante na construção de um ambiente que estimula o investimento e a inovação por parte das empresas e na promoção das mudanças institucionais necessárias para o avanço da economia.

Gerschenkron (1962), ao propor a adoção de uma perspectiva histórica para a análise dos países retardatários na escalada do desenvolvimento, evita fazer previsões e conjecturas, mas busca as similaridades e uniformidades dos processos de desenvolvimento dos países atrasados. Sua análise é útil para explicar a rápida ascensão da China. O ponto central da proposta de Gerschenkron é o papel positivo do atraso econômico para induzir a substituição sistemática de supostos pré-

requisitos para o crescimento industrial. A intervenção do Estado pode compensar o inadequado suprimento de capitais, à ausência de mão de obra-qualificada, a capacidade tecnológica insuficiente e estimular o empreendedorismo nos países que buscam se modernizar.

Gerschenkron está entre os que advogam contra a generalização de que "é a história dos países industrializados avançados e já estabelecidos que traça a rota de desenvolvimento para os países mais atrasados" (GERSCHENKRON, 1962:06), generalização esta que está presente também no pensamento de Marx. Sua proposta também é contrária à perspectiva rostoviana de que haveria certa regularidade quanto às etapas do desenvolvimento econômico.

Supor que os países atrasados seguiriam os passos dos avançados seria, para este autor, uma meia verdade. Para Gerschenkron (1962) há certas virtudes em relação ao atraso econômico, as quais permitem que os países retardatários imprimam algumas novidades quando arrancam seus processos de desenvolvimento. Neste sentido, o desenvolvimento atrasado é sempre diferenciado daquele experimentado pelos países avançados já estabelecidos. Não apenas a velocidade do processo de desenvolvimento (medida pela taxa de crescimento industrial) é maior, pois o país retardatário tem a opção de tomar alguns atalhos históricos baseando-se nas experiências dos países avançados, mas as estruturas produtivas e organizacionais que emergem de tais processos tendem também a ser diferenciadas.

À luz do desenvolvimento da Inglaterra, que saiu na frente com a Revolução Industrial, os países que se industrializaram em seguida contaram com maior intervenção a fim de compensar suas limitações e apresentaram inovações institucionais que vão se acumulando. Na França a principal inovação foi o desenvolvimento de uma instituição bancária para financiamento do processo de industrialização. Diferentemente do sistema bancário inglês, caracterizado por bancos comerciais projetados essencialmente para servir como fonte de fornecimento de capitais de curto prazo, o *Crédit Mobilier* francês devotou-se aos investimentos de grande peso como o financiamento da construção das linhas férreas que impulsionaram a industrialização do país. Na Alemanha a principal inovação foi a formação de grandes bancos de característica universal, que

combinavam as atividades de fornecimento de capital para investimentos em grandes projetos de longo prazo com as atividades de curto-prazo dos bancos comerciais. A partir da experiência alemã foram moldados os sistemas bancários austríaco e italiano, caracterizados pelo estabelecimento de relações mais próximas com as empresas industriais, as quais se estendiam muito além da esfera do financiamento, passando também a influenciar as decisões quanto à gestão e novos empreendimentos e, em certa medida, percebendo algumas vantagens em oportunidades de cartelização e de amalgamação com empresas industriais (GERSCHENKRON, 1962:11-15).

O caso russo, por sua vez, foi marcado por uma maior intervenção estatal no período inicial dado o seu grau de atraso muito mais profundo do que o caso da Alemanha. Gerschenkron reconhece que o uso de instrumentos como os que a Alemanha desenvolveu com seu sistema bancário é aplicável apenas em casos de atraso econômico que não excedam determinados limites. A principal razão do atraso econômico russo devia-se à preservação da servidão até 1861, o que seria o principal limitador da industrialização russa, e ao alto nível de corrupção e baixa confiança para a criação de um ambiente de negócios, o que, juntamente com a escassez de capitais para investimentos, dificultava a estruturação de um sistema bancário que pudesse impulsionar a industrialização.

Assim, o Estado teve um papel muito mais decisivo para impulsionar o desenvolvimento econômico russo em seu período inicial, assumindo o papel que os bancos desempenharam nas experiências anteriores. Assim como na Alemanha, o Estado russo voltou-se para o financiamento de projetos de industrialização pesada, como a construção de ferrovias e indústrias de produção de bens de produção, com aplicação intensiva de capital. Com o passar do tempo, à medida em que o nível de atraso diminuía, o papel do Estado foi se tornando menos decisivo, o que permitiu que os bancos fossem assumindo gradativamente o papel que era desempenhado antes pelo governo (GERSCHENKRON, 1962:21-22).

Embora Gerschenkron não tenha estabelecido normas para o desenvolvimento dos países atrasados, é possível identificar alguns padrões que podem ser em maior ou menor grau generalizados a partir das experiências que observou no desenvolvimento dos países europeus. O primeiro diz respeito à

relação direta entre o atraso e as oportunidades de experimentação de industrialização acelerada. "A industrialização sempre parece ser mais promissora quanto maior for o acúmulo de inovações tecnológicas com as quais os países atrasados podem se servir a partir da experiência dos países avançados" (GERSCHENKRON, 1962:08). Em outras palavras, quanto maior o atraso, maiores são as chances que a industrialização ocorra abruptamente. Os países atrasados dispõem de um estoque de soluções criadas pelos países avançados e podem adaptá-las em seus processos de industrialização. A experiência histórica pode comprovar esta tese: Inglaterra cresce à media de 2%, EUA a 4%, Coréia a 8%, China a 10%. Existe, neste sentido, algo como um estoque de possibilidades não utilizadas. Quanto maior este estoque, mais acelerado o crescimento.

Gerschenkron assume também que quanto maior o atraso, maior a necessidade de adotar-se soluções capitalistas, com investimentos em tecnologias substituidoras de mão-de-obra. Para ele, a criação de uma força de trabalho disciplinada e confiável é um dos processos mais difíceis e demorados, o que implica que nos processos de industrialização dos países retardatários, quanto maior o atraso, maior a exigência de tamanho das plantas e das empresas. Esta, no entanto, não é uma regra geral. A China demonstra. Mas sua reflexão estava baseada no desenvolvimento dos países europeus e de seu país, a Rússia, e ele reconhece que tais condições variam de indústria a indústria e de país a país (GERSCHENKRON, 1962:09-10).

Gerschenkron (1962) destaca ainda que quanto mais atrasada a economia, maior será a importância dos bens de produção frente aos bens de consumo. É recorrente nas experiências que relata os investimentos cada vez mais decisivos para o arranco do desenvolvimento em projetos de grande impacto, como o mineradora / siderúrgica / ferrovia, que permitem uma sinergia entre as atividades industriais assim como o desenvolvimento de inovações. Conforme foi destacado o papel dos bancos acima, fica claro que a dimensão financeira é um ingrediente fundamental para as estratégias de emparelhamento. Quanto mais retardatário é o desenvolvimento de um país, maior é a importância do sistema financeiro para investimentos em projetos de indústria pesada.

É importante ressaltar, no entanto, que a análise de Gerschenkron focalizou o desenvolvimento das economias retardatárias no período que compreende o início do século XIX até o início da Primeira Guerra Mundial, o que limitava a informação histórica disponível acerca do desenvolvimento econômico à experiência dos países europeus. Longe de ser um autor que prega o caminho único, a perspectiva histórica de Gerschenkron admite que em cada caso de industrialização tardia a imitação da evolução ocorrida em países avançados surge em combinação com diferentes elementos de natureza nativa (GERSCHENKRON, 1962:26).

No caso da China, algumas premissas estabelecidas por Gerschenkron não funcionaram. Os esforços de industrialização pesada conforme os experimentados pelas economias do Ocidente não logrou os mesmos resultados o que fez a modernização chinesa adotar outro caminho. Ao invés de iniciar seu processo de arranco modernizante pela introdução das mais modernas e caras tecnologias disponível nos países avançados e pelos projetos de larga escala, a China começou sua industrialização por um processo lento e gradual, de dentro para fora, isto é, a partir do interior, nas áreas rurais, para apenas num segundo momento poder investir nos projetos de grande impacto.

A fim de melhor caracterizarmos a economia chinesa contemporânea, podemos dividir sua trajetória em três períodos distintos: a economia tradicional chinesa antes de 1949, no que caracterizamos acima como a revolução industrial; o período socialista compreendido entre 1949 e 1978; e a transição gradual para o mercado iniciada em 1979.

Antes de 1949 a China jamais percebera crescimento econômico vultoso. Com mais de 90% de sua população vivendo no campo, a sociedade chinesa era predominantemente rural. A aplicação intensiva de mão-de-obra em pequenas porções de terra permitiu que seu sistema agrícola de alta produtividade suportasse o crescimento populacional por mais de 400 anos. Entre 1400 e 1820 estima-se que a população chinesa tenha quintuplicado, passando de cerca de 72 milhões no início da dinastia Ming (1368-1644) para cerca de 381 milhões em 1820. A taxa de crescimento de 0,4% ao ano é comparativamente alta para sociedades

pré-modernas e fez com que o país viesse a contabilizar cerca de 36% da população mundial no fim deste período (NAUGHTON, 2007:36; MADDISON, 1998).

A partir de 1820, no entanto, o contato da China com outras potências externas começou a causar importantes impactos não só econômicos, mas também políticos e militares, jogando a China em uma profunda crise social que durou cerca de 150 anos. Tal crise foi agravada ainda pela intimidação político e militar imposta pelo Ocidente. A invasão externa começou num período em que a dinastia Qing encontrava-se enfraquecida e acabou levando o país a enfrentar também uma crise econômica. Por volta de 1800, a Inglaterra, insatisfeita com a drenagem da prata do mundo que há séculos a China vinha conduzindo a partir de suas exportações de chá, seda e porcelana, busca uma *commodity* que pudesse ser atrativa ao mercado chinês a fim de compensar o desequilíbrio comercial. A solução encontrada foi o ópio proveniente do que era então uma colônia inglesa, a Índia. Por volta de 1830, a balança comercial chinesa já não era mais superavitária.

Além da questão econômica, o ópio gerou também problemas sociais por se tratar de uma droga que disseminava o vício e a dependência junto à população, o que a corte Qing não aprovava. O esforço chinês para cessar o afluxo da droga deflagrou em 1839 a guerra contra os ingleses. A Inglaterra, então a potência mundial dominante graças à Revolução Industrial, possuía equipamentos bélicos muito mais avançados tecnologicamente do que a China, o que permitiu uma rápida devastação das antiquadas defesas chinesas. A partir daí foram impostos uma série de tratados como o de Nanquim (1842), que forçou a China ceder Hong Kong ao domínio britânico, e iniciou-se a abertura dos portos chineses ao controle externo. Até 1895 a China lutara em mais quatro guerras contra invasores externos, perdendo todas elas. A cada derrota, a China era forçada a pagar pelas reparações aos vitoriosos e abrir mais cidades ao controle e residência de estrangeiros. O governo Qing já enfraquecido, enfrentava ainda revoltas internas sem conseguir dar respostas efetivas. A revolta de Taiping (nos anos 1860) e dos Boxers (na década de 1890) foram as mais expressivas.

Já no fim do século XIX o Japão começa a tomar o lugar da Inglaterra como a principal ameaça externa política, militar e econômica. Em 1895 inicia-se a guerra sino-japonesa que tem como resultado o embargo de Taiwan e sua

incorporação ao império japonês. Com o levante da rebelião antiocidental dos boxers, uma força internacional colonialista composta por uma aliança entre Rússia, EUA, Inglaterra, França, Alemanha e Japão foi organizada para tomar a sede imperial, ocupando Pequim e obrigando o governo Qing a assinar, em 1901, o tratado de paz que ficou conhecido como o protocolo Boxer, em que o governo imperial foi capturado e preso e o controle sobre tarifas e impostos ficou à cargo das forças externas a fim de garantir o pagamento das indenizações de guerra. Dez anos depois a dinastia Qing desmorona.

Com o colapso da dinastia Qing e a revolução de 1911, a China entra numa nova fase de mudanças políticas e econômicas. O período imediatamente posterior à revolução foi conturbado por guerras civis e fragmentação política, mas em 1927 o partido nacionalista Kuomintang logra unificar novamente a nação. Por dez anos, até a invasão japonesa de 1937, a China desfrutou de relativa paz e o governo nacionalista foi capaz de iniciar a criação de um arcabouço institucional para o desenvolvimento. Entre 1912 e 1936, a partir de uma base bem pequena, a produção industrial cresce a uma taxa anual entre 8% e 9%. Em 1933 a produção industrial responde por 2% do PIB chinês e emprega 0,4 da força de trabalho da população. Entre 1937 e 1949, no entanto, a guerra com o Japão se, por um lado, criou condições para a irrupção da guerra civil entre os nacionalistas e os comunistas, por outro promoveu importantes mudanças na estrutura industrial capitaneada pelos japoneses na região da Mandchuria. No fim da guerra, grande parte da capacidade industrial chinesa encontrava-se naquela região. A invasão japonesa, no entanto, enfraquecera o governo nacionalista e os guerrilheiros comunistas ganharam legitimidade para lutarem contra os invasores. Com o desfecho da II Guerra Mundial, os comunistas encontram a ocasião para o confronto final com os nacionalistas, no ocaso do sistema econômico da Ásia oriental liderado pelos japoneses.

Durante o período de guerra contra os japoneses o governo nacionalista estabelece a capital em Sichuan, volta-se para o interior do país e adota uma estratégia de crescente intervenção do Estado na economia chinesa. Antes da guerra, a indústria chinesa não dispunha de nenhum setor público. A fim de mover a indústria para o interior e criar uma capacidade industrial militar o governo Kuomintang criou uma espécie de comissão de planejamento chamada de

Comissão de Recursos Naturais (CRN), a fim de fomentar o desenvolvimento sob patrocínio do Estado. Originalmente voltado para a exploração dos recursos minerais, o CRN era integrado basicamente por engenheiros e rapidamente foi reconhecido como um departamento do governo eficiente e honesto.

Paralelamente, as autoridades japonesas que ocupavam Shanghai reestruturavam a indústria para que ela pudesse suprir seus objetivos de guerra. Muitas empresas foram convertidas para a produção militar e fabricação de maquinaria e armamentos. No período final da guerra grande parte das fábricas de Shanghai era administrada pelas autoridades militares japonesas. Em 1945, com a saída do Japão, estas empresas foram retomadas pelo Kuomintang. A combinação entre as indústrias confiscadas pelo Japão no período de guerra e as fábricas desenvolvidas pelo CRN proporcionaram ao governo nacionalista um grande aparato industrial ao final dos anos 1940, com cerca de um terço da indústria moderna chinesa sob controle estatal. Em 1947 o Estado chinês controlava 90% da produção de aço e ferro, dois terços da eletricidade e 45% da produção de cimento. Além disso, grande parte dos bancos e das companhias de transporte também eram controladas pelo governo. A partir de 1949, com a derrota do partido nacionalista, este embrião de economia dirigida pelo Estado passa para o controle do governo comunista sob a liderança de Mao Tsé Tung (NAUGHTON, 2007:43-9).

A experiência chinesa com agressões estrangeiras entre 1839 e 1949 contribuiu para que a China se fechasse e suspeitasse das instituições e visões de mundo ocidentais. A aversão ao domínio externo durante o século de humilhações contribuiu para o desenvolvimento de estratégias socialistas sob uma política de portas fechadas. Além disso, as transformações econômicas experimentadas no período de guerra contra o Japão favoreceram a adoção de uma estratégia de industrialização socialista levada a cabo pelo novo governo. Os japoneses já haviam iniciado o desenvolvimento de uma indústria pesada na Mandchuria. Posteriormente, estas indústrias haviam sido tomadas pelo exército soviético para, depois, passarem para o controle do governo chinês.

Devido ao histórico de intervenção externa e os resultados catastróficos a que o povo chinês havia chegado em 1949, o novo governo comunista encontrou legitimidade para estabelecer controle direto sobre o setor industrial. Sendo assim, o

governo comunista não teve a necessidade de começar do zero uma política de industrialização, nem mesmo se engajar numa política de nacionalização das indústrias. Em 1949 a China ainda encontrava-se numa situação de pobreza, mas, não obstante, o desenvolvimento começara. A estratégia de desenvolvimento socialista empreendida entre 1949 e 1978, entretanto, desprezava a vitalidade da economia tradicional dos tempos da revolução industriosa. Quando a República Popular da China (RPC) foi estabelecida em outubro de 1949, a economia chinesa foi subitamente arrancada de suas bases tradicionais e passou por uma completa reorientação fundada no modelo soviético.

As novas lideranças ignoraram a economia tradicional baseada nas famílias e buscaram desenvolver um complexo industrial pesado sob administração direta do governo, numa economia planificada caracterizada por uma estratégia de industrialização de grande impulso (*big push industrialization*). Os setores característicos de produção com aplicação intensiva de mão-de-obra mais adequados à vasta população do país foram ignorados em favor de uma política de desenvolvimento que priorizava o investimento em indústrias que requeriam a aplicação intensiva de capital com a finalidade de produzir metais, maquinarias e produtos químicos. A União Soviética passou a ser, simultaneamente, o modelo a ser seguido, o principal parceiro comercial e a principal fonte de tecnologias de produção (NAUGHTON, 2007:55).

Sob o sistema de economia planificada todas as grandes fábricas e empresas de comunicação e transporte eram de propriedade do governo. No interior, coletividades agrícolas na forma de comunas assumiram a propriedade da terra e a gestão da economia do campo. Os planejadores do governo expediam metas de produção para as firmas e alocavam os recursos e bens entre os diferentes produtores. Os preços não serviam como elemento a ser considerado para a alocação de recursos na economia e as finanças eram aplicadas com o fim de auditar e monitorar a performance das empresas sob comando do governo, mas não direcionava as decisões de investimento. Além disso, o governo juntamente com o partido comunista consolidava seu poder sobre o controle da economia com um sistema hierárquico no qual o partido comunista controlava a carreira dos funcionários. O Estado socialista mantinha os termos do comércio entre as empresas estatais e o setor doméstico de maneira a favorecer fortemente as

primeiras. O excedente advindo das empresas controladas pelo governo constituiu a principal fonte de receitas durante este período. Com um sistema de preços distorcido, as empresas estatais eram extremamente rentáveis permitindo a implementação da estratégia de industrialização de grande impulso. O controle sobre o fluxo financeiro e o crédito também eram executados sob comando do governo por meio de um sistema bancário monopolista em conformidade com as diretrizes do Estado.

As políticas implementadas durante o período de economia planificada, no entanto ocasionaram um período bastante instável e conturbado para a sociedade chinesa. A recuperação econômica bem sucedida nos primeiros anos do governo socialista a partir das indústrias instaladas pelos japoneses no nordeste sinalizava que a industrialização sob o comando do Estado poderia expandir-se pelo país. O primeiro plano quinquenal, que compreendeu os anos entre 1953 e 1957 foi caracterizado pela adoção do modelo soviético de industrialização.

De acordo com o relato de Naughton (2007), houve praticamente um transplante da tecnologia industrial e do desenho organizacional soviéticos para a China. O ponto central do plano compreendia a construção de 156 grandes projetos industriais, todos eles importados da URSS. O surto inicial de investimentos, em 1953 ameaçou o retorno da inflação do período imediatamente anterior e logo foi descontinuado. Entre 1954 e 1955 a economia chinesa permanecia mista. Pequenas fazendas domésticas predominavam na produção agrícola, embora o governo já houvesse estabelecido o monopólio da compra de cereais com os agricultores sendo encorajados a formarem cooperativas. No final de 1956, quase a totalidade dos produtores agrícolas já encontravam-se organizados em cooperativas de produtores e a propriedade privada, que até então havia sobrevivido nos primeiros anos da RPC foi virtualmente extinta. Enquanto o governo injetava recursos nas novas organizações socialistas, o crescimento dos investimentos atingia novo pico. As ondas de mobilização produziram mudanças sociais e econômicas dramáticas. O modelo soviético estava definitivamente implementado e 1956 marca o primeiro ano em que a China operava uma economia de modelo completamente socialista (NAUGHTON, 2007:66-67).

O ritmo veloz de transformações, no entanto, começava a acarretar problemas para a economia. Milhões de trabalhadores foram absorvidos pelo setor estatal em 1956, muitos migrando das áreas rurais, a despeito das políticas de não migração implementadas pelo governo. Os salários médios cresciam com velocidade e uma inundação de crédito bancário fluía para as áreas rurais a fim de financiar as cooperativas industriais em gestação. No entanto, a produção agrícola estagnara.

Embora a rápida coletivização da agricultura não tenha provocado um declínio significativo da produção, as áreas rurais sofriam com as transformações institucionais abruptas implementadas pelo governo central, o que dificultava o atendimento da demanda pela produção no campo. Em meados de 1956, a política do governo sofria a primeira adaptação, transformando-se radicalmente em relação à que fora implantada no ano anterior. Passava-se, então, a enfatizar a importância de uma mudança gradual e cuidadosa, buscando um avanço mais prudente do que aquele que se havia começado a implementar um ano antes. No início de 1957 o partido convocara uma discussão política aberta, incentivando a expressão de outras escolas de pensamento a fim de promover melhorias no sistema socialista em vigor, no que ficou conhecido como a campanha do Desabrochar de Cem Flores. Esta campanha fundava-se sobre as tensões do superaquecimento do ano anterior.

Entre 1952 e 1957 a produção industrial expandira a uma taxa média de 17%. Praticamente todos os setores da economia haviam sido reabilitados e o terreno para o crescimento sustentado havia sido preparado a partir de um massivo investimento em treinamento e educação. Este foi também um período de rápida mobilidade social em que muitos agricultores migraram para as cidades e os jovens ingressavam nas escolas. Tendo acumulado alguma experiência na construção de sua trajetória de desenvolvimento a partir do modelo soviético, a China parecia então preparada para definir seu próprio modelo, mais flexível e talvez tendo mais considerações em relação ao mercado do que o modelo soviético em que se inspirou nos primeiros anos. Passados alguns meses do início da campanha do Desabrochar das Cem Flores, no entanto, as críticas ao modelo socialista se avolumavam. Os alvos principais constituíam, principalmente, a baixa qualidade de vida da população, a corrupção, o banimento à literatura estrangeira e a falta de diversas liberdades. O partido passou, então, a identificar as críticas como advindas

de setores liberais burgueses e Mao Tsé Tung decide encerrar a campanha tão abruptamente quanto houvera começado e restabelecer o sistema ideológico do Maoísmo. O que prometia ser um movimento de oxigenação e atualização do modelo de desenvolvimento chinês iniciado anos antes e que já apresentava resultados econômicos relevantes subitamente orientava-se rumo a uma catástrofe também sem precedentes com a nova campanha do Grande Salto Adiante, marcando um dos períodos mais negros da história econômica do século XX.

O fervor ideológico estimulou os oficiais do partido a competirem por resultados em seus reportes estatísticos. Embora tenha-se observado crescimento em 1958, os relatórios eram sistematicamente inflados gerando uma percepção do que ocorria na economia que não condizia com a realidade. Os líderes haviam se convencido de que a mobilização política sem precedentes seria o fator fundamental que havia permitido à economia chinesa superar as limitações de recursos que pareciam tão esmagadores no início de 1957. Cegos quanto às ameaças à economia chinesa naquele momento, as lideranças governamentais tomam duas decisões fatais: por um lado, reduzem a oferta de recursos de produção (tanto a terra quanto o trabalho) disponíveis para a agricultura, especialmente para a produção de alimentos; e, por outro, aumentam as cotas de remessa compulsória para o Estado. Se a primeira medida implicava em haver menos alimento no interior, a segunda implicava que o Estado ficaria com mais (Naughton, 2007:70). Com a absorção de cerca de 30 milhões de trabalhadores no setor estatal em 1958 combinado à menores reservas de alimentos e energia humana para o funcionamento do sistema agrícola, as colheitas começaram a declinar e os estoques de grãos do governo exauriam-se.

Em 1960 a escassez de alimentos já se deslocava de pequenas para grandes regiões. A China aproximava-se de uma crise de subsistência massiva concentrada no interior e nas áreas rurais. No fim de 1961, entre 25 e 30 milhões de mortes por fome eram contabilizadas no que foi a maior crise de fome do século. Entre 1961 e 1963 o governo então revê novamente suas premissas e reconhece a necessidade de ações drásticas. As comunas foram reestruturadas a fim de recolocar a responsabilidade pela produção agrícola nos grupos familiares de menor escala. Fábricas de pequeno porte foram fechadas aos milhares e a produção foi concentrada em um pequeno número de grandes plantas relativamente eficientes. O

controle sobre a economia foi novamente centralizado, as necessidades básicas racionadas a fim de minimizar a escassez e a produção reorientada a fim de fornecer insumos para a agricultura. Pela primeira vez a China entrava no mercado internacional de grãos passando a importar alimentos. As políticas de controle permaneceram até 1964. Os mercados foram reabertos a fim de possibilitar o escoamento da produção aos agricultores e promover o poder de compra. A importação de bens de consumo e a liberalização dos mercados gradualmente estabeleceram os preços em um novo patamar. No ano de 1963 as atenções já deslocavam-se da gestão da crise para a elaboração de novas políticas de longo prazo. A elaboração de um novo plano quinquenal indicava o afastamento das políticas de industrialização de grande impulso e uma busca pela restauração dos padrões de vida.

Entre 1964 e 1966, entretanto, as políticas moderadas desenvolvidas no período anterior foram descontinuadas e Mao Tsé Tung reorientava novamente a estratégia de desenvolvimento chinesa num pesado programa de construção focado nas províncias do interior. O objetivo seria criar uma base industrial capaz de permitir ao país uma independência estratégica. Ao construir novas fábricas nas regiões das montanhas centrais da China, Mao esperava garantir que a base industrial chinesa não ficasse vulnerável às pressões militares americanas, então em conflito com o Vietnã, e a URSS, cujas relações com o governo chinês se deterioravam. Com este novo programa, a industrialização de grande impulso era restabelecida como a principal política de desenvolvimento chinesa deste período, mas, novamente, seria interrompida abruptamente com o início da Revolução Cultural. Mais uma vez a China entrava em um período de agitação e ruptura política. Entre 1966 e 1969 Mao encorajou grupos de estudantes a montarem comitês revolucionários, a chamada Guarda Vermelha, cujo objetivo era atacar os suspeitos de deslealdade ao regime político e ao pensamento maoísta.

Além de combater a burocracia do partido comunista e as ideias divergentes à ideologia oficial, a Revolução Cultural também significava um ataque às tradições do passado chinês. No pensamento de Mao seria necessário eliminar as velhas ideias, a velha cultura, os velhos costumes e os hábitos que mantinham a China enfraquecida. Esta política resultou num verdadeiro massacre humano e institucional ao passo que os órgãos de poder e autoridade chineses, incluindo as

altas posições do PCC sucumbiam ao assalto das tropas de choque ideológicas da guarda vermelha. A civilização que até então era reconhecida por sua erudição passou por um período de transtorno em que as crianças voltavam-se contra os pais, estudantes queimavam livros e combatiam professores e altos oficiais do partido eram enviados para o campo e para as fábricas a fim de aprenderem técnicas revolucionárias com os camponeses e trabalhadores. O exército revolucionário foi até a aldeia em que vivera Confúcio com o objetivo de colocar um fim à sua influência sobre a sociedade chinesa de uma vez por todas. Locais de interesse histórico e cultural foram destruídos aos milhares, universidades foram fechadas e a sociedade que tradicionalmente fora governada por uma elite de letrados confucionistas passava a olhar para agricultores ignorantes como fonte de conhecimento. Com a Revolução Cultural, em uma só tacada a China voltava-se contra o bloco soviético, contra as potências ocidentais e contra sua própria história e sua cultura (KISSINGER, 2011:193-97). Do ponto de vista econômico, no entanto, o início da Revolução Cultural não causou grandes prejuízos. As políticas econômicas anteriores foram restabelecidas e o foco continuava na construção de uma indústria estratégica autônoma.

Entre 1969 e 1971, um novo salto adiante se engendrava. Junto com militarização da sociedade surgia uma nova tentativa de reviver os ideais do Grande Salto. Os incentivos materiais eram novamente criticados e os bônus eliminados; o controle sobre a tomada de decisões fora descentralizado e tentou-se, mais uma vez, promover o desenvolvimento urbano e rural simultaneamente. Diferentemente da primeira tentativa, esta foi acompanhada de uma política de austeridade desde seu início. Ao invés de tentar implementar toda a política de forma abrupta, o povo chinês foi incentivado a poupar e se empenhar na produção. A política demonstrava seus frutos e a produção rapidamente ultrapassou os níveis anteriores à Revolução Cultural. Em 1971, entretanto, novos problemas econômicos emergiam. O crescimento industrial acelerava a uma margem muito superior ao crescimento do setor agrícola. O aumento constante do número de trabalhadores industriais pressionava a demanda por alimentos. Um novo curso de políticas foi implementado e iniciou-se uma aproximação com as potências capitalistas.

Os anos de 1972 e 1973 viram a reemergência de uma política de desenvolvimento moderada, com investimentos reorientados para as regiões

costeiras em detrimento da região central privilegiada com a política anterior. Embates políticos, no entanto, impediram a completa reorientação das políticas chinesas. Mao permanecia recusando-se a aceitar críticas às políticas associadas à Revolução Cultural, ainda em curso, e encorajou um grupo de radicais que ficou conhecido como a Camarilha dos Quatro a impedir as tendências de racionalização da economia. A Camarilha dos Quatro foi bem sucedida na empreitada de radicalização cultural e ideológica, mas a política econômica foi deixada de lado entre 1974 e 1976. Este período foi caracterizado por um impasse na alta liderança que só veio a ter fim com a morte de Mao, em 1976. As novas lideranças que assumiram o controle do Estado, assim que tomaram o poder prenderam os integrantes da camarilha e voltaram suas atenções para as questões econômicas iniciando uma nova era de reformas.

A partir de 1977 um programa de recentralização moderada do comando foi empreendido e os investimentos foram mantidos em níveis modestos. A terceira plenária de 1978 inaugurava um novo período da economia e da política chinesa. Deng Xiaoping assume o poder em aliança com outros membros veteranos do PCC. Ideologicamente, houve um rompimento com o passado recente (1949-1976) e assuntos que eram considerados tabu sob a liderança de Mao, como a abertura econômica, puderam ser discutidos e uma série de novas políticas foi adotada. De 1979 em diante as políticas econômicas empreendidas configuram o período contemporâneo das reformas econômicas. O legado da economia tradicional teve papel fundamental para o período em que a China abria-se gradualmente ao regime de economia de mercado a partir de 1978.

Conforme a abertura chinesa avançava, a similaridade com a economia baseada nas famílias tradicionais chinesas forneciam um potencial para que o país se adaptasse às novas oportunidades econômicas. Negócios familiares de pequena escala brotavam por todo o país a fim de se aproveitarem das demandas de mercado negligenciadas durante o período socialista. Empresas rurais floresciam em várias áreas e com várias formas organizacionais, sobretudo nas regiões mais densamente populosas do país. Os centros econômicos tradicionais renasciam com grande velocidade. A macroregião do baixo Yangtzé recuperava sua primazia econômica tradicional enquanto que a importância do nordeste da China, coração da economia planificada, retrocedia. Houve um renascimento das formas

organizacionais dos mercados tradicionais, nas quais um grande número de empresas especializadas de pequeníssima escala dinamizavam a economia (QIAN, 2003; MASIERO, 2006; NAUGHTON, 2007).

"This pattern was exemplified by the intense entrepreneurial development of private business in Wenzhou, along the southern coast. Indeed, that China has been able to grow so rapidly after 1978 is due in no small part precisely to the entrepreneurial and competitive behaviors that had been nourished by the traditional economy. (...) Indeed China's approach to the transition overall, including a fiercely independent resolve to pursue a reform program with 'Chinese characteristics', may plausibly be linked to the traumatic 100 years of encounter with the West. In this and many other respects, China's contemporary economy includes a rediscovery of the traditional. Did China's traditional economy fail? It would be more accurate to say that the positive potential and achievements of China's traditional economy were repressed for years. War, civil war, and socialism seemed to make the traditional economy inadequate and irrelevant. From our contemporary standpoint, however, the traditional economy has rebounded. Commercial and entrepreneurial networks and behaviors, rooted in the past, have a new-found relevance and provide a positive legacy for the future." (NAUGHTON, 2007:52-53).

Desde 1978 a economia chinesa vem sendo transformada por uma sucessiva onda de reformas econômicas graduais e duradouras. A transição para uma economia de mercado pós-1978 pode ser caracterizada em duas fases distintas. A primeira baseou-se no bem sucedido setor agrícola vigente na China antiga. O principal intuito foi combinar a desarticulação da economia planejada da era Mao com o crescimento econômico. Mercados foram introduzidos, os tipos de propriedade diversificados, a competição estimulada, tudo com base no arcabouço institucional já existente (QIAN, 2003; NAUGHTON, 2007). Esta fase perdurou até 1993, quando inicia-se a segunda rodada de reformas, esta inserindo definitivamente a China na economia mundial globalizada, muito embora possa-se considerar que a segunda fase ainda continue em curso. Esta caracteriza-se pela reconfiguração institucional necessária para a inserção da China em um regime de economia de mercado. O Estado sofre um dramático encolhimento e há a criação de condições para estimular ainda mais a competição entre os agentes do mercado. Qian (2003) caracteriza as instituições da primeira fase das reformas como instituições de transição. Ao invés da China adotar as instituições 'certas' e aplicar as *best practices* internacionais, utilizou-se de mecanismos institucionais já disponíveis que, aos poucos, foram sendo reformadas para que a China aderisse ao sistema de economia de mercado.

Quando o PCC chega ao poder em 1949, implementa uma série de reformas, dentre as quais as restritivas políticas de imigração e a vinculação dos trabalhadores rurais chineses às comunidades agrícolas organizadas sob a forma de comunas, brigadas e grupos de produção. As comunas eram as responsáveis por coordenar a administração política e econômica de cerca de duas dezenas de vilas, bem como por supervisionar os grandes projetos de infraestrutura, como a construção de estradas, represas, projetos de reflorestamento, dentre outros. As comunas eram divididas em unidades menores denominadas brigadas, compostas de uma ou mais vilas. Dentro das brigadas, unidades ainda menores compostas por cerca de 30 famílias compunham os grupos de produção. Salvo em casos excepcionais como estudar em universidades ou ocupar postos no PCC, os residentes das áreas rurais eram impedidos de imigrar para as grandes cidades e deviam se manter vinculados às suas comunas (MASIERO, 2006).

A partir de 1978, de acordo com Spence (1995), as municipalidades tornam-se as sedes administrativas de regiões e condados, substituindo o papel antes exercido pelas comunas. As municipalidades passam a ser, então, o centro político, econômico, científico, cultural, educacional e de saúde das suas respectivas circunvizinhanças, sendo a principal função a direção econômica. As comunas são substituídas por distritos administrativos (*townships*); as brigadas e grupos de produção são substituídas pelas aldeias (*villages*) (MASIERO, 2006:429).

A abordagem de transição econômica chinesa pós-1978 distingue-se das experiências de abertura de outros países socialistas, bem como das experiências de industrialização tardia. Ao invés de procurar mover rapidamente o país para um sistema moderno de economia aberta, conforme as experiências dos países do leste europeu, as novas lideranças chinesas entendiam que sendo a China um país de baixa renda seria necessário adotar uma estratégia de transição gradual em que as reformas econômicas ocorressem concomitantemente às transformações do sistema. A esta fase inicial das reformas de abertura foi dado o nome de 'reforma sem perdedores' (LAU, QIAN & ROLAND, 2000).

Os reformadores percebiam a existência de necessidades não atendidas em diversas áreas da sociedade. A economia planificada despendera recursos em demasia nos gigantescos e custosos projetos de industrialização pesada, ao passo

que soluções de pequena escala, porém baratas e relativamente mais fáceis de serem implementadas, eram negligenciadas. As autoridades, em suma, decretaram que indivíduos e organizações estariam livres para empreender atividades que buscassem atender às demandas não satisfeitas e, com isso, auferirem rendas adicionais. O sistema de economia planificada começava a erodir e as reformas começaram a ser implementadas a partir das áreas rurais, fonte do dinamismo na época da revolução industriosa. Nestas áreas os primeiros reformadores criaram bolsões de atividades não reguladas a fim de que contribuíssem com os objetivos de desenvolvimento (NAUGHTON, 2007).

Sem o Estado de Direito para proteger a propriedade privada e com uma forte ideologia anti-direitos de propriedade herdados do período de planejamento centralizado, havia pouco incentivo para a instalação de empresas privadas. A terra continuava sendo de propriedade coletiva, isto é, das aldeias (*villages*) e dos distritos administrativos (*townships*). Assim, nos 15 primeiros anos de reformas, entre 1979 e 1993, a principal forma de novas empresas chinesas não eram nem de tipo privado, nem de tipo estatal convencional, mas empresas públicas pertencentes aos governos locais, esta uma inovação institucional chinesa, as chamadas "*township and village enterprises*" (TVEs). Com a dissolução das comunas, as TVEs surgem a partir de arranjos especiais regulados por contratos de responsabilidade formalizados entre os antigos grupos de produção e as autoridades locais.

Uma das características mais marcantes das reformas que fica evidente com a experiência das TVEs é a forte interação entre as lideranças rurais, as autoridades locais e a estrutura do PCC. Em um ambiente institucional como este, as empresas de propriedade dos governos locais encontraram mais segurança do que as empresas privadas para realizarem seus investimentos. Como o sistema político chinês não depende de suporte dos governos locais para a eleição das autoridades do governo central, o alinhamento entre estas esferas governamentais toma outras formas (como o provimento de bens públicos como construção de estradas, sistemas de irrigação, projetos e infraestrutura). Os interesses do governo central são assim, mais alinhados aos do governo local do que os de empresas privadas. Esta foi uma forma de promover o investimento nas províncias do interior, a industrialização e o crescimento econômico de dentro para fora, com grande absorção de contingentes de trabalhadores no sistema produtivo.

A descentralização das decisões econômicas deixou os governos locais relativamente livres do comando central e, ao mesmo tempo, os permitiu beneficiarem-se dos laços sociais de confiança existentes nas comunidades locais, o que induzia maior comprometimento com o bom desempenho das empresas. Esta medida imbuía estas organizações de propriedade coletiva de maior flexibilidade para se adaptarem às condições econômicas locais e desfrutarem de maior autonomia para as decisões relativas à distribuição dos lucros das atividades econômicas, ao planejamento da produção, às contratações e políticas de investimento (RODRIK, 2007: 189-90; MASIERO, 2006:434).

As TVEs passam a produzir não apenas produtos agrícolas, mas também insumos, materiais para a construção, ferramentas, pesticidas, serviços de transporte, alimentos processados e outros produtos industrializados. Com o passar do tempo, estas atividades permitiram que as famílias acumulassem montantes de capital gerando um clima econômico de desenvolvimento e florescendo um dinamismo econômico baseado em pequenos empreendimentos industriais e comerciais, além de inúmeros negócios ligados às atividades de avicultura, piscicultura e suinocultura. Muitos destes negócios eram desenvolvidos em parceria com empresas situadas nos centros urbanos, para os quais as TVEs tornaram-se fornecedoras.

Outra decisão que contribuiu para minimizar os distúrbios sociais e econômicos foi a adoção de um sistema de preços em *dual-track*, no qual os agricultores, ao contratarem suas porções de terra para a produção, acordavam em remeter uma determinada quantidade de cereais para o governo sob preços tabelados e baixos, porém com liberdade para vender o excedente no mercado a preços relativamente mais altos. Este sistema de preços em duas faixas (por isso *dual track system* ou *two-tier price system*), foi o que permitiu a coexistência de dois sistemas de coordenação da economia na fase inicial das reformas: o plano central e o mercado. Implementado com êxito inicialmente no setor agrícola, o sistema de duas faixas marcou profundamente o processo de liberalização subsequente, sendo estendido aos setores industrial e comercial no que constituiu o padrão de reformas característico do período entre 1978 e 1993.

Ao final da década de 1980, grande parte das empresas estatais também já estavam sendo submetidas a esta política. Lenta e gradualmente, as reformas promoviam a descentralização do poder e de recursos das mãos dos planejadores centrais passando-os aos atores locais, porém sem abdicar dos objetivos-chave da nova política de desenvolvimento. Este processo permitiu uma adaptação paulatina ao sistema de mercado ao reduzir barreiras de entrada e estimular o crescimento das forças competitivas de maneira balanceada, inclusive entre as empresas sob controle estatal. Enquanto a economia se desenvolvia, o planejamento centralizado tornava-se cada vez menos relevante e o país realizava seu crescimento cada vez mais 'fora do plano' (NAUGHTON, 1995).

Assim, ao desembaraçar-se gradualmente das instituições da economia planificada, a China evitou um colapso de transição típico da abertura repentina que as ex-economias soviéticas experimentaram. Em 1993, o mercado havia se expandido suficientemente a ponto de tornar o plano irrelevante. O foco das políticas passa, então, à criação de uma base institucional mais sólida para a economia de mercado em plena marcha (QIAN, 2003; NAUGHTON, 2007).

A política de reformas para as áreas rurais foi implementada a partir da decisão de reduzir a pressão governamental sob as quais os agricultores haviam sido sujeitados nos trinta anos anteriores. A convicção de que a economia rural necessitava de uma profunda reestruturação para se reabilitar deu ensejo ao governo para que as metas de aquisição fossem reduzidas gradualmente, os preços fossem aumentados e as condições para o desenvolvimento de outras atividades através das TVEs fossem criadas. Foi permitido às coletividades agrícolas experimentar diferentes formas de organização e comercialização da produção, bem como novos sistemas de pagamento. Uma grande variedade de abordagens inovadoras foi implementada, mas a solução mais usual se deu através dos contratos de responsabilidade para a produção agrícola familiar. Famílias de agricultores cuidavam da gestão do ciclo de produção agrícola em um pequeno pedaço de terra sujeitas a um acordo que previa o retorno em espécie após a colheita. Essencialmente, esta política recriou o sistema de economia familiar tradicional que vigorou por séculos antes da invasão estrangeira que fez mergulhar a China no século de humilhações.

Os resultados desta política foram surpreendentes. A instituição do contrato de pequenas porções de terra para as famílias alastrou-se rapidamente pela China rural e tornou-se um fenômeno quase universal já em 1983. A partir de então, observa-se um surto de produção agrícola, o qual contou também com a crescente disponibilidade de insumos modernos como fertilizantes e os preços crescentes. Em 1984 a produção de cereais era mais do que um terço maior do que os níveis de 1978. A China já não carecia de estoques de alimentos. As décadas em que a industrialização foi repetidas vezes impedida devido às deficiências agrícolas pareciam ter terminado de uma vez por todas. Por outro lado, uma vez autorizados a alocarem sua própria força de trabalho mais livremente, os agricultores conseguiram aumentar a produção de cereais enquanto reduziam o número de dias passados no campo.

Assim, ao passo que a produção agrícola aumentava promovia-se paralelamente a alocação de trabalho em atividades não-agrícolas, o que permitia a geração de renda extra no campo. O número de trabalhadores nas TVEs aumentava aceleradamente, embora este novo tipo de organização produtiva com profundas raízes na tradição chinesa não estivesse contemplada deliberadamente nos planos do governo. Além de suprirem a demanda reprimida, as TVEs também criavam pressões competitivas para as empresas sob o comando do governo, o que serviu como elemento adicional para dinamizar a economia nesta nova etapa. A atividade das TVEs constituiu, assim, ao mesmo tempo, uma ruptura com o passado recente das políticas implementadas na era Mao e um retorno ao passado pré-industrial, o que promoveu uma série de mudanças importantes. Este pano de fundo estimulou os reformadores a aprimorar outros setores em que os esforços ainda não surtiam efeitos.

Entre 1978 e 1996 as TVEs desempenharam um importante papel catalizador para a transformação da economia chinesa de uma economia planificada para uma economia de mercado. Induziram a competição para as empresas estatais industriais e conduziram o processo de abertura lentamente com absorção da força de trabalho e promovendo o aumento da renda rural. No início da década de 1990 as atividades produtivas das TVEs indicam estar chegando a um pico e o governo central decide, então, promover novas reformas para estimular o desenvolvimento do setor privado. Com a economia dinamizada, inicia-se um processo de

privatização entre 1995 e 1996 em que as TVEs passam por uma conversão para estruturas de propriedade e direção privadas.

Qian (2003) destaca três mudanças importantes que estimularam a privatização das TVEs: primeira, ao final da década de 1990 empresas de propriedade privada passavam a obter mais legitimidade com o incentivo de novas legislações promovidas pelo governo central, como a lei das empresas. Com isso, o benefício das TVEs em relação a um ambiente de direitos de propriedade mais seguro diminuía. Segunda, na medida em que a economia se abria, tanto o mercado de produtos quanto o de trabalho tornavam-se mais competitivos. A falta de incentivos gerenciais nas TVEs fazia com que elas tivessem um alto custo sem necessariamente apresentar desempenho compatível. Com o mercado dinamizado e a entrada de empresas privadas, as TVEs começam a perder seus bons funcionários para as empresas estrangeiras ou as *joint ventures*, que ofereciam melhores salários e condições de trabalho. E, terceira, as reformas nos sistemas monetário e bancário tornaram as instâncias bancárias mais independentes dos governos locais e as TVEs passaram a encontrar maiores dificuldades para encontrar crédito barato junto aos bancos (Qian, 2003:325).

A segunda etapa de reformas econômicas iniciada a partir de 1993 é caracterizada por um maior foco nos sistemas financeiro e regulatório. O sistema de duas faixas já não tem mais uma função a cumprir e é encerrado. Ao passo que a economia se liberaliza há um movimento de recentralização da tomada de decisões e do controle sobre os recursos do país. As responsabilidades administrativas passam a ser melhor divididas entre o governo central e a administração local. As funções regulatórias e de gestão macroeconômica são fortalecidas com o estabelecimento de um sistema fiscal mais sólido e confiável.

Durante os quinze primeiros anos das reformas pós-Mao o sistema fiscal foi se debilitando devido a estratégia de transição que enfatizava a descentralização, concomitante à liberalização de recursos monopolizados pelo Estado para serem explorados no mercado. Apesar do êxito alcançado na transição, no início dos anos 1990 os sinais de que a China ingressava em uma séria crise fiscal estavam claros. A partir de 1995 um moderno sistema tributário começa a ser gradualmente implementado. No que concerne à política macroeconômica, viu-se o início de um

novo regime de políticas que dirigia menos crédito barato ao setor estatal e estimulava a evolução dos preços. As empresas estatais começaram a se responsabilizar cada vez mais pelos seus resultados financeiros em razão do crescente aperto orçamentário. Uma política macroeconômica mais austera garantiu a estabilidade a longo prazo e criou as condições para que as reestruturações empresariais fossem orientadas pelas forças de mercado.

As reformas regulatórias introduziram novas regras que, a princípio, foram igualmente aplicadas a todos os atores econômicos. O foco maior voltava-se para a criação e a regulação da competitividade como uma força de transformação econômica em detrimento da ação direta do governo na gestão das empresas. Naquele momento fazia-se necessário aperfeiçoar os ambientes legal e regulatório e reduzir as distorções mais graves do sistema econômico. A partir de 1994 é estabelecida uma taxa uniforme de 17% sobre o valor agregado, além de outros impostos, os quais foram sendo gradualmente ampliados nos anos seguintes.

Além disso, a reforma fiscal serviu também para estabelecer uma relação fiscal entre o governo central e as administrações locais em bases mais sólidas e estáveis. Uma série de novas regras para a repartição das receitas entre o governo central e o das províncias foi estabelecido. Paralelamente, o sistema bancário entra em um profundo processo de reestruturação. Ao final da década, o Banco Popular da China (BPC) passa a conduzir a política monetária mais ativamente. Devido ao aumento da austeridade macroeconômica, os bancos comerciais estatais passam a enfrentar um arroxamento orçamentário cada vez mais forte à medida em que o acesso fácil aos recursos financeiros do Estado iam sendo cerceados. As exigências mais rígidas para a tomada de crédito eram, então, repassadas à clientela formada basicamente por empresas públicas. Tão logo a constituição de um sistema baseado em um banco central efetivo fora implementado, as autoridades bancárias punham-se a enfrentar os problemas de frouxa supervisão financeira e empréstimos de baixa ou nula performance em praticamente todos os bancos do Estado. Em 1999 são estabelecidas quatro empresas gestoras de ativos para assumirem o controle dos empréstimos inadimplentes e liquidá-los. Em 2003 as funções de fiscalização do BPC são desmembradas passando à responsabilidade da Comissão de Regulação Bancária da China.

O estabelecimento da Lei das Empresas em 1994 sinalizou o início de uma nova rodada de transformações institucionais com a promoção da uniformização do marco legal para os diversos tipos de estrutura de propriedade então vigentes: as empresas estatais, as de propriedade coletiva, dentre as quais as TVEs, as privadas e familiares e as de capital estrangeiro. As empresas estatais tradicionais, criadas sob o regime planejado, encontraram, então, um ambiente institucional que permitiu sua conversão às formas corporativas mais apropriadas ao sistema de economia de mercado.

Uma vez transformadas em corporação, as empresas estatais passavam a contar com a possibilidade de diversificar sua estrutura de propriedade pela venda de quotas. Esta estrutura facilitou a eventual privatização e ensejou novas formas híbridas de propriedade. Ao mesmo tempo, um conjunto de agências governamentais dentre os quais a Comissão de Supervisão e Administração dos Ativos Estatais (SASAC na sigla em inglês), um escritório de propriedade intelectual e um instituto para a supervisão da qualidade era estabelecido a fim de lidar com as demandas de regulação. A China progredia rumo a um Estado regulatório que permitiu, além da estabilização, o ingresso na Organização Mundial do Comércio em 2003, após um longo processo de adaptação aos padrões internacionais de concorrência externa.

Dentre os principais resultados alcançados pela rodada de reformas iniciada em 1993, destaca-se o ambiente macroeconômico marcado pela estabilidade de preços e controle da inflação. Este novo contexto reforçou a pressão competitiva entre as empresas chinesas, especialmente entre as públicas. Com maior pressão concorrencial e menor acesso ao financiamento por parte dos bancos governamentais, as empresas estatais foram estimuladas a promover reestruturações e enxugamentos significativos, envolvendo, em alguns casos, privatizações. Ao longo destas reformas as empresas privadas foram paulatinamente adquirindo reconhecimento e legitimidade. Esta rodada de reformas, no entanto, embora mantivesse o gradualismo, impôs algumas perdas significativas para grupos sociais relevantes. Em contraste com a primeira fase esta segunda etapa Naughton (2007) chamou de 'reforma com perdedores'. Os principais afetados foram os trabalhadores das empresas estatais que compunham um grupo relativamente privilegiado até então. Milhões foram despedidos ou abandonaram as firmas que não conseguiram

se adaptar aos novos tempos de economia liberalizada. Sujeitos à instabilidade empregatícia pela primeira vez desde o estabelecimento da RPC, alguns grupos de trabalhadores estatais enfrentavam pela primeira vez perdas de renda e de estatuto social. Em síntese, os grupos sociais encontravam-se menos protegidos da influência das forças competitivas do que no passado. Ao passo que a transição avança, seus benefícios são mais desigualmente distribuídos do que eram no início da abertura nos anos 1980.

4.5. FUNDAMENTOS CULTURAIS DA INOVAÇÃO

Os produtos chineses são habitualmente associados à pirataria, à cópia fajuta, às quinquilharias, à falsificação, aos *xing-lings* dos camelôs. Esta é a maneira ocidental de ver e entender a cópia, a imitação, sempre com uma conotação pejorativa. Também é comum ver-se atribuir à competitividade chinesa a mão-de-obra não qualificada comparativamente muito barata, a uma ideia de concorrência desleal baseada na exploração dos trabalhadores. De fato, a partir de meados da década de 1980 até recentemente a competitividade internacional chinesa sustentava-se sobre o diferencial competitivo do baixo custo da mão-de-obra. Mas ao que parece o tempo dos produtos de baixo valor agregado passou e a China começou a inovar. Cabe, no entanto, uma importante ressalva: ao seu modo.

Na teoria de Schumpeter (1934), a economia industrial evolui por meio de ciclos de "destruição criadora", fenômeno que consiste na aplicação de um conjunto de novas tecnologias aos processos de produção, o que leva à destruição das tecnologias tradicionais. Os ciclos econômicos são então compreendidos como sendo compostos por uma fase inicial de ascendência, quando as novas tecnologias são empregadas e proporcionam taxas de lucros mais elevadas aos empresários inovadores. Os empresários que seguem com a aplicação das tecnologias tradicionais ou são forçados a adotar as novas tecnologias, ou perdem mercado, podendo, inclusive, ser extintos. Numa segunda fase ocorre a estabilização dos lucros, que diminuem para patamares menores em função da disseminação das novas tecnologias que passam então a ser adotadas pelas demais empresas do mercado e o conseqüente acirramento da concorrência. Na fase final, observa-se o

excesso de oferta, as tecnologias tornaram-se tradicionais e a queda nos lucros dá ensejo a inauguração de um novo ciclo, a partir do emprego de novas tecnologias.

Schumpeter (1934) distingue as inovações entre as de tipo radical, que provocam rupturas intensas nos processos produtivos, e as de tipo incremental, que dão continuidade de forma mais ou menos gradativa às transformações. Na sua categorização identificou cinco tipos: inovação pela introdução de um novo bem ou de uma nova qualidade a um bem existente; pela introdução de um novo método de produção; pela abertura de um novo mercado; pelo acesso a uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados; e pela criação de novas estruturas de mercado em uma indústria.

Do ponto de vista da estratégia competitiva, podemos considerar que historicamente a competição pelos mercados à maneira ocidental ocorre de duas maneiras: através da diferenciação de produto; e através do barateamento de custos (PORTER, 1980). Além destas, Porter também distingue a estratégia de focalização em um segmento de mercado. Mas no âmbito da indústria como um todo a diferenciação e a liderança em custo constituem as duas estratégias genéricas. A estratégia de diferenciação consiste basicamente em colocar um novo produto no mercado, buscando conseguir vendê-lo a um preço *premium*. São os chamados topo de linha ou alta gama. Através deste movimento, as empresas ocidentais buscam reverter a queda de preço que tende a dominar a curva do ciclo de vida dos produtos. Com o desenvolvimento de sucessivas inovações de produto escapa-se do barateamento, evita-se a commoditização e o mercado se renova. Consegue-se isto melhorando o desempenho do produto – não importando se a melhoria é real ou subjetiva. O esforço da empresa é empregado no sentido de se aprimorar o desempenho do produto sempre sob a perspectiva do consumidor. Tal é a obsessão típica das empresas norte-americanas, conforme foi apontado por Christensen (1997).

A família que abriga este primeiro conjunto de técnicas inovativas empregadas no Ocidente chama-se 'tecnologias sustentadoras de posição'. Já o segundo modo, via barateamento de custos, consiste basicamente na busca de baixos custos de produção, o que pode ser obtido com o aumento da escala de produção ou com a redução dos custos fixos, principalmente os relativos à mão-de-

obra. Neste caso os métodos são pouco criativos e o processo se caracteriza basicamente pela transferência de fábricas para regiões onde o custo do trabalho seja comparativamente mais barata, conforme o que ocorreu com muitos países do então chamado terceiro mundo a partir da década de 1970, a China inclusive (CASTRO, 2008).

Enquanto que o primeiro movimento amplia o mercado a partir das classes mais altas — movimento tipicamente schumpeteriano — sensibilizando os consumidores com maior poder aquisitivo, o segundo segue em sentido oposto: dirige-se às classes de baixo poder aquisitivo. Ao longo do tempo, o primeiro movimento tende a criar diferenciais que nenhum outro concorrente possui, as chamadas tecnologias proprietárias, (p. ex. Apple, Volvo, Acer, Pentium, Siemens...), os quais são obtidos pelas denominadas competências distintivas que a empresa desenvolveu deliberadamente no curso de sua história (PRAHALAD & HAMEL, 1990). Tais diferenciais, no entanto, podem ser compreendidos, ao mesmo tempo, como vantagens tanto como aprisionamentos (CHRISTENSEN, 1997).

Ao passo que determinada inovação diferencia uma empresa de suas concorrentes, produz uma linhagem de produtos e diferenciais competitivos que as escraviza. As grandes empresas que produzem inovação de ponta, podem ser entendidas, assim, como prisioneiras de suas vantagens competitivas. As pequenas empresas, por sua vez, são muito menos aprisionadas, muito mais livres e muito mais flexíveis. Daí que, segundo Christensen, as pequenas empresas são o *loci* das tecnologias disruptivas, que 'quebram' a linhagem, que rompem com o aprisionamento. As grandes empresas possuem custos afundados (*sunk costs*), investimentos cristalizados que as impedem de romper com a linhagem de inovações pelas quais optaram no passado. Neste sentido, pode-se afirmar que existe uma lógica para o rompimento da rota tecnológica. Por envolverem um risco muito mais alto, as tecnologias disruptivas tendem a ocorrer nas pequenas empresas. Este é o fenômeno que vem ocorrendo na China, não necessariamente nas pequenas empresas, já que as dimensões da China são muito diferentes das ocidentais.

Christensen assinala, ainda, que o Ocidente ficou aprisionado a estes dois tipos de processos inovativos – tecnologias sustentadoras de posição e

barateamento de custos –, o que acarreta o fenômeno do *overshooting* tecnológico, o qual gera o encarecimento do produto com qualidades excessivas, porém nem sempre úteis. Se, por um lado, este *overshooting* tecnológico tende a forçar o deslocamento da curva da demanda para cima, gera como consequência uma contra-tendência à simplificação.

Este é justamente um dos fatores que levou a China a investir nas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), uma política determinante para intensificar a industrialização na China e atrair o investimento estrangeiro através de empresas transnacionais. As empresas destas regiões são atraídas pelo baixo custo da mão de obra e pelo enorme potencial do mercado interno chinês, mas põem-se a produzir também para mercados como o de Nova Iorque. Com este movimento, a China conseguiu alterar a sua inclinação a produzir produtos de baixo valor agregado. As ZEEs possibilitaram resolver o problema de abastecer o mercado interno chinês e simultaneamente conseguir produzir para exportação com preços baixos.

A empresa ocidental, então, adotou um percurso que lhe permitiu manter e ampliar sua indústria de inovações. Conseguiu conjugar as duas principais estratégias de competição: a busca pelo barateamento foi realizada por meio da ampliação da escala, pela reorganização dos processos de produção e pela transferência de fábricas para locais com mão-de-obra barata; a inovação de produtos deu-se com a manutenção das atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) sob seu domínio no país de origem, por considerá-lo estratégico. A empresa Apple é a que hoje melhor exemplifica este tipo de ação mercadológica que conjuga as duas estratégias.

A China inaugurou uma via alternativa, promovendo inovações a partir de produtos já inventados, não com a finalidade de desenvolver novos produtos, mas para baratear o processo de produção. Zeng & Williamson (2007) destacam o fenômeno de inovação de custos. A primeira grande mudança em termos de impacto da China reside no fato de que ela conseguiu baixar os custos de P&D visando, não o desenvolvimento de produtos inovadores com preço *premium* voltado para as camadas mais altas, mas o radical barateamento de produtos sofisticados voltados para as classes mais baixas. O objetivo da pesquisa chinesa é, desta forma, totalmente diverso do objetivo da pesquisa ocidental. Enquanto que no Ocidente a

pesquisa tem como finalidade fugir dos preços baixos, na China visa justamente alcançá-los.

A China utiliza o trabalho qualificado de engenheiros e administradores de forma a tornar os processos e produtos mais simples, mais baratos, mas não necessariamente menos sofisticados tecnologicamente. A diferença está em que a China, por enquanto, não utiliza exclusivamente tecnologia de ponta, não busca romper a fronteira tecnológica como o faz o Ocidente. A China utiliza também as tecnologias de 2ª e 3ª gerações, justamente devido ao seu objetivo não ser inovar para produzir produtos novos, mas utilizar as tecnologias disponíveis de forma a baratear produtos que possam ser comercializados tanto em seu mercado interno quanto em mercados externos de forma competitiva.

Com estes padrões de comportamento, a China conseguiu adotar uma postura diferenciada para emergir durante a crise de 1998. Descobriu processos de barateamento e de afirmação. Forjou seu próprio caminho. Neste sentido, o baixo custo da mão de obra, em si, não configura uma vantagem antissocial espúria, como é de costume se ver considerar a vantagem comparativa chinesa. São vantagens autênticas e que foram utilizadas estrategicamente. A perspectiva histórica, conforme traçamos acima, favorece a compreensão.

Breznitz & Murphree (2011) utilizam a metáfora d'*A Corrida da Rainha de Copas* para explicar o caminho chinês, numa alusão à história de *Alice Através do Espelho*. Na fábula de Lewis Carroll, a Rainha de Copas, a fim de permanecer no mesmo lugar, precisava correr o mais rápido que pudesse. No campo científico, a hipótese da Rainha de Copas tem origem na biologia evolutiva, tendo sido desenvolvida por Leigh Van Valen (1973) a fim de explicar a coevolução das espécies em um sistema evolutivo, como se se tratasse de uma corrida armamentista evolucionária. O exemplo mais clássico é o do predador e da presa, que precisam desenvolver suas aptidões específicas a fim garantir a manutenção de ambas as espécies. A espécie da presa precisa desenvolver a habilidade de correr a fim de que sua espécie não seja extinta pelos predadores; a espécie dos predadores, por sua vez, também precisa desenvolver sua habilidade de correr mais rápido a fim de garantir sua sobrevivência. Ambas as espécies, ao desenvolverem suas aptidões, coevoluem.

A literatura de economia e gestão utiliza-se desta mesma metáfora a fim de explicar o desenvolvimento de vantagens competitivas entre as empresas nos mercados concorrenciais numa perspectiva dinâmica que dá destaque ao processo de aprendizagem organizacional. Na visão de Barnett et. al. (1996; 2002; 2005; 2008) a competição tanto exclui as empresas menos adaptadas quanto estimula a aprendizagem organizacional entre as rivais que conseguem permanecer, gerando o acirramento da competição. As organizações que conseguem sobreviver à competição, se por um lado tornam-se mais adaptadas, por outro fazem com que a competição se torne mais intensa aumentando a pressão para a aprendizagem das organizações.

1) Competition among organizations triggers internal organizational learning processes; and 2) Learning increases the strength of competition generated by an organization. Taken together, these propositions suggest that competition and learning reinforce one another as organizations develop – a process known in general evolutionary theory as the “Red Queen” (BARNETT & SORENSON, 2002:290).

Breznitz & Murphree (2011), no entanto, consideram que "a corrida da Rainha de Copas é um objetivo estratégico sustentável para o crescimento econômico nacional [chinês], não o resultado acidental de uma corrida concorrencial". Os autores argumentam que a China se destaca ao manter suas indústrias de bens e serviços em perfeita harmonia com a fronteira tecnológica: "como a Rainha de Copas, corre o mais rápido possível a fim de permanecer no cume da fronteira tecnológica global sem realmente ultrapassá-la" (BREZNITZ & MURPHREE, 2011:03).

É interessante notar que a mesma lógica foi aplicada à época em que a China era a maior potência econômica do mundo, logrando empurrar a barreira malthusiana ao seu limite máximo. Esta semelhança não é obra do acaso. Na fase econômica atual, enquanto a fronteira tecnológica avança, as empresas chinesas correm o mais rápido possível para manter-se no limite da fronteira. Novas práticas para os novos tempos, porém sobre as mesmas raízes. Em um sistema econômico internacional de produção globalmente fragmentada, a China pode, assim, sobressair em um grande conjunto de atividades inovadoras que não forcem o avanço da fronteira tecnológica, mas que podem certamente transformar o funcionamento da economia global. Enquanto outros países fazem avançar a

vanguarda tecnológica, a China aumenta sua importância enquanto local chave para inovações construídas sobre as descobertas dos demais. Este é mais um dos inúmeros exemplos de assimilação das culturas estrangeiras sem subjugação.

A análise do caso chinês por estes autores refutam o mito de que excelência em inovação, definida como criação de novas tecnologias, produtos e serviços, é o cerne do crescimento econômico. O crescimento econômico chinês de dois dígitos sustentado por décadas servem como base da argumentação de que a estratégia de não inovar, mas utilizar as tecnologias de segunda e terceira geração, também é capaz de promover o crescimento.

Para Rosenberg (1983), o processo de adoção de uma nova tecnologia ou de utilizá-la a fim de criar uma nova indústria é tão importante para o crescimento econômico quanto inventá-la. Gerschenkron (1962) argumentou que países atrasados devem primeiro dominar o estado da técnica antes de começar a promoverem inovações e tornarem-se verdadeiras potências econômicas. Este foi o principal argumento dos estudiosos das Novas Economias Industrializadas (NEIs) da Ásia, também chamados de tigres ou dragões (AMSDEN, 1989, 2001; AMSDEN and CHU, 2003; CHENG, 1990; FIELDS, 1995; S. HONG, 1997; JOHNSON, 1982; KIM, 1997; LEVI-FAUR, 1998; NOBLE, 1998; WADE, 1990; WOO-CUMINGS, 1991). Tal perspectiva é verdadeira para um mundo de indústrias verticalmente integradas e com os ciclos de vida de produto estáveis, conforme o contexto concorrencial que as economias destes países enfrentaram. A economia chinesa, por sua vez, encontrou um ambiente diferente, em que os processos produtivos encontram-se mais fragmentados, o que a possibilitou adotar estratégias diferentes e novas maneiras de inovar.

Na atual era da produção fragmentada, em que cada país se especializa não apenas em indústrias específicas, mas também em estágios de produção específicos, e na qual produtos realmente novos são fabricados globalmente sem serem produzidos nos países onde foram concebidos, há diversas formas de inovação que contribuem para o crescimento econômico sustentável a longo prazo. Na medida em que a China se tornou a nova fábrica do mundo, o centro global para diversas fases da produção, também desenvolveu uma importante capacidade competitiva para inovar em diferentes etapas da cadeia de pesquisa,

desenvolvimento e produção, que são tão ou mais fundamentais para o crescimento econômico quanto as inovações de produto.

A proeza da China tem sido, assim, dominar a arte de desenvolver as inovações de segunda geração disponíveis – inclusive com a combinação de tecnologias e produtos estabelecidos de forma a alcançar novas soluções – e a inovação organizacional, incremental e de processos. Vários são os exemplos: DVDs (ZONENSCHAIN, 2006; FENG & LING, 2003; WILLIAMSON & ZENG, 2007; BREZNITZ & MURPHREE, 2011), adegas climatizadas (WILLIAMSON & ZENG, 2007), aparelhos de ultrassom e raio-X (IMMELT *et al.*, 2009), empresas de telefonia móvel (BREZNITZ & MURPHREE, 2011). Para Breznitz & Murphree (2011), a China e seu modelo de corrida da Rainha de Copas diferem do anterior modelo de *fast follower* das NEIs asiáticas.

Enquanto o modelo de produção verticalizada vigorou, as NEIs confiaram nos seus campeões nacionais em forma de conglomerados que buscaram dominar cada fase da produção. No mundo de produção fragmentada, as companhias de TI chinesas bem sucedidas obtiveram destaque global a partir da especialização em fases de produção específicas e um foco industrial mais estreito. O processo de fragmentação e especialização regional em diferentes tipos de inovação começou como um resultado das transformações da estrutura de custos, tecnologias e a abertura do sistema internacional de comércio. Uma vez começados, estes processos se auto reforçaram devido à dinâmica interna da modularização, caracterizada pelas (1) economias de escala e escopo na fase de produção e pela (2) especialização de fases da produção.

Economias de escala e escopo em etapas da produção: efeito pelo qual os fornecedores de cada fase de uma cadeia de produção concentram a demanda de diversos clientes, criando economias de escala e escopo, as quais divisões *in-house* não seriam capazes de ter. Estas economias de escala e escopo permitem que os fornecedores tornem-se mais eficientes e que operem com lucratividade em margens significativamente menores do que aquelas alcançadas por divisões de produção *in-house*. Estas vantagens de custos permitem que eles baixem seus preços enquanto oferecem produtos de qualidade similar ou maior, além de

aumentar a velocidade da tendência de terceirizar fases de produção ou atividades de prestação de serviços em etapas da produção.

Enquanto as empresas norte-americanas desenvolveram no passado capacidades organizacionais e de inovação para operações de larga escala, mesmo em seu apogeu o sistema americano esteve focado na produção em massa e não era capaz de produzir flexivelmente um grande conjunto de produtos num mesmo lugar e nas mesmas linhas de produção. Este fenômeno particular das empresas chinesas cria uma capacidade de produção em massa ultraflexível.

Especialização em etapas da produção: processo pelo qual empresas desenvolvem capacidades superiores em fases ou componentes de produtos específicos ou redes de serviços em consequência da decomposição da produção de bens e serviços (BREZNITZ, 2007b). Esta especialização possibilita que as empresas tornem-se melhores e mais eficientes em um conjunto restrito de atividades. Isto as ajuda a obter capacidades e conhecimentos especializados que as empresas mais integradas verticalmente não são capazes de obter. Uma vez desenvolvidas, estas capacidades possibilitam as empresas a distinguirem-se pela inovação direcionada a fases específicas da produção ou prestação de serviços e a conjuntos de componentes nas quais se especializam.

Firmas e países precisam de diferentes modalidades de inovação a fim de prosperarem em diferentes estágios da produção. Uma vez que países começam a desenvolver capacidades de inovação que os possibilita distinguir-se em uma determinada etapa da produção, um processo de consolidação irá aumentar significativamente a probabilidade de que esta indústria nacional siga uma trajetória particular de crescimento que utilize estas capacidades. Cria-se uma situação de interdependência entre firmas que constituem as redes globais de produção, tendo cada um desses conjuntos capacidades inovativas singulares em determinadas etapas da produção. Este novo modelo de produção globalizada cria novas dependências entre países e indústrias. Por um lado, a indústria chinesa de TI precisa que as empresas estrangeiras que desenvolvem novos produtos continuem produzindo na China. Por outro, as empresas estrangeiras precisam contar com as empresas chinesas para produzirem seus novos produtos a baixo custo, uma

capacidade que elas não mais possuem. A rainha de copas é estimulada a correr cada vez mais (BREZNITZ & MURPHREE, 2011).

Num exemplo, a China precisou da Apple para que ela desenvolvesse o conceito e a definição do que seriam o iPod, o iPhone os Macs. Mas a Apple não é capaz de produzi-los e vendê-los sem a China. No mundo da produção em massa flexível a China depende que os inovadores de produtos continuem produzindo novas ideias e, por sua vez, os países inovadores precisam que a China continue inovando em quase todos os aspectos da produção e da entrega. A visão de mundo expansiva do ocidente pode ser ilustrada nesta obsessão pelo avanço da fronteira tecnológica. A visão de mundo introspectiva da China fica clara no desenvolvimento das inovações para barateamento dos custos. Um volta-se para o mundo exterior, para o que não existe, para o novo como criação. O outro para o que já se tem, para o aperfeiçoamento daquilo que já se dispõe. Volta-se para dentro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal motivação para a realização deste estudo foi analisar a relação entre cultura e desenvolvimento. Este não é um tema novo, visto que está presente nas teorias clássicas da modernização, conforme procurei demonstrar no primeiro ensaio que compõe esta tese, mas com frequência é um assunto mal endereçado, conforme o segundo ensaio expõe. A ascensão da China, no entanto, permite-nos atualizar esta discussão, jogando novas luzes sobre esta relação. Este foi o assunto que desenvolvi no terceiro ensaio.

Uma das obras mais influentes que relacionou cultura e desenvolvimento foi *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, na qual Max Weber explica o surto do desenvolvimento capitalista a partir dos valores de tipo protestante. Trata-se de um estudo fundamental para se compreender o desenvolvimento das sociedades ocidentais capitalistas no século XX. Mas seria esta obra adequada para projetarmos o desenvolvimento das sociedades atrasadas no século XXI? A resposta a esta questão seria: em parte, dependendo de como se lê esta obra.

Ao relacionar os valores da ética protestante ao surto do desenvolvimento capitalista nas sociedades ocidentais, Weber realizou um esforço de natureza descritiva. Logo, não estava preocupado em fornecer modelos para o desenvolvimento das sociedades, mas tão somente explicar o fenômeno que observava ocorrer na Europa e nos Estados Unidos à sua época. No entanto, o sucesso do modelo de desenvolvimento empreendido pelas sociedades ocidentais conjugado ao poder de explicação de sua tese e à maneira como foi apropriada no âmbito dos estudos sobre o desenvolvimento parece ter influenciado determinadas correntes de estudiosos a quererem fazer daquela descrição uma prescrição. Esta seria uma leitura tão ingênua quanto equivocada, na medida em que assume ser necessário certo conjunto de valores para que o desenvolvimento ocorra.

Uma leitura mais adequada não pode deixar de considerar a natureza descritiva do esforço empreendido por Weber. Neste sentido, sua tese pode servir como inspiração para que novos esforços sejam realizados a fim de descrever/explicar o desenvolvimento das sociedades atrasadas no contexto atual, como é o caso do Brasil, como é também o da China. Abrimos, assim, a possibilidade de interpretarmos as modernidades em suas múltiplas formas, não

como um único padrão. Esta tese constitui um esforço neste sentido, ao analisar o desenvolvimento recente da economia chinesa a partir de seus traços culturais específicos.

A emergência das economias dos países em desenvolvimento em meio à crise das economias dos países desenvolvidos constitui um momento raro na história, um momento em que as oportunidades de progresso são redistribuídas e as alternativas estratégicas ganham espaço. A crise econômica que assola as potências desenvolvidas não se restringe apenas aos mercados financeiros, mas repercute também no plano das ideias, abalando certezas e verdades que vigoravam e ditavam as regras e os modelos da formulação de políticas nacionais e das relações internacionais até então.

Momentos de grande transformação como o atual provocam impactos de grande alcance sobre as perspectivas em relação ao passado, ao presente e ao futuro. O presente muda, o futuro fica nebuloso, em aberto, mas muda também, principalmente, o passado. O passado se redefine na medida em que as interpretações sobre o passado se transformam em função dos fatos imprevistos que ocorreram. A crise atual e a emergência da China são os principais exemplos que abalaram as convicções estabelecidas.

Conforme o professor Castro ressaltava em suas aulas sobre a economia chinesa, o fato da economia mundial ser hoje dinamizada não mais pelos países desenvolvidos, mas pelos países emergentes, provoca a revisão de conceitos consagrados que utilizávamos para pensarmos o desenvolvimento dos países atrasados. O caso da China é excepcional na medida em que seu desenvolvimento se deu pela adoção de soluções institucionais próprias, diferentes das consideradas consagradas e necessárias para o desenvolvimento, segundo o pensamento da corrente dominante.

A ascensão chinesa indica que não há mais um mapa a ser seguido pelos países que visam desenvolver suas economias. O mundo vive hoje diante de uma oportunidade histórica de se livrar da prisão dos modelos de promoção do desenvolvimento. A experiência chinesa demonstra também que não é necessária uma revolução dos valores para que o desenvolvimento econômico possa ocorrer. Mais adequado seria aceitar que a cultura se transforma em decorrência do desenvolvimento, não sendo, portanto, um pré-requisito ao desenvolvimento.

Neste momento em que começa-se a quebrar a ideia de desenvolvimento reflexo, o paradigma do automatismo da economia, começa-se também a se pensar na diversidade dos caminhos e a partir daí descobre-se uma imensa riqueza de alternativas. Abrem-se novas possibilidades de se criar vantagens competitivas e de se seguir com elas. Abre-se a possibilidade de se pensar estratégias de desenvolvimento mais autônomas e de se explorar novas vias. É neste sentido que as ideias de modernidades alternativas e de estratégia como autoafirmação apresentadas no primeiro ensaio que compõe esta tese servem como modelos analíticos importantes para pensarmos a superação do subdesenvolvimento e a proposição estratégica.

A ideia de modernidades alternativas assume que o processo de modernização não rompe necessariamente com as tradições do passado, mas se dá sobre suas bases. Ao considerarmos os contextos culturais específicos das sociedades que se modernizam, assumimos que a transição para a modernidade não provoca a homogeneização das sociedades, mas as diversas tradições e histórias pregressas levam a diferentes respostas pelas respectivas sociedades que se modernizam. Assim entendida a modernização, seu processo não ocorre naturalmente a partir da eliminação de certos obstáculos como uma cultura imprópria ou de maneira reflexiva, mas envolve a criação de novos caminhos, novas soluções a partir da própria cultura.

Os processos de modernização das sociedades sob a ótica da autonomia, conforme está presente no pensamento de Guerreiro Ramos (1985;1983) assume que as experiências de modernização constituem esforços deliberados, os quais são fundados em estratégias, visões de futuro, projetos, mas também sobre a herança histórica. Nesta perspectiva, o processo de modernização de uma sociedade não diz respeito apenas ao aumento da complexidade do seu tecido social, mas é também um processo de aumento de sua capacidade de autoafirmação. Esta perspectiva, na medida em que considera relevante o contexto sóciohistórico, também não aceita a ideia de modernização como ruptura radical com as tradições do passado.

O exemplo dado pela China atual demonstra que não é o caso de se pensar na adoção de valores e instituições consideradas como certas para que o processo de desenvolvimento econômico possa se iniciar. As reformas realizadas pela China em seu processo de abertura econômica não significaram uma ruptura

com as instituições e os valores do seu passado, mas partiu da utilização das instituições já existentes, num processo de adaptação criativa (ver pg. 44). Assim, o desenvolvimento da China constitui um grande desafio à proposição dos autores de perspectiva evangelizadora.

No início de sua trajetória, a China voltou-se às suas estruturas tradicionais de produção no campo com a aplicação intensiva de mão de obra às atividades produtivas, o que Sugihara (2003) chamou de Revolução Industrial. Seu diferencial competitivo inicial era o baixo custo da mão-de-obra garantida pelos baixos salários e a produção de produtos de baixa qualidade nas *Townships and Villages Enterprises* com um tipo de empresa estatal municipal sem par nas experiências de desenvolvimento. Este passado, no entanto, cada vez mais se distancia. As TVEs foram privatizadas e a China ingressa cada vez mais num modelo de economia de mercado, porém com forte intervenção do Estado no estabelecimento das metas e planos de desenvolvimento.

Enquanto a China não possuía capacidade tecnológica, empregava em massa e utilizava a estrutura de distribuição dos outros países a fim de escoar seus produtos. Gradualmente, a China foi abrindo seu mercado às empresas multinacionais em troca da tecnologia de que estas empresas dispunham e a fim de utilizar suas estruturas operacionais para aprender os processos de gestão. Ao passo que abria-se gradualmente, copiava e aprendia com as organizações que entravam para explorar seu imenso mercado. Ao abrir, a China foi lentamente acumulando forças e ganhando experiência para poder competir com as empresas multinacionais em condições de maior igualdade. Hoje, cada vez mais, a China migra de um modelo de copiadora de tecnologia, baseada na imitação, para criadora de tecnologia.

O Estado enquanto aparelho é construído para levar à efeito as opções de uma nação. Está equipado com burocratas, tecnocratas que ocupam suas estruturas. Estes burocratas e tecnocratas, assim como os políticos, possuem valores, visões de mundo e formas de agir enraizados profundamente nas culturas de suas respectivas sociedades. A fim de estudar diferentes países é preciso que se estude as diferenças entre os Estados destes países. A China, neste sentido, leva uma grande vantagem, pois constitui o Estado mais antigo da história das civilizações.

O sucesso da economia chinesa em ascensão não é fruto do acaso ou do seu exército de trabalhadores ou do desenvolvimento reflexo de suas instituições. É fruto da estratégia engendrada no seio de seu Estado por meio do Partido Comunista Chinês. A experiência chinesa é também impar na história dos processos de transição de sistemas econômicos pois partiu de dentro do Estado, sendo o PCC o único grande eixo de condução da política desde o início. No caso da abertura chinesa, diferentemente do que ocorreu com as economias da ex-União Soviética, o aparelho de Estado não foi destruído. Ao contrário, foi a base para o processo de transição fundado numa adaptação criativa das suas instituições. Ao longo do processo o Estado chinês criou e desenvolveu competências estatais, deixando de lado os modelos consagrados.

As reformas de abertura da economia chinesa implementadas gradualmente ao longo dos últimos 30 anos não previam a ocorrência das crises econômicas que o mundo enfrentou. Mas fundamental para que a China viesse a restabelecer sua soberania no mundo foram sua auto-compreensão enquanto civilização, sua visão de futuro, sua capacidade de autoafirmação que nem mesmo durante o período do eclipse da economia chinesa por 150 anos foi esquecida, e a sua articulação na estrutura do Estado. Foi a existência de uma estratégia levada a cabo pelo Estado chinês o que permitiu que a China se aproveitasse oportunamente das crises do mundo ocidental, acelerando seu processo de ascensão e constituição de sua sociedade moderna, processo que encontra-se hoje em pleno curso.

A estratégia do Estado chinês teve papel determinante por buscar construir uma sinergia entre os setores estratégicos e a economia de mercado, em preservar sua capacidade de tomada de decisões para os investimentos, em permitir a correção dos rumos ao longo do caminho e o aperfeiçoamento da rota econômica conforme os avanços foram sendo alcançados; também por induzir a capacidade tecnológica por meio das inovações secundárias, num primeiro momento a fim de se construir a capacidade de se realizar inovações primárias; e por construir suas vantagens a partir das brechas de mercado para controlar a produção manufatureira mundial.

A partir de sua estratégia a China conseguiu se posicionar regionalmente, globalmente e se reposicionar historicamente perante a comunidade mundial. Mas só o conseguiu por ter buscado soluções institucionais próprias, sem o que,

provavelmente não teria emergido de maneira tão bem sucedida quanto o fez. A China não apenas se articulou, mas estabeleceu novos instrumentos institucionais com base em sua história. Com isso a China conseguiu quebrar os parâmetros de como pensamos a mudança econômica. Talvez seja cedo para afirmar que a China inaugura um novo modelo, mas, sendo o produto de condições históricas e sociais excepcionais, certamente rompe com os antigos.

Na medida em que a China vem assumindo a liderança entre as economias mundiais, passa também a influenciar as outras economias e pode fornecer algumas lições importantes, a principal delas, ao meu ver, a implementação de uma estratégia de autoafirmação.

O Brasil desfruta de uma posição muito favorável em relação aos outros países. Não é um caso que requer uma transformação radical. O Brasil já possui uma estrutura industrial diversificada, vem de uma boa trajetória. A situação brasileira hoje é muito mais confortável do que a da China em 1978. Nosso problema é muito mais o de aproveitar a nossa trajetória e adicionar por acréscimo -- ao invés de por substituição ou por transformação -- do que o de criar um novo caminho. O caso brasileiro demanda mais imaginação e planejamento do que a implantação de coisas novas.

No cenário mundial o Brasil é um país excepcionalmente bem posicionado devido à sua reserva de recursos naturais, ao bilhete premiado do pré-sal, à massa populacional que ingressa no mercado de consumo crescentemente, à rede de serviços sociais em expansão com bastante margem para aperfeiçoar-se, à sua democracia consolidada, as contas em dia e uma estrutura industrial relativamente boa. O que falta ao Brasil, apenas, é uma inteligência que pautar a estratégia de desenvolvimento para a boa utilização de todas estas vantagens. Falta ao país uma visão de futuro de longo prazo, que possa nos inserir numa rota de ascensão tal qual a China ingressou. Falta-nos uma estratégia de autoafirmação.

REFERÊNCIAS

- ALBERT, M. (1991). *Capitalisme Contre Capitalisme*, Paris: Éditions du Seuil.
- ANDREWS, K. (1971) The concept of corporate strategy. Irwin, Homewood, IL. Reprinted in FOSS, N. (1997), *Resources Firms and Strategies: A Reader in the Resource-Based Perspective*. Oxford University Press, pp. 52-59.
- ANSOFF, H. (1964) *Corporate strategy*.
- ARRIGHI, G. (2008). *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo, Boitempo.
- ARRIGHI, G., HAMASHITA, T. & SELDEN, M. (eds.) (2003). *The resurgence of East Asia: 500, 150 and 50 year perspectives*. London, Routledge.
- BANFIELD, E. (1958) *The Moral Basis of a Backward Society*. New York, Free Press.
- BARNETT, W. (2008) *The Red Queen among organizations: how competitiveness evolves*. Princeton, Princeton Univ. Press.
- BARNETT, W. & HANSEN, M. (1996) The Red Queen in organizational evolution. *Strategic Management Journal*, v. 17, 139-157.
- BARNETT, W. & SORENSEN, O. (2002) The Red Queen in organizational creation and Development. *Industrial and corporate change*, v.11, n.2, pp.289-325
- BARNEY, J. (1986) Strategic factor markets: expectations, luck, and business strategy. *Management Science*. 32:10 (October, 1986), 12231-1241.
- BELL, D. (1976). *The Cultural Contradictions of Capitalism*, New York: Basic Books
- BERGUE, S. T. (2010). The Managerial Reduction in the Management Technologies Transposition Process to Public Organizations. *Brazilian Administration Review - BAR*. BAR, Curitiba, v. 7, n. 2, art. 3, pp. 155-171, Apr./June 2010.
- BOURDIEU, P. (1996). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, Papirus
- BOYER, R. (2004) *Une Théorie du Capitalisme. Est-elle Possible?* Paris: Odile Jacob.
- BRAUDEL, F. (1989). *Gramática das civilizações*. São Paulo, Martins Fontes.
- _____. (1996a). *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. Vol. 2. O jogo das trocas*. São Paulo, Martins Fontes.
- _____. (1996b). *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. Vol. 3. O tempo e o mundo*. São Paulo, Martins Fontes.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (2011) *Cinco modelos de capitalismo. Textos para discussão 280*. EESP/FGV.

- BREZNITZ, D. & MURPHREE, M. (2011). *The run of the red queen: government, innovation, globalization and economic growth in China*. New Haven, Yale Univ. Press.
- CAILLAU, H. (2003). *L'esprit des religions. Connaître les religions pour mieux comprendre les hommes*, Milan, Paris.
- CAMARA, L. M. (2011). Ecos da contribuição de Guerreiro Ramos para a divulgação da obra de Weber no campo de Estudos Organizacionais (EOs). *RAP*. Rio de Janeiro 46(1):315-31, jan./fev. 2012.
- CASTRO, A. (2008). *No espelho da China: Preliminar sobre o atual deslocamento do centro de gravidade do crescimento mundial*.
- CHANG, Ha-Joom. (2009). *Maus samaritanos: o mito do livre-comércio e a história secreta do capitalismo*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- CHENG, Anne (1997). *Histoire de la pensée chinoise*. Paris, Éditions du Seuil
- CHRISTENSEN, C. (1997). *The innovator's dilemma: when new technologies cause great firms to fail*. Boston, Harvard Business School Press.
- CHANDLER, A. (1962). *Strategy and structure: Chapters in the History of the American Industrial Enterprise*. MIT Press.
- CLAUSEWITZ, C. (1976). *On war*. Princeton Univ. Press.
- COASE, R. (1992) "The Institutional Structure of Production." *American Economic Review*, 82, pp. 713-719.
- COLEMAN, J. (1990) *Foundations of social theory*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- COMTE, A. ([1839]) *Cours de philosophie positive (4/6) (French Edition) [Kindle Edition]*
- COPPIN, F. & MARCHAND, M. (2006). *La voie du Go: propos sur le jeu du Go*. Paris, Chiron.
- COUTAU-BÉGARIE, H. (2011). *Traité de stratégie*. 6e. ed. Paris, Economica/ISC, 1200 pages.
- DEAL, T. & KENNEDY, A. (1982) *Corporate cultures: the rites and rituals of corporate life*. Harmondsworth, Penguin Books.
- DIERICKX, I. & COOL, K. (1989). Asset stock accumulation and sustainability of competitive advantage. *Management Science*. 35 (December): 1504-1511.
- DiMAGGIO, P. & POWELL, W. (1983) *The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields*. *American Sociological Review*, vol.48(2), 147-160.

_____. (1991). *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: University of Chicago Press.

DURKHEIM, É. ([1888] 2002), *Cours de science sociale : leçon d'ouverture*. *Revue internationale de l'enseignement*, XV, 1888, pp. 23-48. Versão eletrônica disponível em http://www.ucc.ie/social_policy/Literature_collection/Durkheim_cours_science_social_es.pdf

_____. ([1893] 2007) *De la division du travail social*. Paris, PUF.

_____. ([1895] 2009) *Les règles de la méthode sociologique*. Paris. Payot & Rivages.

EISENSTADT, S. (1973). *Tradition, Change, and Modernity*. New York: Wiley

_____. (2000). Multiple modernities. *Daedalus*; Winter; 129, 1.

ELMANN, B. (2006). *A cultural history of modern science in China*. Cambridge, Harvard Univ. Press.

ESPING-ANDERSEN, G. (1990). *The three worlds of Welfare Capitalism*, Princeton, NJ: Princeton University Press.

ESTEVES, Paulo Luiz Moreaux Lavigne. *Cordialidade e familismo amoral: os dilemas da modernização*. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 13, n. 36, Feb. 1998 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000100006&lng=en&nrm=iso>. access on 07 May 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000100006>.

FAIRBANK, J. & GOLDMAN, M. (2006). *China: a new history*, 2nd edition. Cambridge, Harvard Univ. Press.

FARIA, J. H. (2009). *Consciência crítica com ciência idealista: paradoxos da redução sociológica na fenomenologia de Guerreiro Ramos*. *CADERNOS EBAPE. BR*, v. 7, nº 3, artigo 3, Rio de Janeiro, Set. 2009.

FENG, L. & LING, M. (2003) *Learning by Innovating: Lessons from the Development of the Chinese Digital Video Player Industry*. Paper presented at the Annual Meeting of the Business History Conference. Lowell, Massachusetts, U.S.

FERNANDES, V. (2008). *A racionalização da vida como processo histórico: crítica à racionalidade econômica e ao industrialismo*. *CADERNOS EBAPE. BR*, v. 6, nº 3, Rio de Janeiro, Set. 2008.

_____. & PONCHIROLLI, O. (2011). *Contribuições da racionalidade comunicativa, racionalidade substantiva e ambiental para os estudos organizacionais*. *CADERNOS EBAPE.BR*, v. 9, Edição Especial, artigo 8, Rio de Janeiro, Jul. 2011.

FIÉVET, G. (1992) *De la Strategie militaire à la strategie d'entreprise*. Paris, Interéditions.

- FILGUEIRAS, F. B (2012). Guerreiro Ramos, a Redução Sociológica e o imaginário pós-colonial. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 25, n. 65, p. 347-363, Maio/Ago. 2012
- FLORES, R. K. (2007). Acerto de contas com a Administração: uma reflexão a partir de Tragtenberg, Motta e Guerreiro Ramos. *CADERNOS EBAPE.BR*, v. 5, n. 4, Rio de Janeiro, Dez. 2007.
- FOSS, N. (1997) *Resources, firms and strategies: a reader in the resource based perspective*. New York: Oxford University Press.
- FRANK, A. (1998). *ReOrient: global economy in the asian age*. California, University of California Press.
- FREITAS, M. C. (2000). Pensamento social, ciência e imagens do Brasil: tradições revisitadas pelos educadores brasileiros. *Revista Brasileira de Educação*, 15, Set/Out/Nov/Dez 2000.
- FUKUYAMA, F. (1992) *The end of history and the last man*. New York: Free Press.
- _____. (1995) *Trust: Human Nature and the Reconstitution of Social Order*. New York, Free Press.
- FURTADO, C. (1984). *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GAONKAR, D. (1999). *On Alternative Modernities*. *Public Culture* 11, no. 1: 1–18.
- _____. (ed.) (2001). *Alternative Modernities*. 2nd ed. Duke University Press Books.
- GERSCHENKRON, A. (1962). *Economic Backwardness in Historical Perspective*. Belknap Press of Harvard University Press; First Edition edition.
- _____. (1963). *The Early Phases of Industrialization in Russia and their Relationship to the Historical Study of Economic Growth*, in *Supple, B. Experience of economic growth : case studies in economic history*. Random House.
- GERTH, H. (1951). Prefatory note. *In* WEBER, M. (1951) *The religion of China*. New York, The Free Press.
- GHEMAWAT, P. (1986). Sustainable advantage. *Harvard Business Review*. 64(5), 53-59.
- GRANET, M. ([1934] 1999). *La pensée chinoise*. Paris, Albin Michel
- GRANOVETTER, M. & SWEDBERG, R. (eds.) (2011) *The sociology of economic life*. 3rd ed., Philadelphia, Westview Press.
- GRANOVETTER, M. (1985). Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. *American Journal of Sociology*. Vol. 91, No. 3, pp. 481-510
- GROSSEIN, J. (1996) Présentation. *In* WEBER, M. ([1920-1921]1996) *Sociologie des religions*. Paris, Galimard.

_____. (2000) *Présentation*. In WEBER, M. ([1915] 2000) *Confucionisme et taoïsme*. Paris, Gallimard.

HALL, P. & TAYLOR, E. (1996) *Political Science and the Three New Institutionalisms*. *Political Studies*, XLIV, 936-957.

HALL, P. A. & SOSKICE, D. (orgs.) (2001) *Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage*, Oxford: Oxford University Press.

HARRISON, L. (1985), *Underdevelopment Is a State of Mind* (Cambridge: Center for International Affairs, Harvard University; Lanham, Md.: University Press of America.

HEILMANN, S. & PERRY, E. (2011). *Mao's invisible hand: the political foundations of adaptative governance in China*. Cambridge, Harvard Univ. Press.

HUANG, Y. (2008). *Capitalism with chinese characteristics: entrepreneurship and the state*. Cambridge, Cambridge Univ. Press.

HUNTINGTON, S. (1996, 2010). *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro, Objetiva.

_____. (1968). *Political Order in Changing Societies*. New Haven and London, Yale University Press

IMMELT, J.; GOVINDARAJAN, V. & TRIMBLE, C. (2009). *How GE is disrupting itself*. *Harvard Business Review*.

INGLEHART, R. & WELZEL, C. (2005), *Modernization, Cultural Change and Democracy* New York: Cambridge University Press, 2005: page 63.

_____. (2010) *Changing Mass Priorities: The Link Between Modernization and Democracy*." *Perspectives on Politics*, v. 8, n. 2.

JACQUES, M. (2009). *When China Rules the World: The End of the Western World and the Birth of a New Global Order*, Penguin Press.

KISSINGER, H. (2011). *On China*. New York. The Penguin Press

KOGUT, B., & ZANDER, U. (1992). *Knowledge of the Firm, Combinative Capabilities, and the Replication of Technology*. *Organization Science* (3:3), pp. 383-397.

KOTTER, J. & HESKETT, J. (1992) *Corporate Culture and Performance*, Free Press;

LANDES, D. (1998) *The wealth and poverty of nations : why some are so rich and some so poor*. New York, W. W. Norton & Co.

LANGER, S. ([1942] 1957) *Philosophy in a new key: A Study in the Symbolism of Reason, Rite, and Art*. Cambridge, Harvard Univ. Press.

LAU, L., Y. QIAN & ROLAND, G. (2000). Reform Without Losers: An Interpretation of China's Dual-Track Approach to Reforms, *Journal of Political Economy*, vol. 108 (1), pp 121-143.

LERNER, D. & RIESMAN D. (1963). *The Passing of Traditional Society: Modernizing the Middle East*. Glencoe, IL: Free Press

LIANG Shuming. (2010). *Les idées maîtresses de la culture chinoise*. Paris, Les Éditions du Cerf

LIPPMAN, S. A. & RUMELT R. P. (1982) Uncertain imitability: an analysis of interfirm differences in efficiency under competition. *The Bell Journal of Economics*, 13, pp. 418-438.

MADDISON, A. (2007). *Chinese economic performance in the long run*. Paris, OCDE.

_____. (2007). *L'économie chinoise : Une perspective historique, 960–2030*. Paris, OCDE.

_____. (2005). *Growth and Interaction in the World Economy: The Roots of Modernity*. Washington, D. C. The AEI Press

MAIA, J. M. E. (2011). Ao Sul da Teoria: A atualidade teórica do pensamento social brasileiro. *Revista Sociedade e Estado – Volume 26 Número 2 Maio/Agosto 2011*

MAIO, M. C. & LOPES, T. C. (2012). Da Escola de Chicago ao Nacional-desenvolvimentismo: Saúde e Nação no pensamento de Alberto Guerreiro Ramos (1940 – 1950). *Sociologias*, Porto Alegre, ano 14, no 30, mai./ago. 2012, p. 290-329.

MASIERO, G. (2006) Origens e desenvolvimento das Township and Village Enterprises (TVEs) chinesas. *Rev. Econ. Polit.*, São Paulo, v. 26, n. 3, Sept. 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572006000300006&lng=en&nrm=iso>. access on 13 Nov. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572006000300006>.

MARX, K. & ENGELS, F. (2001). *Manifesto do partido comunista*. São Paulo, Ed. Anita Garibaldi.

McCLELLAND, D. (1972). *A sociedade competitiva: realização e progresso social*. Rio de Janeiro: Ed. Expressão e Cultura.

MEYER, J. & ROWAN, B. (1977) Institutionalized organizations: formal structures as myth and ceremony. *American journal of sociology*. V.83(2), sep.,1977, 340-363.

MISES, L. von. ([1969] 2003) *The Historical Setting of the Austrian School of Economics*. Ludwig von Mises Institute. Versão online disponível em <http://mises.org/hsofase.asp>

MONTESQUIEU. ([1758] 1995). *L'esprit des lois*. Paris: Éditions Gallimard, 1995. Edição eletrônica de 1758 disponível em

http://classiques.uqac.ca/classiques/montesquieu/de_esprit_des_lois/de_esprit_des_lois_tdm.html

MYRDAL, Gunnar (1960). Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. Rio de Janeiro: ISEB.

NAUGHTON, B.(1995). Growing out of the plan: chinese economic reform 1978-1993. New York: Cambridge Univ. Press.

_____. (2007). The chinese economy: transitions and growth. Cambridge, The MIT Press.

NEEDHAM, J. (1954). Science and civilization in China: introductory orientations. Volume 1. Cambridge University Press

_____. (1956). Science and civilization in China: history of scientific thought. Volume 2. Cambridge University Press

_____. (2004). Science and civilization in China: the social background. Volume 7. Cambridge University Press

NICOLESCU, B. (1996) La Transdisciplinarité: Manifeste. Monaco: Editions du Rocher.

_____. (2006) Transdisciplinarity – Past, present and future. In Moving Worldviews - Reshaping sciences, policies and practices for endogenous sustainable development, COMPAS Editions, Holland, 2006, edited by Bertus Haverkort and Coen Reijntjes, p. 142-166. Disponível em http://basarab.nicolescu.perso.sfr.fr/Basarab/Docs_articles/Worldviews2006.htm#_ftn1

NICOLINI, A. (2003). Qual será o futuro das fábricas de administradores? RAE, V. 43, n.2, Abr/Mai/Jun/2003.

NORTH, D. & THOMAS, R. (1973). The Rise of the Western World: A New Economic History. Cambridge, Cambridge Univ. Press

NORTH, D. (1990). *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*, Cambridge University Press, 1990.

_____. (1992) The new institutional economics and development. Washington university, *mimeo*.

_____. (1997) "The Contribution of the New Institutional Economics to an Understanding of the Transition Problem." WIDER Annual Lectures, March 1997.

OLIVEIRA, M. (2006). O ISEB e a construção de Brasília: correspondências míticas. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n. 2, p. 487-512, maio/ago. 2006

OLIVEIRA, S. R. & FERREIRA, C. S. (2007). Voltando para casa: (re)encontrando Guerreiro Ramos, Tragtenberg e Prestes Motta. CADERNOS EBAPE.BR, v. 5, n. 1, Rio de Janeiro, Mar. 2007.

- OUCHI, W. (1981). *Theory Z: How American Business Can Meet the Japanese Challenge*. Addison-Wesley
- OUYANG, Y. (2008). La culture traditionnelle chinoise et la culture occidentale contemporaine. *Le journal des chercheurs*. Disponível em http://barbier-rd.nom.fr/journal/article.php3?id_article=884 acesso em agosto de 2011
- PASCALE, R. & ATHOS, A. (1981) *The art of japonsese management*. New York, Simon and Schuster.
- PASSERON, J. () Introduction. *In* WEBER, M. ([1920-1921]1996) *Sociologie des religions*. Paris, Galimard.
- PENROSE, E. (1995). *The theory of the growth of the firm*. New York: Oxford University Press.
- PETERAF, M. (1993) The cornerstones of competitive advantage. *Strategic Management Journal*. V. 14, n. 3, pp.179-191.
- PIERUCCI, A. (2003) O desencantamento do mundo: todos os passos de um conceito. São Paulo, Editora 34.
- POLANYI, M. (1966). *The tacit dimension*. Chicago. The University of Chicago Press.
- POLANYI, K. (1944) *The great transformation*. New York: Holt, Rinehart.
- POLANYI, K; Arensberg, C. & Pearson, H. (Eds.) (1957) *Trade and market in the early empires*. The free press.
- POMERANZ, K. (2000). *The great divergence: China, Europe and the making of modern world economy*. Princeton, Princeton Univ. Press.
- PORTER, M. (1980). *Competitive Strategy*, New York. Free Press,
- _____. (1990). *The competitive advantage of nations*. New York. Free Press,
- PORTER, R. (2011). *From Mao to Market: China reconfigured*. London, Hurst & Co.
- PRAHALAD, C. K.; HAMEL, G. (1990). The Core Competence of the Corporation. *Harvard Business Review*, p. 3-15, May/June.
- QIAN, Y. (2003). How Reform Worked in China. In Rodrik, D. (Ed.). *In Search of Prosperity: Analytic Narratives of Economic Growth*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2003.
- RAMOS, A. Guerreiro. (1946). A Sociologia de Max Weber: sua importância para a teoria e a prática da Administração. *Revista do Serviço Público* 57 (2): 267-282 Abr/Jun 2006.
- _____. ([1958] 1965). *A Redução Sociológica: introdução ao estudo da razão sociológica*. Rio de Janeiro, Tempo brasileiro.
- _____. ([1966] 1983). *Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração*. Rio de Janeiro, FGV.

_____. ([1981] 1989) A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro, FGV.

RISKIN, C. (1975). Surplus and stagnation in Modern China *in* Perkins, D. (ed.) China's modern economy in historical perspective. 49-85. Stanford. Stanford Univ. Press.

RODRIK, D. (2006). What's So Special About China's Exports?. Faculty Research Working Papers Series RWP06-001. John F. Kennedy School of Government. Harvard University.

_____. (2007). One economics, many recipes: globalization, institutions and economic growth. Princeton, Princeton Univ. Press.

ROSENBERG, N. (1983). Inside the black box: technology and economic. Cambridge: Cambridge Univ. Press.

SANTOS, W. G. (2000). Sobre o racionalismo ocidental. *In* SOUZA, J. (2000). A atualidade de Max Weber. Brasília, UnB. p. 277-282.

SCHUMPETER, J. (1934), The Theory of Economic Development, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts.

SELZNICK, P. (1996) Institutionalism "Old" and "New". *Administrative Science Quarterly*, 41:270-277.

SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. *RAE - Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 37, n. 2, p. 18-30 Abr./Jun. 1997.

SHENG, A. & GENG, X. (2012). Micro, macro, meso and metaeconomics. Project Syndicate, 09/10/2012. Disponível em: <http://www.project-syndicate.org/commentary/new-thinking-in-economics-by-andrew-sheng-and-geng-xiao>

SHIUE, C. & KELLER, W. (2007). Markets in China and Europe on the Eve of the Industrial Revolution *The American Economic Review* , Vol. 97, No. 4 (Sep., 2007), pp. 1189-1216

SOUZA, J. (2000). A atualidade de Max Weber. Brasília, UnB.

SPENCE, J. Em busca da China moderna: quatro séculos de história. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.,

RODRIK, D. (2006). What's So Special about China's Exports? *China & World Economy*, Institute of World Economics and Politics, Chinese Academy of Social Sciences, vol. 14(5), pages 1-19.

ROSTOW W. (1961). The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto. Cambridge, UK: Cambridge Univ. Press

RUBIN, P. (1973) The Expansion of Firms. *The Journal of Political Economy*, Vol. 81, No. 4 (Jul. - Aug., 1973), pp. 936-949.

RUMELT, R. (1984) "Towards a Strategic Theory of the Firm," in Robert Lamb (ed.) *Competitive Strategic Management*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1984, 556-70. Reprinted in FOSS, Nicolai J., *Resources Firms and Strategies: A Reader in the Resource-Based Perspective*. Oxford University Press, 1997. pp. 131-145.

_____. (1974) *Strategy, Structure, and Economic Performance*. Boston: Harvard University Press.

_____. (1997). Towards a strategic theory of the firm. *In* Foss, N. (Ed.) *Resources, firms and strategies: a reader in the resource based perspective*. New York: Oxford University Press.

RUMELT, R. SCHENDEL, D. & TEECE, D. (eds) (1994). *Fundamental Issues in Strategy*. Boston: Harvard Business School Press.

SHELLING, T. (1960). *The strategy of conflict*.

SCHUMPETER, J. (1911). *The theory of economic development*.

_____. (1942). *Capitalism, socialism and democracy*.

SHENG, A. & GENG, X. (2012). The East Asia miracle revisited. Project Syndicate. Jul. 12, 2012. Disponível em: <http://www.project-syndicate.org/commentary/the-east-asian-miracle-revisited> acesso em julho de 2012.

SKINNER, G. (1964-65). Market and social structure in rural China — parts I, II e III. *Journal of Asian Studies*. Vol. 24, No. 1 (Nov., 1964), pp. 3-43; Vol. 24, No. 2 (Feb., 1965), pp. 195-228; Vol. 24, No. 3 (May, 1965), pp. 363-399

SMITH, A. ([1776] 1993) *An Inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. Oxford Univ. Press.

SPENCE, M. (2011). *The next convergence*. New York, FSG Books.

STEINER, P. (2010) *Durkheim and the birth of economic sociology*. Princeton Univ. Press.

SUGIHARA, K. (2003). The East Asian Path of Economic Development: a long term perspective. In Arrighi G., Hamashita, T. & Selden, M. (eds.) *The resurgence of East Asia: 500, 150 and 50 year perspectives*. London, Routledge. Cap. 3, p. 78-123.

_____. (ed.) (2005). *Japan, China, and the Growth of the Asian International Economy, 1850–1949*. Oxford, Oxford Univ. Press.

SWEDBERG, R. (1987) *Economic Sociology: past and present*. *Current Sociology* 35 (1): 1-221

_____. (1990b) Socio-Economics and the 'New Battle of the Methods': Towards a Paradigm Shift? *Journal of Behavioral Economics* 19:141-154

- _____. (1998a) *Max Weber and the Idea of Economic Sociology*. Princeton, N.J.: Princeton Univ. Press
- _____. (1998b) "Max Weber's manifesto in Economic Sociology". *Archives Européennes de Sociologie* 39:379:398.
- _____. (2003) *Principles of Economic Sociology*. Princeton, N.J. Princeton Univ. Press.
- _____. (2011) Max Weber's central text in Economic Sociology. in GRANOVETTER, Mark & SWEDBERG, Richard. (eds.) (2011) *The sociology of economic life*. 3rd ed., Philadelphia, Westview Press. p.62-77
- TAYLOR, C. (1999). Two Theories of Modernity. *Public Culture* 11 (1) (janeiro 1): 153–174. doi:10.1215/08992363-11-1-153.
- TEECE, D. J. (1982). 'Towards an economic theory of the multiproduct firm', *Journal of Economic Behavior and Organization*, 3, pp. 39-63.
- _____. (1986a). 'Transactions cost economics and the multinational enterprise', *Journal of Economic Behavior and Organization*, 7, pp. 21-45.
- TEECE, D. & PISANO, G. (1994). The dynamic capabilities of firms. *Industrial and Corporate Change*, Vol,3, No, 3.
- TEECE, D.; PISANO, G. & SHUEN, A. (1997). Dynamic Capabilities and Strategic Management. *Strategic Management Journal*, Vol. 18, No. 7, pp. 509-533
- TRIGILIA, C. (2002). *Sociologie économique: état, marché et société dans le capitalisme moderne*. Armand Colin/VUEF, Paris.
- TZU, S. () *The art of war*.
- Van VALEN, L. (1973). A new evolutionary law. *Evolutionary Theory* 1. p. 1-30
- WEBER, M. (1964) *The Religion of China*. New York, Free Press.
- _____. ([1915] 2000) *Confucionisme et taoïsme*. Paris, Gallimard.
- ([1924] 1991) *Histoire économique: esquisse d'une histoire universelle de l'économie et de la société*. Paris, Galimard.
- _____. ([1920-1921]1996) *Sociologie des religions*. Paris, Galimard.
- _____. ([1922] 2004) *Economia e sociedade*. 2 volumes. Brasília. Ed. UNB.
- _____. (1999) *Essays in economic sociology*. Edited by R. Swedberg. Princeton, N. J.: Princeton Univ. Press.
- _____. (1958) *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, trans. Talcott Parsons, New York: Scribner's.

- WEI MING, Tu. (2000). Multiple Modernities: A Preliminary Inquiry into the Implications of East Asian Modernity. In Harrison, L. & Huntington, S. (2000). Culture matters: how values shapes human progress. New York, Basic Books. Pp. 256-267
- WERNERFELT, B. (1984) A resource-based view of the firm. Strategic Management Journal. Vol. 5, pp. 171-180.
- WHEELER, E. (1980) The origins of military theory in anciant Greece and China. Actes des colloques de la Commission internationale d'histoire militaire, n° 5, Bucarest.
- WILLIAMS, J. D. (1954) The complet strategist.
- WILLIAMSON O. E. (1994). Institutions and Economic Organization: The Governance Perspective. Annual Bank Conference on Development Economics. The World Bank, 1994.
- _____. (2000). The New Institutional Economics: Taking Stock, Looking Ahead. Journal of Economic Literature, vol. 38, n° 3, pp. 595-613
- WORLD BANK (1996). From plan to market : world development report 1996.
- YANG, C. (1951). Introduction. In WEBER, M. (1951) The religion of China. New York, The Free Press.
- ZENG, M. & WILLIAMSON, P. (2007). Dragons at your door: how chinese cost innovation is disrupting global competition. Boston, Harvard Business School Press.
- ZONENSCHAIN, Claudia Nessi. (2006). O caso chinês na perspectiva do "catch-up" e das instituições substitutas. Tese de Doutorado, CPDA/UFRRJ.
- ZOUAIN, D. M. & TORRES, L. S. (2005). A suposta modernização das relações de trabalho nas incubadoras de empreendimentos. Cadernos EBAPE.BR - Edição Especial 2005.
- ZWICK, E., TEIXEIRA, M. P. R., PEREIRA, J. R. & VILAS BOAS, A. A. (2012). Administração pública tupiniquim: reflexões a partir da Teoria N e da Teoria P de Guerreiro Ramos. Cad. EBAPE.BR, v. 10, n° 2, artigo 3, Rio de Janeiro, Jun. 2012
- ZYSMAN, J., Nielsen, N., Breznitz, D. & Wong, D. (2007). Building on the Past, Imagining the Future: Competency Based Growth Strategies in a Global Digital Age. Brie Working Paper #181, BRIE. Disponível em <http://brie.berkeley.edu/publications/WP181.pdf> acesso em julho de 2011.